

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ROSANA APARECIDA DO AMARAL

O SENTIDO DO TRABALHO
Visões de um Problema nos Séculos XIX e XX

SÃO PAULO
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O SENTIDO DO TRABALHO
Visões de um Problema nos Séculos XIX e XX

Rosana Aparecida do Amaral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Professor Doutor Gildo Magalhães dos Santos Filho.

SÃO PAULO
2008

A Meus pais, José e Juracy.

(in memoriam)

Ao Professor Emanuel Veiga.

(in memoriam).

Ao presente: Luiz Cláudio do Amaral.

Ao futuro: Matheus, Luca, Gabriel, Caio, Nina e Sophia.

Agradecimentos

Este trabalho é fruto de uma jornada de quatro anos. Longo tempo de muita leitura, pesquisa, e reflexão.

Uma estrada na qual não conseguiria andar se, em primeiro lugar, não tivesse encontrado Martim Vasques da Cunha, que com compreensão, carinho e dedicação me ajudou em toda esta trajetória. Obrigada, Martim, por me ter acolhido e *escolhido caminhar comigo* até ao final desta jornada.

Agradeço em especial, a minha irmã Tânia Cristina do Amaral e ao meu amigo João Lins pelo incentivo a empreender o caminho acadêmico de uma “Dissertação de Mestrado” e a Maria da Piedade Eça e Almeida por me ajudar a transpor os obstáculos que encontrei pelo caminho.

Devo mencionar minha irmã Cláudia do Amaral e Jefferson Martins, amigos de todas as horas, amorosos, incansáveis, de uma paciência ilimitada para me ouvirem e aconselharem. E, a Vera Lúcia e o Luiz Cláudio sempre dispostos a me acolherem e escutarem sem nunca demonstrarem qualquer cansaço.

A minha gratidão ao meu irmão Roberto, Grazielle, Ricardo e todos os da minha família, amigos e amigas que me forneceram o combustível necessário para a caminhada: incentivo, apoio, afeto e amor.

Agradeço ao Henrique Elfes pelas discussões sobre o tema “Trabalho” e ao Cristian Clemente pelas sugestões na revisão desta dissertação.

Todavia esta jornada só foi possível por que encontrei o apoio acadêmico e especial atenção do meu orientador, Professor Gildo Magalhães. De forma gentil e digna recebeu-me como orientanda na metade do caminho e continuou sempre presente ao meu lado até o final deste trabalho.

“ Que proveito tira o homem de todo o trabalho
com que se afadiga debaixo do sol? [...]
Todas as coisas se afadigam mais
do que se pode dizer.
A vista não se farta de ver,
o ouvido nunca se sacia de ouvir.”

Eclesiastes 1 (3 e 8)

“Observai os lírios; eles não fiam, nem tecem.
Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão,
em toda a sua glória, vestiu-se como qualquer deles.”

Evangelho de Lucas 12 (27)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado estuda como se apresenta o sentido do trabalho particularmente no fim do século XIX e primeira metade do século XX além de seus impactos na vida das pessoas. Foram identificados elementos para a discussão e análise da recuperação do sentido do trabalho. Os principais conceitos utilizados foram técnica e razão de Ortega y Gasset, sentido do trabalho de Viktor E. Frankl e ócio de Josef Pieper. Nossa hipótese é que uma das principais alternativas para recuperar o sentido do trabalho é o ócio utilizado para a educação do trabalhador.

Palavras-chave: sentido; trabalho; ócio; História Social; trabalhador; educação.

E-mail para contato: rosanadoamaral@hotmail.com

ABSTRACT

This Master Degree thesis studies the meaning of the work especially at the end of XIX and first half of XX centuries besides its impacts in people's life. Some elements for discussion and analysis to recover the meaning of the work were identified. Main concepts presented were Ortega y Gasset's technique and reason, Viktor E. Frankl's meaning of the work and Josef Pieper's leisure. Our hypothesis is that one of the main alternatives to recover the meaning of the work is to embrace the leisure based on worker's education.

Key words: meaning; work; leisure; Social History; worker; education.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
1. DA AÇÃO À DESINTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO: Uma Exposição do Sentido do Trabalho.....	13
1.1. O BEM SUPREMO E A RAZÃO.....	14
1.2. AS VIRTUDES MORAIS.....	18
1.3. DELIBERAÇÃO, ESCOLHA E AÇÃO.....	21
1.4. A ESCOLHA RESPONSÁVEL.....	24
1.5. A AÇÃO HUMANA.....	26
1.6. COOPERAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE.....	32
1.7. A REFUTAÇÃO DE MARX.....	38
1.8. A COOPERAÇÃO NA DIVISÃO DO TRABALHO.....	41
1.9. ESPECIALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO INDIVÍDUO.....	43
1.10. O VÁCUO EXISTENCIAL.....	48
1.11. O SENTIDO DA VIDA.....	49
1.12. O TRABALHO TERIA UM SENTIDO?.....	53
2. AS VIDAS INVENTADAS.....	59
2.1. A REALIDADE “FABRICADA”.....	61
2.2. UMA BREVE HISTÓRIA DAS TÉCNICAS.....	64
2.3. A IDADE MÉDIA E SUAS INVENÇÕES.....	67
2.4. A ERA MODERNA E SUA TÉCNICA.....	69
2.5. O MUNDO DOS HOMENS LETRADOS.....	71
2.6. A VOCAÇÃO DOS HUMANISTAS.....	73
2.7. A VOCAÇÃO DA REFORMA.....	75
2.8. A VOCAÇÃO DO TRABALHO MUNDANO.....	80
2.9. O PROGRESSO CIENTÍFICO ILIMITADO.....	84
2.10. O MUNDO OPERÁRIO NO ILUMINISMO.....	86
2.11. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: “Um Século Para Ser Fechado Na Fábrica”.....	90
2.12. DE CAMPONESES PARA OPERÁRIOS ESPECIALIZADOS.....	96
2.13. UM NOVO SENTIDO DE TRABALHO.....	101
2.14. O CONSUMO EM MASSA.....	104
2.15. A NOVA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO.....	106
3. O PARADOXO DO ÓCIO.....	111
3.1. IDÉIAS E CRENÇAS.....	113
3.2. DO USO DO TEMPO LIVRE AO CONSUMO: A CEGA ESPERANÇA.....	117
3.3. O DIREITO À PREGUIÇA.....	121
3.4. O ELOGIO AO ÓCIO.....	130
3.5. A ANATOMIA DO TRABALHO.....	135
3.6. ÓCIO – A BASE DA CULTURA.....	141
3.7. O SENTIDO DO ÓCIO.....	147
CONCLUSÃO.....	149
BIBLIOGRAFIA.....	154

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação surgiu por volta de 1996, quando em uma conversa com um amigo durante uma viagem a trabalho, a autora entrou em contato pela primeira vez com a “Alegoria da Caverna” de Platão.

Companheiros de viagem, ambos discutiam qual a percepção que cada um tinha sobre a realidade do mundo do trabalho. E concordavam que havia muito mais do mundo das idéias do que do mundo real naquele trabalho de consultoria empresarial que realizavam.

Três anos depois a autora foi trabalhar justamente com a implantação das idéias conceituais dos projetos de consultoria e tornou-se uma especialista em Gestão da Mudança, ou *Change Management*, termo mais utilizado no universo corporativo.

Dez anos se passaram e o amigo daquela primeira conversa encontrou-se com a autora e sugeriu-lhe que voltasse à Academia e realizasse o mestrado como tentativa de buscar para si mesma as respostas sobre o verdadeiro sentido do trabalho que executava, pois era uma inquietação sempre presente nos últimos anos.

A autora encontrou no Professor Emanuel Soares da Veiga Garcia o orientador para suas discussões sobre o tema do projeto de mestrado que naquela época tinha como título: “Evolução das tecnologias da informação e seus impactos no trabalho”.

Depois de indicar as últimas disciplinas com carga teórica interessante para o tema da dissertação, o Professor Emanuel Soares da Veiga Garcia infelizmente faleceu.

Concluídas as disciplinas indicadas, a autora viu-se obrigada a procurar um novo orientador para o seu trabalho. Neste ínterim, entrou em contato com as instigantes idéias do filósofo espanhol Ortega y Gasset, em seu livro *Meditación de la técnica y otros ensayos sobre ciencia e filosofia*. Livro que lhe forneceu a chave da porta de entrada para a reflexão dos principais temas estudados nesta dissertação.

Passados aproximadamente seis meses de procura, o Professor Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho recebeu a autora desta dissertação como orientanda e tem sido desde então o seu orientador.

Realizada a qualificação para o mestrado, e observadas as recomendações das professoras Maria Amélia Mascarenhas Dantes e Sônia Bercito, compreendeu-se que a temática maior deveria sofrer algumas alterações e optou-se pelo título: “O Sentido do Trabalho”. Desde então a autora tem se dedicado a pesquisar, estudar e refletir de forma crítica sobre o tema.

Iniciadas as pesquisas, com o foco temático como bússola de orientação a autora verificou que existia uma certa interdisciplinaridade nas múltiplas e possíveis reflexões sobre o tema escolhido. Por isso, nesta dissertação são abordados autores da Filosofia, da Psiquiatria, da Literatura, da Economia, da Administração e de vários ramos da História.

Precisou se exercitar em uma linha de disciplina de pensamento que considerasse a interdisciplinaridade sem esquecer simultaneamente a profundidade temática de: “O Sentido do Trabalho”. Uma vida não seria tempo suficiente para uma crítica e total avaliação de todos os conteúdos teóricos afins e, o conhecimento de todas as mentes que se inclinaram e pensaram o tema desta dissertação.

“William James concluiu, após longa reflexão, *“que os filósofos não nos dão transcrições, mas visões de mundo. Da mesma forma, os historiadores oferecem-nos visões do passado.”*¹

Houve cuidado na escolha de autores relacionados não só ao tema, mas também ao momento histórico estabelecido final do século XIX e a primeira metade do século XX. Por este motivo o leitor pode estranhar referências a Viktor E. Frankl, psiquiatra, e Josef Pieper, filósofo. Estes homens, no entanto, viveram os anos da pré, durante e pós Segunda Guerra Mundial. Viktor E. Frankl é autor dos estudos da Logoterapia², viveu a realidade de um

¹ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 11. Nota do autor.

² FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp. 321-322. Logoterapia é a terapia que preocupa-se não tanto com o ser como com o sentido, o *logos* precisamente. Desta maneira, aquilo que em logoterapia se denomina “vontade de sentido” assume, dentro deste sistema, um especial valor funcional. O que queremos dizer com isto é que por vontade de sentido não se entende senão um fato, que

campo de concentração e estudou de forma profunda o tema do sentido. Josef Pieper é um filósofo cujas idéias são exploradas nesta dissertação porque seu artigo sobre o ócio é datado de 1947.

Resta, agora, justificar o objetivo da dissertação. Antes porém, serão definidos os principais conceitos que são utilizados ao longo desta dissertação.

O conceito de *sentido* que se utiliza é aquele definido por Viktor E. Frankl no capítulo primeiro dessa dissertação, diferente das acepções usuais de dicionário.

O conceito de *trabalho* será o proveniente da palavra “trabalho” de origem etimológica latina, “tripalium”, denominação de um instrumento de tortura formado por três (tri) paus (paliu). Desse modo, originalmente, "trabalhar" significa ser torturado no tripalium. Quem eram os torturados? Os escravos e os pobres que não podiam pagar os impostos. Assim, quem "trabalhava", naquele tempo, eram as pessoas destituídas de posses.

A partir daí, essa idéia de trabalhar como ser torturado forneceu a compreensão não só do fato da tortura em si, como também, por extensão, das atividades físicas produtivas realizadas pelos trabalhadores em geral: camponeses, artesãos, agricultores, pedreiros etc.

Tal sentido foi de uso comum na Antiguidade e, com esse significado, atravessou quase toda a Idade Média. Só no século XIV que começa a possuir um enfoque mais genérico semelhante ao que lhe atribuímos hoje: "aplicação das forças e faculdades (talentos, habilidades) humanas para alcançar um determinado fim". Com a especialização das atividades humanas, imposta pela evolução cultural (especialmente a Revolução Industrial) da humanidade, a palavra trabalho tem hoje muitos e diferentes significados, de tal modo que o verbete, no Dicionário do "Aurélio", dedica-lhe vinte acepções básicas e diversas expressões idiomáticas.”³

Justifica-se a seguir sucintamente o escopo de cada um dos capítulos da dissertação.

No capítulo 1 denominado: “Da ação à desintegração do indivíduo: Uma exposição do sentido do trabalho” tenta-se ilustrar o que se entende por *sentido* e principalmente o *sentido*

o fato de o homem no fundo, sempre aspirar a encontrar um sentido para a sua vida e a atingir plenamente esse sentido, realizando-o.

³ GRANDE DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Cândido de Figueiredo (Org.). Lisboa : Editora Bertrand, 1996. 25.. ed. v II.

do trabalho. Na dissertação há uma constante preocupação quanto ao posicionamento do homem frente ao trabalho, o parcial entendimento durante a sua breve vida dos caminhos da evolução que a ação do trabalho impõe ao seu cotidiano, não somente no domínio de informações e ferramentas, mas principalmente em seu domínio próprio.

No capítulo 2 denominado “As vidas inventadas” relata-se a evolução do trabalho com o advento da técnica e como a técnica influenciou o homem. A cada exploração do tema das invenções é atribuído um sentido para o trabalho: abolir o trabalho, buscar a verdade e o conhecimento, glorificar a Deus; daí se passa à especialização e a contribuição da sociedade, até alcançarmos a identificação total do homem com o trabalho. O caminho percorrido embora longo e ambicioso possui uma forma bastante sintética. Concluí-se, a partir do advento da Revolução Industrial que o homem não seria mais o mesmo em relação ao sentido do trabalho.

No capítulo 2 além das inovações, considera-se um tema sempre presente em qualquer discussão sobre o trabalho: a *vocação*, definida principalmente por Max Weber. Obviamente sem a pretensão de seu esgotamento, tomando-a como indicativo de uma preocupação perseguida por todos os que buscam o sentido do trabalho.

No capítulo 3, apresenta-se como contraponto ao sentido do trabalho, o tema do ócio. A autora optou por contrastar Paul Lafargue, Bertrand Russell e Georges Friedmann com Josef Pieper para atingir a finalidade proposta. Justifica-se esta idéia desenvolvida pelo último teórico referido que entende o ócio em função do restabelecimento e recuperação do sentido do trabalho. Assim o “homem educado” conseguirá obter um equilíbrio entre o sentido do trabalho e o sentido da vida.

“Devemos agora voltar a atenção para a presente condição
Da alma, que vemos incrustada de males inumeráveis,
como Glauco, o deus do mar, cuja forma original mal
pode ser percebida, porque partes do seu corpo foram
quebradas ou corroídas ou completamente desfiguradas
pelas ondas. Depois apareceram incrustações,
mato, pedras e moluscos, e por isso Glauco se parece
com qualquer outro ser e não mais consigo mesmo.”⁴

⁴ Platão, República, Livro X, 611d.. apud GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p. 742.

I - DA AÇÃO À DESINTEGRAÇÃO DO INDIVÍDUO: Uma Exposição do Sentido do Trabalho

“O que inquieta, de fato, não é que o mundo se transforme num completo domínio da técnica. Muito mais preocupante é que o homem não está preparado para essa radical mudança do mundo. Muito mais preocupante é que ainda não somos capazes de compreender adequadamente, por meio do pensamento meditativo, aquilo que está emergindo em nossa época.”⁵

O escritor e filósofo José Ortega y Gasset em seu livro *Meditación de la técnica y otros ensayos de filosofía*⁶ relata-nos que a técnica existe para dar vazão a uma necessidade intrínseca do homem: a de satisfazer-se e buscar o seu bem estar. É na busca desse bem estar que o homem delibera, escolhe, age, cria e transforma a sua realidade, sem se dar conta das implicações positivas e negativas que a nova realidade impõe. A inevitável evolução tecnológica transforma a vida e a forma de relacionamento dos homens com essa nova realidade.

Em um conto intitulado justamente *Evolução*⁷, de Machado de Assis, escrito em 1884, existem elementos que possibilitam uma discussão apropriada de aspectos relevantes ao tema proposto por esta dissertação. A narrativa da história inicia-se no encontro fortuito entre dois personagens – Inácio e Benedito – que possuem características humanas totalmente diferentes. Ambos se encontram em uma viagem de trem onde, descontraidamente, iniciam uma conversa sobre os problemas do país. O foco da conversa é o progresso tecnológico e a importância das estradas de ferro para o desenvolvimento da nação. Inácio e Benedito reencontram-se em mais algumas situações cotidianas e passam a ser “amigos”, sendo que

⁵ HEIDEGGER, M. *L'abbandono*: Il melangolo. Gênova: [s.n.], 1983 p. 36. apud GALIMBERTI, Umberto. *Psiche e Techne*: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006.p.7

⁶ ORTEGA y GASSET, José. *Meditacion de la técnica: y otros ensayos sobre ciencia y filosofía*. **Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004.** p.52. T

Benedito, que almeja destacar-se na política, apropria-se de idéias de Inácio e usa-as como plataforma para sua escalada política.

Conforme Nicolau Sevcenko, o conto retrata uma época da sociedade brasileira – o período entre Abolição e República – em que os temas evolutivos do ponto de vista econômico e social começam a ser foco de atenção da elite intelectual e dos detentores do poder no declínio do Império.

“Como é de hábito no escritor, trata-se de uma história simples, mal chegando a comportar um enredo, dando mais a impressão de uma mera anedota longa. *Todo o fundamental, essa é a grande arte do escritor, está nas entrelinhas e nas referências cifradas.* Não que fosse necessário, mas ele próprio chama a atenção para o caráter alusivo da composição, alertando o leitor logo no início de que “tudo nesse conto há de ser misterioso e truncado”. E é. Na superfície ele narra o encontro casual de dois homens num trem, partindo do Rio para Vassouras, que, encetando conversação para aliviar o tédio da viagem, acabam se tornando amigos, passando a se reencontrar com frequência daí por diante.”⁸

Ressaltamos que não trataremos das questões associadas a “evolução” no seu sentido histórico-filosófico ou econômico-social, analisaremos as motivações finais de seus personagens.

Analisaremos na seção 1.6 – Cooperação, Trabalho e Sociedade – o personagem Inácio, empresário e engenheiro, e Benedito, fazendeiro de café, colecionador diletante de artes, com inclinações para a política, em suas naturezas essenciais: como homens, que agem e vivem em e na sociedade.

1.1. O BEM SUPREMO E A RAZÃO

Teremos de retroceder no tempo para refletirmos, neste primeiro capítulo, sobre o homem, a ação humana, o trabalho e o sentido do trabalho. Ainda que com muitas limitações,

⁷ MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução.** In: _____. Contos: Uma Antologia. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2. pp. 201-207.

⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2. ed. p.304. (grifo nosso).

torna-se fundamental a reflexão primeira sobre o homem, o ser racional, ser agente que empreende qualquer ação, delibera, escolhe e age.

Afinal, para quê este homem delibera, escolhe e age?

Segundo Aristóteles, todo homem busca a realização de um fim natural ou bem natural, pois o bem é a finalidade de todas as coisas. Este bem natural ou fim natural na definição do próprio autor é:

“Podemos, agora, retornar ao bem que constitui o objeto de nossa busca e tentar descobrir o que possa ser ele exatamente, isto porque o bem parece ser uma coisa numa ação ou arte e outra coisa numa outra ação ou arte. Difere em medicina do que é em estratégia, o mesmo ocorrendo nas demais artes. Qual será, então, a definição do bem a se revelar verdadeira em todas as artes? Talvez o possamos definir como aquilo pelo que tudo o mais é feito, o que se aplica a algo diferente em cada diferente arte – à saúde no caso da medicina, à vitória naquele da estratégia, à casa no caso da arte da construção e a algo mais em cada uma das outras artes; mas em cada ação ou empreendimento, visto que em todas elas é pela finalidade que tudo o mais é feito. Conseqüentemente, se houver algo que seja a finalidade de todas as coisas executadas graças à ação humana, este será o bem praticável – ou se houver várias finalidades, a soma destas será o bem”⁹.

O bem supremo, portanto, também é uma *direção* para a qual todo o homem se move. Nas palavras de Viktor E. Frankl, psiquiatra vienense (1905-1997):

“Com efeito, entre a configuração da vida externa e a mais íntima e plena consumação de um homem, há uma diferença essencial. A configuração da vida é por assim dizer uma grandeza extensiva, ao passo que a realização consumada da vida é uma grandeza vetorial: trata-se de uma direção, uma direção para a possibilidade de valor que a cada pessoa humana está reservada, encomendada, e em vista de cuja realização efetiva se vive a vida.”¹⁰

Ainda o próprio Aristóteles nos dá a definição daquilo que pode ser considerado o Bem Supremo para o homem, motivo pelo qual o homem gera disposição para ação e se orienta neste sentido.

“A felicidade, portanto, uma vez tendo sido considerada alguma coisa final (completa) e auto-suficiente, é a finalidade visada por todas as ações.

⁹ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1097a 15-27.

¹⁰ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da Logoterapia e análise existencial**. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 22.

Afirmar, todavia, que o bem mais excelente é a felicidade parecerá provavelmente um truísmo. Ainda carecemos de uma avaliação mais explícita do que constitui a felicidade. É possível que possamos a ela chegar se determinarmos a função do ser humano, posto que se pensa que a excelência ou eficiência de um flautista, de um escultor, ou de um artesão de qualquer tipo e, em geral, de quem quer que tenha alguma função ou ocupação a desempenhar, reside nessa função; e, por analogia, é possível sustentar-se que o bem humano reside na função humana, no caso de o ser humano ter uma função.

Estaríamos nós autorizados a supor que enquanto o carpinteiro e o sapateiro têm funções ou ocupações que lhes são pertinentes, o ser humano como tal não tenha alguma e não esteja, por natureza, destinado a desempenhar qualquer função? Não devemos, nós, ao contrário, supor que, como o olho, a mão, o pé e cada um dos vários membros do corpo tem conspicuamente uma função própria, do mesmo modo um ser humano tem, igualmente, certa função que supera todas as funções de seus membros particulares? Qual, então, poderia ser essa função precisamente? O mero ato de viver parece ser compartilhado mesmo pelas plantas e estamos buscando a função peculiar do ser humano. Diante disso, devemos pôr de lado a atividade vital da nutrição e crescimento. A seguir na escala vemos alguma forma de vida sensitiva, porém esta, igualmente, parece ser compartilhada por cavalos, bois e animais em geral. Resta, assim, o que pode ser denominado a vida ativa da parte racional do ser humano”¹¹.

Portanto, o exercício de suas faculdades racionais – características do homem – é o seu diferencial, é o seu meio para atingir o seu objetivo maior: o bem supremo, a felicidade na vida. A expressão “faculdades racionais” evidencia a nossa preocupação em argumentar que a ação do homem tem uma razão, portanto, um sentido, um *logos* com um fim definido. Contudo, temos de tomar cuidado com o uso do termo “razão”. Procuramos uma definição mais precisa e mais concreta, como nos avisa Ortega y Gasset:

“Há mais de um século, utilizamos o vocábulo ‘razão’, dando-lhe um sentido a cada dia mais degradado, até chegar, de fato, a significar o mero jogo de idéias. Por isso a fé aparece como o oposto da razão. Esquecemos que, na hora do seu nascimento, na Grécia, e do seu renascimento no século XVI, a razão não era um jogo de idéias, se não a radical e impressionante convicção de que nos pensamentos astronômicos se sentia inequivocadamente uma ordem absoluta do cosmos; que, através da razão física, a natureza cósmica disparava dentro do homem seu formidável segredo transcendente. A razão era, portanto, uma fé. Por isso, e apenas por isso – não por outros atributos e graças peculiares – foi possível que combatesse a fé religiosa vigente até então. Em sentido contrário, desconheceu-se que a fé religiosa é também razão, porque existia desta última uma idéia estreita e fortuita. Pretendia-se que a razão era apenas o que era feito nos laboratórios ou o cabalismo dos matemáticos. A pretensão contemplada a partir de hoje resulta bastante ridícula e parece como forma entre mil de provincialismo intelectual. A verdade é que o específico da fé religiosa se apóia sobre uma construção tão

¹¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1097b 20-1098a 3.

conceitual como pode ser a didática ou a física. Parece-me altamente surpreendente que até hoje não exista – pelo menos eu não a conheço – uma exposição do cristianismo como puro sistema de idéias, parecida à que pode ser feita do platonismo, do kantismo ou do positivismo. Se existisse – e isso é bem fácil de ser visto – ver-se-ia seu parentesco com todas as demais teorias como tais, e a religião não pareceria tão abruptamente separada da ideologia.

Todas as definições da razão, que faziam consistir o essencial desta em certos modos particulares de operar com o intelecto, além de serem estreitas, a têm esterilizado, amputando-lhe ou embotando sua dimensão decisiva. Para mim, *é razão, no verdadeiro e rigoroso sentido, toda ação intelectual que nos põe em contato com a realidade, por cujo intermédio nos encontramos com o transcendente.* O demais não é senão...intelecto; simples jogo caseiro e sem conseqüências, que primeiro diverte o homem, logo após o estraga e, finalmente, o desespera e faz com que despreze a si mesmo.”¹²

Desejamos agregar ao conceito de razão, a definição acima de Ortega y Gasset. Neste caso, interessa-nos inserir no processo de busca da felicidade pelo ser humano não só o que pode deduzir pelas faculdades racionais mas também o que é “intuído” na dimensão do transcendente.

No entanto, de acordo com o economista austríaco Ludwig Von Mises (1881-1973), o critério de conforto e desconforto diante de uma situação que “fazem o indivíduo movimentar-se é de caráter subjetivo”:

“[...] para evitar equívocos normalmente aceitos por todos. *O objetivo final da ação humana é, sempre, a satisfação do desejo, do homem agente.* Não há outra medida de maior ou menor satisfação a não ser o julgamento individual de valor, diferente de uma pessoa para outra, e para a mesma pessoa em diferentes momentos. O que faz alguém sentir-se desconfortável, ou menos desconfortável é estabelecido a partir de critérios decorrentes de sua própria vontade e julgamento, de sua avaliação pessoal e subjetiva. Ninguém tem condições de determinar o que faria alguém mais feliz.”¹³

É importante ressaltarmos que viver inteligentemente não é meramente termos um QI elevado, nem sequer termos recursos de erudição professorais, antes, é termos esse conhecimento que é relevante para a nossa vida como ser humano, e empregarmos esse conhecimento humanamente relevante em relação à condução de nossa própria vida¹⁴, segundo o filósofo americano Henry B. Veatch.

¹² ORTEGA y GASSET, José. **História como Sistema.** Brasília: Universidade de Brasília, 1984. p.52. (grifo nosso). As referências subseqüentes ao termo ‘razão’ em nosso trabalho subentendem a definição aqui exposta.

¹³ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia.** Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 15. (grifo nosso).

¹⁴ VEATCH, Henry B. **O Homem Racional: Uma Interpretação Moderna da Ética Aristotélica.** Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2006. p. 95.

1.2. AS VIRTUDES MORAIS

Obviamente, não caracterizamos o homem somente pelo seu entendimento racional; já que o ser humano também possui sentimentos e emoções. O que queremos elucidar é que o fator que distingue o ser humano na sua busca pelo viver bem é a sua inteligência, a sua capacidade de raciocinar, escolher e agir levando em consideração o seu intelecto e o conhecimento da verdade.

Mas, além da virtude intelectual, há também as virtudes morais.

A virtude intelectual em Aristóteles é *“majoritadamente tanto produzida quanto ampliada pela instrução, exigindo conseqüentemente, experiência e tempo ao passo que a virtude moral ou ética é o produto do hábito”*¹⁵. (...) *“Não é, portanto, de pouca monta se somos educados desde a infância dentro de um conjunto de hábitos ou outro; é, ao contrário, de imensa, ou melhor, de suprema importância.”*¹⁶.

Segundo Henry B. Veatch, *“virtude moral é simplesmente o tipo de habilidade ou de know-how que nos permite agir inteligentemente... diante de nossos próprios sentimentos, impulsos e emoções”*¹⁷. Virtudes morais são aprimoradas e amadurecidas pelo hábito e são responsáveis pelo desenvolvimento do caráter do ser humano.

O homem ao exercer as suas virtudes morais exerce sua capacidade humana de configurar o seu destino e a sua vida, independente de fatores raciais, sociológicos e psicológicos. Nas palavras de Viktor E. Frankl:

“Com efeito, só quando o homem se contrapõe aos dados naturais, quando o homem como tal “se contém” perante eles; por conseguinte, só quando deixa de se submeter e obedecer cegamente aos liames que o vinculam ao

¹⁵ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1103a 11-19.

¹⁶ Ibidem. 1103b 23-26.

¹⁷ VEATCH, Henry B. **O Homem Racional: Uma Interpretação Moderna da Ética Aristotélica**. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2006. p.113.

biológico raça¹⁸, ao sociológico (classe) ou ao psicológico (tipo caracterológico) – só então, digo, é que começa a manifestar-se a sua suscetibilidade de ser julgado moralmente a todos os respeitos. O sentido de certos conceitos que se empregam todos os dias, tais como os conceitos de mérito e de culpa, só se verifica se nós, em vez de aceitarmos simplesmente as mencionadas vinculações a título de dados do destino, reconhecermos a capacidade humana de tomá-las como tarefas e funções, que visam configurar o destino e a vida. Assim, por exemplo, o fato de se pertencer a um povo determinado, é claro que não representa, sem mais, nem mérito nem culpa. A culpa só começaria no momento que, por hipótese, não se fomentassem as qualidades especiais de uma nação ou fossem negligenciados os valores culturais dela; ao passo que o mérito só estaria em serem dominadas certas fraquezas caracterológicas do povo em questão, no que do indivíduo dependesse, mediante uma auto educação consciente. Mas quantos homens não há ainda que cometem o erro de tomar por pretexto das suas fraquezas de caráter as fraquezas de caráter da respectiva nação!... *Mas quantos homens não há também que cometem o erro de se sentirem simplesmente orgulhosos da força de caráter nacional, sem se darem ao trabalho de criar um mérito individual, cultivando primeiro a força de caráter de sua pessoa!*¹⁹

Para ilustrarmos com um exemplo ficcional, vejamos como o personagem Benedito é caracterizado por Machado de Assis no conto mencionado acima.

“Moralmente, era ele mesmo. Ninguém muda de caráter, e o do Benedito era bom – ou melhor dizer, pacato. Mas, intelectualmente, é que ele era menos original. Podemos compará-lo a uma hospedaria bem afreguesada, aonde iam ter idéias de toda parte e de toda sorte, que se sentavam à mesa com a família da casa. Às vezes, acontecia acharem-se ali duas pessoas inimigas, ou simplesmente antipáticas; ninguém brigava, o dono da casa impunha aos hóspedes a indulgência recíproca. Era assim que ele conseguia ajustar uma espécie de ateísmo vago com duas irmandades que fundou, não sei se na Gávea, na Tijuca ou no Engenho Velho. Usava assim, promiscuamente, a devoção, a irreligião e as meias de seda.”²⁰

Aqui as “virtudes” de Benedito são a soma dos vícios, mas há um detalhe: ele delibera e escolhe a sua forma de agir. Suas “virtudes” intelectuais e morais descritas respectivamente como não originais e pacatas determinam como Benedito age: não se posiciona com relação às suas próprias idéias e se apropria de idéias de outro ser humano (no caso Inácio) de acordo com os seus objetivos imediatos.

¹⁸ O sentido de raça aqui atribuído é definido por Eric Voegelin: “é distinto do conceito atribuído nas ciências naturais. [...] Diz respeito ao sentido de integração de uma comunidade espiritualmente e politicamente”. Cf. VOEGELIN, Eric. **The Growth of the race idea**. In: SANDOZ, Ellis. *The Collected Works Of Eric Voegelin: published essays*. Missouri: University Of Missouri Press, 1940-1952. v. 10. p. 27-61.

¹⁹ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da Logoterapia e análise existencial**. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp. 50-51. (grifo nosso).

²⁰ MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução**. In: _____. *Contos: Uma Antologia*. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2. pp. 201-202.

Neste caso, notamos que a definição de virtudes utilizada por nós é a de Aristóteles, “*virtude é, então, uma disposição estabelecida que leva à escolha de ações e paixões e que consiste essencialmente na observância da mediania relativa a nós, sendo isso determinado pela razão, isto é como o homem prudente o determinaria.*”²¹

Ainda no conto de Machado, vejamos como Inácio, empresário e engenheiro se comporta diante de sua necessidade de empreender seus objetivos. É de Inácio a primeira fala com Benedito:

“- Tem razão, concordei um pouco espantado. E por que é que eu mesmo vim à Europa? Vim cuidar de uma estrada de ferro. Deixo as coisas arranjadas em Londres.

- Sim ?

- Perfeitamente.

Mostrei-lhe os papéis; ele viu-os deslumbrado. Como eu tivesse então recolhido alguns apontamentos, dados estatísticos, folhetos, relatórios, cópias de contratos, tudo referente a matérias industriais, e lhos mostrasse, Benedito declarou-me que ia também coligir algumas coisas daquelas. E, na verdade, vi-o andar por ministérios, bancos, associações, pedindo muitas notas e opúsculos, que amontoava nas malas; mas o ardor com que o fez, se foi intenso, foi curto, era de empréstimo. Benedito recolheu com muito mais gosto os anexins políticos e fórmulas parlamentares. Tinha na cabeça um vasto arsenal deles. Nas conversas comigo repetia-os muita vez, à laia de experiência; achava neles grande prestígio e valor inestimável. Muitos eram de tradição inglesa, e ele os preferia aos outros, como trazendo em si um pouco de Câmara dos Comuns. Saboreava-os tanto que eu não sei se ele aceitaria jamais a liberdade real sem aquele aparelho verbal; creio que não.”²²

Claramente observamos o comportamento de Inácio como oposto ao de Benedito. Inácio procura dados objetivos e estuda o que se predispõe a fazer: uma estrada de ferro. Há uma *deliberação* apoiada nas virtudes intelectuais e morais.

Portanto, para entendermos como o homem age e conseqüentemente constrói a sua vida, devemos entender o que é deliberação e escolha.

²¹ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1106b 36-1107a 2.

²² MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução**. In: _____. Contos: Uma Antologia. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2. pp. 205-206.

1.3. DELIBERAÇÃO, ESCOLHA E AÇÃO

Para uma definição clássica de deliberação recorreremos novamente a Aristóteles:

“Deliberamos sobre coisas que estão sob nosso controle e que são atingíveis pela ação (as quais são, efetivamente, as únicas coisas que ainda restam para serem consideradas, já que a natureza, a necessidade e o acaso, com a adição da inteligência e agir humano em geral, esgotam o elenco geralmente aceito de causas)... Ademais, não há espaço para a deliberação sobre matérias plenamente definidas e completamente formuladas como ciências, como é o caso da ortografia, uma vez que não alimentamos dúvidas quanto a como uma palavra deva ser soletrada. Deliberamos sobre as coisas nas quais a nossa ação opera, mas não produz sempre os mesmos resultados, do que constituem exemplos as questões da medicina e dos negócios; e deliberamos sobre a navegação mais do que sobre o treinamento do atleta, uma vez que foi menos cabalmente reduzida a uma ciência e, de maneira análoga, no que toca a outras atividades. E deliberamos mais a respeito das artes do que a respeito das ciências, porque temos mais incerteza acerca delas.

A deliberação, portanto, é empregada em matérias que, embora sujeitas a regras que geralmente são para o bem, são incertas quanto aos seus resultados ou conseqüências, ou nas quais resultados ou conseqüências são indeterminados e nas quais, quando a matéria é importante, solicitamos (a ajuda de) outros no nosso deliberar, desconfiando de nossa própria capacidade de decisão.

Além disso, não deliberamos acerca de fins, mas acerca de meios. Um médico não delibera se irá curar seu paciente, ou um orador se irá convencer seus ouvintes, ou um chefe de Estado se irá assegurar um bom governo, como tampouco irá qualquer pessoa discutir a respeito do fim de sua profissão ou vocação – (essas pessoas) tomam algum fim por certo e consideram como e por quais meios esse fim pode ser atingido. Se descobrirem que há vários meios para atingi-lo, passarão a considerar qual deles permitirá que o fim seja atingido da maneira mais fácil e melhor.”²³

É ainda o próprio Aristóteles quem nos dá a definição de *escolha*:

“Como, então, o objeto da escolha é alguma coisa sob nosso poder que depois da deliberação desejamos, *a escolha será um desejo deliberado de coisas em nosso poder, pois primeiramente deliberamos, em seguida selecionamos e finalmente fixamos nosso desejo de acordo com o resultado de nossa deliberação.*”²⁴

²³ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1112a 31-1112b 15. (grifo nosso).

²⁴ *Ibidem*. 1113a 12-16. (grifo nosso).

Por isso, podemos confirmar o que Aristóteles conclui em relação à forma como o ser humano delibera, escolhe e age.

“O ser humano é o princípio-fundamento de suas ações e que cabe a deliberação descobrir as ações a serem realizadas dentro da esfera do próprio poder do agente, e todas as ações visam a fins (finalidades) que são distintos delas mesmas. Infere-se, portanto, que não deliberamos a respeito de fins, mas a respeito de meios.”²⁵

A título de exemplo de deliberação, escolha e meio de viver, vejamos como o jornalista americano Ashley Kahn descreve a caracterização de um indivíduo que “tinha miolos e um esquema interessante de viver” em um livro sobre um grupo de músicos chamado *Kind of Blue*.

“Freddie” é como a maioria dos músicos se recorda de Fred Tolbert, aquele que deu inspiração ao tema blues gravado na primeira sessão de *Kind of Blue*. Freddie era um pitoresco personagem das ruas que trabalhava como barman num bar de Filadélfia chamado *The Nightlife* e sobrevivia de esmolas. Um estilo de vida que ele mais tarde admitiria abertamente em seu cartão de visitas, no qual se lia, simplesmente, “Freddie the Freeloader (Freddie, o Parasita).

Freddie ficou amigo de Miles durante o auge do sexteto, tornando-se um assíduo chupim e garoto de recado do trompetista. Como Cobb relembra:

Freddie era da Filadélfia e vivia imitando o jeito de falar de Miles. Ele trabalhava num bar perto do *Showboat*, onde a gente tocava, no térreo do hotel. Ele dava drinques de graça ao pessoal, por isso todo mundo gostava do Freddie. Então, ele decidiu vir para Nova York e andar com Miles, e aí ele aparecia em todos os shows em que a gente tocava. Se estivéssemos em Nova York, lá estava ele.

“Freddie era maluco – um maluco inofensivo”, recorda Frances Taylor, ex-mulher de Miles. “Ele estava sempre meio que por perto.”

Herbie Hancock se lembra de Freddie do começo dos anos 60:

Eu soube do Freddie Freeloader primeiro pela música (de *Kind of Blue*) e depois, quando eu estava em Nova York. Freddie era um malandro das ruas, e Miles sempre se sentiu atraído por gente que tinha miolos e um esquema interessante para viver. Todos os músicos de Nova York o conheciam de um jeito ou de outro, ele era simplesmente mais um cara na área, sabe?”²⁶

²⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1112b 33-38.

²⁶ KAHN, Ashley. *Kind of Blue: A história da obra-prima de Miles Davis*. Prefácio de Jimmy Cobb. Tradução Patrícia de Cia e Marcelo Orozco. São Paulo: Editora Barracuda, 2007. pp.105-110.. p. 107.

Sem avaliarmos os motivos finais de Freddie, notamos que suas deliberações e escolhas determinavam seu modo de vida. Considerado pelos outros como um “malandro”, que “*tinha miolos e um esquema interessante para viver.*”

Para ilustrarmos com mais um exemplo, vejamos o ensaio autobiográfico do poeta russo Joseph Brodsky (1940-1996), intitulado *Menos Que Um*, onde ele descreve o processo pelo qual um poeta delibera e escolhe os meios de redigir.

“Um homem idoso, se ainda estiver manejando uma caneta, tem uma escolha: ou escrever suas memórias ou manter um diário. Devido à própria natureza de seu ofício, os poetas tendem a ser diaristas. Muitas vezes contra sua própria vontade, mantêm um registro extremamente honesto do que acontece (a) com suas almas, seja a expansão da alma ou – mais freqüentemente – seu encolhimento e (b) com sua percepção da linguagem, pois eles são os primeiros para quem as palavras se tornam comprometidas ou desvalorizadas. Gostemos ou não, estamos aqui para aprender não apenas o que o tempo faz com o homem, mas o que a linguagem faz com o tempo. E os poetas, não vamos esquecer, são aqueles “graças aos quais ela (a linguagem) vive”. É esta lei que ensina ao poeta uma retidão maior do que qualquer credo seria capaz de ensinar”²⁷.

Sendo fazendeiro, empresário, “desocupado” ou escritor, o ser humano age e vive em sociedade. Sua ação é determinada por deliberações e escolhas próprias, que estão associadas a sua capacidade de viver inteligentemente, utilizando suas virtudes intelectuais e morais.

O homem, ao escolher entre uma ação ou outra, ao escolher agir ou não agir, o faz consultando os seus próprios julgamentos de valor que lhe são inerentes e a partir daí torna uma ação concreta. O ser agente possui *liberdade* de escolha, por isto também possui *responsabilidade* pelas suas escolhas.

Ao incluirmos o termo *responsabilidade* em nossa discussão devemos criteriosamente tratar de responsabilidade individual e responsabilidade da ação humana no mundo. E, devido à complexidade do tema, levantaremos somente algumas considerações sobre este conceito.

Esta liberdade de escolha não é, “evidentemente uma liberdade em relação a condições, quer elas sejam biológicas, psicológicas ou sociológicas; e, sobretudo não é uma liberdade de

²⁷ BRODSKY, Joseph. **Menos que Um**: ensaios. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 11-33 e pp. 129-147. p. 145.

algo, mas sim uma liberdade para algo, a saber: a liberdade para uma *tomada de decisão* perante todas as condições.”²⁸

Com relação à responsabilidade podemos dizer, de forma geral, desde os filósofos antigos e principalmente a partir do advento do cristianismo e do pensamento ocidental que está fundamentada na questão do ser agente, do homem que escolhe, age e é responsável pelas suas escolhas.

1.4. A ESCOLHA RESPONSÁVEL

Afinal, por que também escolher responsabilmente é tão importante para o homem?

Para responder, ainda que parcialmente, tomamos emprestadas as palavras de Henry B. Veatch:

“Mas geralmente, no entanto, onde essa questão de responsabilidade humana se inculca em nós, e às vezes, até, nos subjuga, é em relação com a vida boa como um todo. Aquilo em que a perfeição humana consiste, o que a autêntica felicidade humana envolve, é em certo sentido determinado pela própria natureza humana, mas não é em absoluto determinado vivermos efetivamente desse modo. Ao contrário, nós próprios devemos escolher esse modo de vida diante do fato de que, em comparação com um bem absoluto, ele pode aparecer efetivamente desse modo. Ao contrário, nós próprios devemos escolher fazê-lo. Além do mais, devemos escolher esse modo de vida diante do fato de que, em comparação com um bem absoluto, ele pode parecer efetivamente limitado e falto em todos os tipos de coisas que poderíamos desejar. Mas continua sendo a melhor vida para nós. Somos todos capazes de reconhecer isso; de fato, todos nós, em certo sentido, o reconhecemos. No entanto, quão poucos de nós buscam seriamente atingi-la, para não falar efetivamente conseguir fazê-lo. Eis aqui onde parecemos ser inescusáveis. Não é por causa de ignorância que fracassamos, em última análise, é porque não escolhemos quando podíamos escolher. *Nesse sentido, não existe alguém ou coisa alguma que possamos em última análise considerar responsáveis por esse fracasso, salvo apenas nós próprios*”²⁹.

Para conceituarmos responsabilidade, utilizaremos a definição de Viktor E. Frankl:

“Ora bem: o que é responsabilidade? Responsabilidade é aquilo por que somos “atraídos” e a que “nos subtraímos”. Assim, a sabedoria da linguagem já indica que no homem tem que haver como que forças antagônicas, que tentam impedi-lo de arcar com a sua responsabilidade

²⁸ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p.4.

²⁹ VEATCH, Henry B. **O Homem Racional**: Uma Interpretação Moderna da Ética Aristotélica. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2006.p. 194. (grifo nosso).

essencial. Realmente, na responsabilidade há qualquer coisa de abismo. E quanto mais e com mais profundidade pensamos nela, mais descobrimos o abismo, até que, finalmente, nos envolve uma espécie de vertigem. Com efeito, basta mergulharmos a fundo na essência da responsabilidade humana para logo sentirmos um estremecimento: há nela qualquer coisa de temível, se bem que haja nela também qualquer coisa de sublime ! Temível é: saber que a cada momento arco com a responsabilidade pelo momento seguinte; que todas as decisões, as de menor e as de maior monta, são decisões “para toda a eternidade”; que em cada momento realizo ou desperdiço uma possibilidade, a possibilidade deste momento preciso e único. Cada momento encerra milhares de possibilidades, mas eu só posso escolher uma delas para realizá-la, condenando todas as outras simultaneamente ao não-ser, e isto também “para toda a eternidade”! Não obstante, é sublime o saber que o futuro, tanto o meu próprio futuro como o das coisas e dos homens que me rodeiam, em certa medida, por pequena que seja, depende da decisão que eu tomo em cada instante. O que eu realizar com essa decisão, o que com ela “criar no mundo”, é qualquer coisa que ponho a salvo na realidade, preservando-a da caducidade “.³⁰

Consideramos de vital importância o fato de que ter responsabilidade e exercê-la determina e orienta o sentido da vida, a busca do bem absoluto. Por isto,

“[...] se nos remontarmos sobre a estrutura originária da nossa vivência no mundo, teremos que dar ao problema do sentido da vida uma viragem copernicana: *é a própria vida que faz perguntas ao homem. O que o homem tem que fazer não é interrogar, mas ser interrogado pela vida e à vida responder: o homem tem que responder à vida, tornando-se “responsável.”*”³¹

Podemos dizer que em todos os exemplos acima o ser humano comporta-se de forma propositada. Importante ressaltar que o homem, mesmo na presença de impulsos e desejos, no momento de agir sempre o faz por uma consideração racional de custos e benefícios.

Consideramos que a história é uma ciência da ação humana. O historiador lida com o passado e utiliza como principal ferramenta na narrativa de fatos históricos a sua própria compreensão intelectual ou seu próprio julgamento de valor. Também é inegável que, mesmo que o historiador não queira, pode produzir reflexões subjetivas e arbitrarias sobre um determinado evento. E isso ocorre porque o historiador é, antes de tudo, um ser humano – um homem que, possui uma natureza elástica, flexível, que se molda às exigências de sua circunstância, tão moldável que dá a impressão de que não possui uma natureza, mas sim uma *história*. Esta idéia vem do filósofo Ortega y Gasset, que pede o seguinte de qualquer um de nós:

³⁰ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 66-67.

³¹ *Ibidem*. p. 96.

“Tome o leitor a sua vida, em um esforço de meditação, e olhe-a contra a luz, como se olha um copo d’água para ver seus infusórios. Quando se perguntar por que sua vida é assim e não de outra forma, aparecer-lhe-ão não poucos detalhes originados por uma sorte incompreensível. Porém as grandes linhas da sua realidade parecer-lhe-ão perfeitamente compreensíveis, quando veja que ele é assim porque, em última instância a sociedade é também assim – ‘o homem coletivo’ – onde ele vive e, por sua vez, o modo de ser desta ficará esclarecido ao descobrir dentro dele o que essa sociedade foi – acreditou, sentiu, preferiu – antes, e assim sucessivamente. Quer dizer, verá em seu próprio e instantâneo hoje, atuando e vivendo, o esforço de todo o passado humano. Porque o ontem não pode ser esclarecido sem o anteontem, e assim por diante. A história é um sistema – o sistema das experiências humanas, que formam uma corrente inexorável e única. Daí que nada possa estar verdadeiramente claro na história, enquanto toda ela não esteja também clara. É impossível entender bem o que é esse homem “racionalista” europeu, se não é possível saber o que foi ser cristão, sem o que foi ser cristão, sem saber o que foi ser estóico, e assim sucessivamente [...].

A história é ciência sistemática da realidade radical que é nossa vida. É, portanto, ciência do mais rigoroso e atual presente. Se não fosse ciência do presente, onde iríamos encontrar esse passado que se acostuma atribuir-lhe como tema? O oposto, que é o de costume, equivale a fazer do passado uma coisa abstrata e irreal, que ficou inerte na sua época, quando o passado é força viva e atuante que mantém o mundo de hoje. Não há *actio in distans*. O passado não está lá, na sua data, mas aqui, em mim. O passado sou eu – se entende, a minha vida “.³²

As ciências naturais sempre partem de experiências vivenciais, praticadas em laboratórios ou não, para concluir suas teorias.

Por força de limitação de escopo no caso da história e pelas características pertinentes às ciências naturais, como explicamos acima, a *praxeologia* de Ludwig Von Mises será nossa base para o estudo da ação humana.

1.5. A AÇÃO HUMANA

³² ORTEGA y GASSET, José. **História como Sistema**. Brasília: Universidade de Brasília, 1984. p. 51. A definição filosófica de ‘História’ adotada em todo trabalho corresponde ao aqui exposto.

A praxeologia é a ciência que estuda a teoria geral da ação humana. É diferente da psicologia que estuda os fatores internos que resultam ou podem resultar numa determinada ação.

É uma ciência indiferente aos objetivos finais da ação. Suas conclusões são válidas para todos os tipos de ação, independentemente dos objetivos pretendidos. “É uma ciência de meios e não de fins.”³³

Sem podermos esgotar o assunto, chamaremos a atenção para alguns fatores primordiais componentes da ação humana no campo da praxeologia.

Em primeiro lugar, consideramos que o estudo da praxeologia tem como base o raciocínio apriorístico que é conceitual e dedutivo.

Nas palavras de Ludwig Von Mises:

“O raciocínio apriorístico é meramente conceitual e dedutivo. Não pode produzir nada além de tautologias e raciocínios analíticos. Todas as suas implicações derivam logicamente das premissas e nelas estão contidas. Seus conceitos e teoremas são ferramentas mentais que facilitam o acesso a uma melhor compreensão da realidade; é claro que não são em si mesmos a totalidade do conhecimento factual sobre todas as coisas. A teoria, por um lado, e a compreensão da vida e da realidade instável por outro, não estão em oposição. Sem a teoria, sem uma ciência apriorística da ação humana, não é possível compreender a realidade da ação humana.”³⁴

Em segundo lugar, depositamos no indivíduo a responsabilidade pelas suas escolhas subjetivas ao preferir um produto, serviço, trabalho e estilo de vida e rejeitar outros.

Ainda citando Ludwig Von Mises:

“A investigação praxeológica tem sua origem na ação individual – *na ação de um indivíduo*. Não lida, de forma imprecisa com a ação humana em geral, mas com ação específica, concreta, que uma determinada pessoa realiza numa determinada data e num determinado local. Evidentemente, não se interessa pelas circunstâncias acidentais ou ambientais desta ação nem pelo que a distingue de outras ações, mas apenas pelo que é necessário e universal na ação do homem.

³³ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p.16.

³⁴ *Ibidem*. p. 40-41.

O fato de uma ação ser praticada normalmente, de um modo que poderíamos denominar de automático não significa que não seja graças a uma vontade consciente e a uma escolha deliberada. Condescender com uma rotina que possivelmente poderia ser mudada também é ação”.³⁵

Em terceiro lugar, defende-se a capacidade que o ser humano possui de agir e gerar uma atividade por conseguir perceber o encadeamento de relações causais em suas ações no ambiente em que está inserido. Por isso, a causalidade é um requisito da ação.

E finalmente, o princípio do desconforto, como motivação para a ação. O indivíduo que age o faz por estar descontente com sua situação.

Podemos, desta forma, definir praxeologia como não sendo ciência histórica, mas uma ciência teórica e sistemática. Seu escopo é a ação humana como tal, independentemente de quaisquer circunstâncias ambientais, acidentais ou individuais que possam influir nas ações efetivamente realizadas. Sua percepção é meramente formal e geral e não se refere ao conteúdo material nem às características particulares de cada ação³⁶.

Definida a praxeologia e seu escopo, podemos agora analisar a teoria subjacente às categorias da ação: meios e fins, escala de valores, escala de necessidades e ação como troca, tempo e incerteza.

Uma ação, como comportamento propositado, é realizada para obter determinados fins e para tanto são utilizados os meios de acordo com uma escala individual de valores e necessidades. A ação concreta sempre visa a troca entre uma situação insatisfatória por uma mais satisfatória.

Aludindo a Ludwig Von Mises trancrevemos suas definições de fim, meta ou objetivo:

“Denominamos fim, meta ou objetivo o resultado que se pretende alcançar com uma ação. Estes termos também são usados, habitualmente, quando nos referimos a fins, metas ou objetivos intermediários, ou seja, etapas que o agente homem quer atingir porque acredita que, dessa maneira alcançará o seu fim, meta ou objetivo definido. Na essência, o fim, meta ou objetivo de qualquer ação é sempre aliviar algum desconforto.”

³⁵ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p.47-49. (grifo nosso).

³⁶ Ibidem. p. 34.

“Ao perceber a utilidade das coisas, de como estas coisas podem servir aos seus objetivos finais o homem se posiciona e age. No entanto, é de fundamental importância compreender que tudo aquilo que compõe o mundo exterior ao homem só se transforma em meios pelo funcionamento da mente humana e pela ação por ele engendrada.

Um fim é tudo aquilo que os homens procuram obter. Um meio é tudo aquilo que os homens empregam na sua ação.”³⁷

Com relação à escala de valores e necessidades, o próprio termo se auto define. Existe uma ordenação de valores subjetiva e arbitrária, que permite a escolha de uma ação à outra de acordo com suas preferências e necessidades. Assim, um indivíduo que valoriza mais o conhecimento escolhe se dedicar mais tempo aos estudos, do que um indivíduo que prefere a prática esportiva.

“Estas escalas não têm uma existência real, distinta do comportamento efetivo dos indivíduos. A única fonte da qual deriva nosso conhecimento em relação a estas escalas é a observação das ações do homem. Toda ação está sempre perfeitamente ajustada à escala de valores ou necessidades, porque estas escalas nada mais são do que um instrumento para interpretar a ação do homem.”³⁸

E, finalmente com relação à ação como troca, assumiremos com Von Mises que sempre o indivíduo age visando “lucrar” com a situação futura. Ainda que não seja possível medir o quanto irá lucrar com a nova situação, devido à subjetividade de sua escala de valores.

“Não faz sentido falar de cálculo de valores. O cálculo só é possível quando lidamos com números cardinais. A diferença de valor entre duas situações é inteiramente psíquica e pessoal. Não se pode projetá-la no mundo exterior. Só o indivíduo pode senti-la e nem mesmo ele poderia transmiti-la a outra pessoa. É uma grandeza de intensidade e não de quantidade.”³⁹

Ao falarmos de sairmos de um estado atual para um estado futuro, de uma ação no presente para uma ação futura estamos falando de mudança. Mudança, portanto, implica em seqüência temporal.

Toda ação está conectada à noção de tempo e é realizada no momento presente. Passado, presente e futuro se distinguem em termos de momentos de ação.

“Do ponto de vista praxeológico, existe entre o passado e o futuro um momento presente real. A ação se processa no presente real porque utiliza

³⁷ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. pp. 94-95.

³⁸ Ibidem. pp. 96-97.

³⁹ Ibidem. p. 99.

esse instante e, portanto, encarna sua realidade. A reflexão retrospectiva posterior distingue, no instante que passou, em primeiro lugar, a ação praticada e as condições que aquele instante oferecia à ação. Aquilo que não pode mais ser feito ou consumido, porque passou o momento de fazê-lo, contrasta o passado com o presente. Aquilo que ainda não pode ser feito ou consumido, porque ainda não chegou o momento de fazê-lo, contrasta o futuro com o passado. O momento presente oferece à ação oportunidades e tarefas para as quais, até então, era muito cedo e para as quais, daqui em diante, será muito tarde.

O presente, enquanto duração, é a continuação das condições e oportunidades oferecidas à ação.”⁴⁰

É importante observarmos que somente pode existir sincronismo de ações⁴¹ quando realizadas por um conjunto de indivíduos. As ações individuais possuem uma seqüência única e temporal.

A economia de tempo é uma realidade da vida, pois seria humanamente impossível realizarmos tudo aquilo a que nos propomos em uma vida caso não economizássemos tempo com ações que não nos levam aos nossos fins intermediários ou finais.

A incerteza é característica inerente da ação humana, pois não podemos prever o futuro. E esta incerteza do futuro faz parte de nossa realidade. Portanto, no estudo da ação humana e contexto da vida real não podemos falar de certezas quando nos referimos a uma ação, mas sim de riscos e incertezas.

“Podemos prever, na prática, o funcionamento de uma máquina construída de acordo com uma determinada tecnologia. Mas a construção de uma máquina é apenas uma etapa de um programa mais amplo, qual seja, o de fornecer ao consumidor o que a máquina produz. Se este produto atenderá ou não convenientemente ao consumidor, é problema que depende de condições futuras imprevisíveis no momento em que construímos a máquina. Portanto, qualquer que seja o grau de certeza no que diz respeito à previsibilidade do que a máquina produzirá não pode eliminar a incerteza inerente à ação como um todo.”⁴²

⁴⁰ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 102.

⁴¹ DICIONÁRIO ANTÔNIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Instituto Antônio Houaiss. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.p. 2577, a palavra sincronismo utilizada é definida como: “caráter ou particularidade de dois ou mais fenômenos que se passam no mesmo limite de tempo”, diferentemente da definição de “sincronicidade”, dada pelo mesmo dicionário, na mesma página, como: “PSIC segundo a teoria de C.G. Jung, coincidência de um estado psíquico com um acontecimento exterior correspondente que ocorre fora do campo de observação do observador”.

⁴² MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 107.

Ressaltamos que nosso foco de discussão é a ação racional, portanto não trataremos da ação irracional nesta dissertação. Do ponto de vista da ação real que havia sido planejada para ser realizada, não nos é possível formular uma noção de ação “irracional” cuja “irracionalidade” não esteja baseada num julgamento de valor arbitrário. Teríamos que desenvolver temas como *coerência lógica* que somente tem lugar no pensamento, e *constância de ação* que somente é possível quando preferimos algo de maior valor ao de menor valor. Estes temas exigiriam discussões que neste momento nos desviariam do nosso tema central. Por isso, deixamos propositadamente de lado o conceito de ação irracional.

Seguiremos, portanto, com o ser humano e os efeitos da ação racional no mundo.

O homem age e sua conduta tem reflexos no mundo exterior. O ser humano ao agir ordena e prefere, e ainda, dá valor às coisas visando diminuir o seu desconforto.

Ao se relacionar, cooperar e trabalhar, o agente homem entra em confronto com um mundo ao qual tem que se ajustar.

Este mundo tem por característica principal ser um mundo onde existem relações quantitativas e qualitativas e os meios para alcançar umas e outras são deveras escassos.

Para falarmos de como optamos e decidimos frente às opções do mundo exterior no que tange ao quantitativo, vamos nos lembrar da lei de utilidade marginal. Para uma definição desta lei associada à ação humana, vamos recorrer a Ludwig Von Mises:

“Esta lei não se refere a valor de uso objetivo, mas a valor de uso subjetivo. Não lida com a capacidade física ou química que as coisas têm para produzir um determinado efeito, mas com a sua relevância para o bem estar de um homem como ele o entende em cada momento e em cada situação. Não lida com o valor das coisas, mas com o valor dos serviços que um homem espera obter.

Se admitíssemos que a utilidade marginal se refere a coisas e ao seu valor de uso objetivo, seríamos forçados a concluir que a utilidade marginal poderia tanto aumentar como diminuir, ao se incrementar a quantidade de unidades disponíveis... O possuidor de cem toras de madeira poderá construir uma cabana que o protegerá da chuva melhor que uma capa impermeável. Mas, se só dispõe de menos de cem toras, poderá usá-las para fazer o piso da cabana que o protegerá da umidade do solo. Se tivesse noventa e cinco toras estaria disposto a trocar a capa impermeável por cinco toras. Se só tivesse dez toras, não trocaria sua capa nem por outras dez toras.”⁴³

⁴³ Ibidem. pp. 124-125.

Vivendo neste mundo, o ser agente ajusta a sua conduta obedecendo a valores subjetivos e o seu raciocínio inerente ao custo e benefício de acordo com uma, duas ou várias categorias da ação (meios, fins, escala de necessidades, valores, tempo e incerteza).

“Quando o agente homem tem que optar entre dois ou mais meios diferentes, ele ordena as distintas porções de cada um deles. Atribui a cada porção sua posição segundo uma hierarquia de satisfação. Isto não significa que as várias porções do mesmo meio tenham que ocupar posições sucessivas nesta hierarquia. *O estabelecimento desta hierarquia mediante a valoração é feito exclusivamente pela ação e através da ação.* “A ação não lida com unidades físicas ou metafísicas avaliadas de maneira abstrata e acadêmica; a ação é sempre uma escolha entre alternativas.” A ação não mede utilidade ou valor simplesmente escolhe entre alternativas”⁴⁴

1.6. COOPERAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE.

E como este homem age no que se refere à cooperação, atividade essencial à vida?

Ninguém optaria por ter todas as coisas boas possíveis na vida se as tivesse que usufruir sozinho, *“pois o ser humano é um ser social e destinado pela natureza a viver com os outros; em conformidade com isso, é forçoso que o homem feliz tenha companhias, porque ele possui tudo o que é naturalmente bom.”*⁴⁵

Os homens se associam para realizar projetos, para trabalhar, para viver. O fundamento essencial para a cooperação e o viver bem em sociedade é a cooperação que tem como principal motor a amizade.

O termo “amizade” pode nos parecer estranho nesta dissertação, pois sua conotação tem significados diversos e está um tanto quanto excluído desses nossos tempos modernos. No entanto, nos atemos a este conceito, por julgarmos que é o mais apropriado para expressarmos considerações futuras sobre o trabalho, a divisão do trabalho e o sentido do trabalho para o homem.

⁴⁴ Ibidem. pp.120-121. (grifo nosso).

Iremos definir o conceito “amizade” utilizando a teoria aristotélica, pois percebemos que as definições apresentadas pelo autor são amplas o suficiente para atingirmos o nosso propósito de explicarmos como se dá o relacionamento entre os indivíduos em uma sociedade.

Segundo Aristóteles há três tipos de amizade, constituídas de acordo com os interesses dos indivíduos e seus graus de envolvimento. Uma amizade pode ser constituída por interesse, por prazer e por similaridade de caráter. Vejamos como o autor define o termo:

“Assim há três tipos de amizade, correspondendo numericamente às três qualidades amáveis (às três coisas que são amáveis), visto que um amor recíproco, conhecido das duas partes, é capaz de se basear em cada uma das três, e quando os seres humanos se amam, eles se desejam o bem com referência à qualidade que é o fundamento de sua amizade. Assim, amigos que se amam com fundamento na utilidade não se amam por si mesmos, mas na medida em que algum benefício lhes possa advir um do outro. E algo análogo ocorre com aqueles cuja amizade está baseada no prazer; por exemplo: apreciamos a companhia de pessoas espirituosas não pelo que elas são em si mesmas, mas porque nos são agradáveis. Por conseguinte, numa amizade cujo fundamento é a utilidade ou o prazer, o indivíduo ama seus amigos para seu próprio bem e seu prazer, não se cogitando aqui das pessoas amadas, mas da utilidade ou prazer que elas propiciam [...]”⁴⁶

A forma perfeita da amizade é aquela entre os indivíduos bons e mutuamente semelhantes em matéria de virtude, isso porque esses amigos se desejam o bem alheio na qualidade de bem e são bons em si mesmos. Ora, são aqueles que querem bem de seus amigos em favor de seus amigos que são amigos no sentido mais pleno, visto que se amam por eles mesmos e não acidentalmente.”⁴⁷

Os homens unem-se diante de objetivos comuns como trabalhar e obter prazer. Dessa união surge a relação de amizade sob diversas formas variando de acordo com os interesses de cada um.

E são estas relações que estimulam a cooperação, que permeiam o viver humano e o tornam mais possível e agradável.

Podemos considerar que, enquanto trabalham, os homens desenvolvem o tipo de amizade baseado na utilidade, e a mesma “*se dissolve tão logo a vantagem que a determina*

⁴⁵ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. 1169b 16-19.

⁴⁶ Idem 1156a 9-18.

⁴⁷ Ibidem. 1156b 7-13.

deixa de existir, pois os amigos, neste caso, não se amam mas sim ao que obtinham um do outro.”⁴⁸

E ainda podemos dizer que as pessoas, enquanto se unem para a obtenção do prazer ou do trabalho, não estão preocupadas em desenvolver uma amizade duradoura e verdadeira. Isto pode até acontecer, mas geralmente as relações entre dois indivíduos no espaço do trabalho ou do lazer constituem-se pela utilidade, portanto,

“amizades baseadas no prazer e na utilidade podem existir entre dois indivíduos maus, entre um indivíduo mau e um bom, e entre um indivíduo nem bom nem mau e outro indivíduo de qualquer tipo. Mas é evidente que somente indivíduos bons são capazes de ser amigos pelo que são em si mesmos, vistos que indivíduos maus não extraem prazer de um relacionamento mútuo, a não ser que retirem alguma vantagem um do outro nesse relacionamento.”⁴⁹

Para ilustrarmos como a amizade por utilidade e prazer pode se dar, voltamos ao já referido conto de Machado de Assis. Inácio e Benedito já se conheceram no comboio, indo a Vassouras. Neste momento, Inácio visita Benedito e é dele a narrativa:

“Em seguida, passamos ao gabinete. Era vasto, elegante, um pouco trivial, mas não lhe faltava nada. Tinha duas estantes, cheias de livros muito bem encadernados, um mapa-múndi, dois mapas do Brasil. A secretária era de ébano, obra fina; sobre ela, casualmente aberto, um almanaque de Laemmert, publicação anual com dados, estatísticas etc. O tinteiro era de cristal, – ‘cristal de rocha’, disse-me ele, explicando o tinteiro, como explicava as outras coisas. Na sala contígua havia um órgão. Tocava órgão, e gostava muito de música, falou dela com entusiasmo, citando as óperas, os trechos melhores, e noticiou-me que, em pequeno, começara a aprender flauta; abandonou-a logo, - o que foi pena, concluiu, porque é, na verdade, um instrumento muito saudoso. Mostrou-me ainda outras salas, fomos ao jardim, que era esplêndido, tanto ajudava a arte à natureza, e tanto a natureza coroava a arte. Em rosas, por exemplo, (não há negar, disse-me ele, que é a rainha das flores) em rosas, tinha-as de toda casta e de todas as regiões.

Saí encantado. Encontramo-nos algumas vezes, na rua, no teatro, em casa de amigos comuns, tive ocasião de apreciá-lo. Quatro meses depois fui à Europa, negócio que me obrigava à ausência de um ano; ele ficou cuidando da eleição; queria ser deputado. Fui eu mesmo que o induzi a isso, sem a menor intenção de política, mas com o único fim de lhe ser agradável; mal comparando, era como se lhe elogiasse o corte do colete. Ele pegou da idéia, e apresentou-se. Um dia, atravessando uma rua de Paris, dei subitamente com o Benedito.

- Que é isto ?,exclamei.

⁴⁸ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed. Livro VIII 1157 a 15-17.

⁴⁹ Ibidem. 1157a 18-25.

- Perdi a eleição, disse ele, e vim passear à Europa.

Não me deixou mais; viajamos juntos o resto do tempo. Confessou-me que a perda da eleição não lhe tirara a idéia de entrar no parlamento. Ao contrário, incitara-o mais. Falou-me de um grande plano.”⁵⁰

A ilustração acima, além de caracterizar o tipo de cooperação entre Inácio e Benedito, leva-nos a nossa próxima discussão sobre o trabalho.

Afirmamos que tanto o prazer quanto o trabalho são ações propositadas, e a ação no mundo tem como principal meio o trabalho.

Buscamos ainda em Ludwig Von Mises a definição de trabalho:

“Denomina-se trabalho o emprego das funções e manifestações fisiológicas da vida humana como um meio. O homem trabalha ao usar suas forças e habilidades como um meio para diminuir seu desconforto, e ao substituir o escoamento espontâneo de suas faculdades físicas e tensões nervosas pela exploração propositada de sua energia vital. O trabalho é um meio e não um fim em si mesmo.”⁵¹

A definição acima vê o homem como centro da decisão que envolve a ação que é o próprio trabalho. Adicionalmente, Karl Marx introduz uma definição de capacidade de trabalho ligada à produção de valor econômico.

“Por capacidade de trabalho ou poder de trabalho entenda-se o agregado das capacidades físicas e mentais que existem em um ser humano em que se exerce toda vez que se produz um objeto qualquer de valor .”⁵²

Mas de quais capacidades físicas e mentais Marx está falando? Da capacidade *racional* ou outra? Não, Marx fala-nos de uma capacidade de *poder* em que o ser humano resolverá o problema da escassez e do valor que surge em torno de um objeto que a reduza. E esta capacidade é também reduzida, pois o trabalho é também considerado um meio escasso porque cada indivíduo ao produzir trabalho somente pode disponibilizar uma quantidade limitada de energia para realizá-lo. Dessa forma, cada unidade de trabalho produzirá um efeito limitado e diferente.

Para a praxeologia o homem escolhe entre alternativas e o fato de ele escolher está sempre associado a: 1) o ser agente viver em um mundo quantitativo 2) o ser agente escolher

⁵⁰ MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução**. In: _____. Contos: Uma Antologia. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2. p. 205.

⁵¹ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p.130.

levando em consideração uma relação de custo e benefício de acordo com seus valores, então, entre o prazer e o trabalho o homem deveria necessariamente optar pelo prazer.

Consideramos que a obtenção de prazer também é uma ação propositada. Então, porque as pessoas trabalham, já que o trabalho nesta situação seria uma desutilidade ?

Segundo Ludwig Von Mises:

“[...] o insight praxeológico fundamental, segundo o qual os homens preferem o que lhes dá mais satisfação ao que lhes dá menos satisfação e valoram as coisas com base na sua utilidade, não precisa ser corrigido ou complementado com alguma alusão à desutilidade do trabalho. Estas proposições já implicam afirmar que o trabalho é preferível ao lazer somente e quando o produto do trabalho é mais urgentemente desejado do que o desfruto do lazer .”⁵³

E ainda afirma sobre o trabalho aquele autor :

“A posição singular que o fator trabalho ocupa no nosso mundo se deve ao seu caráter não específico. Todos os fatores de produção primários obtidos na natureza – isto é, todas as coisas e forças naturais que o homem pode usar para melhorar seu bem-estar – têm poderes e virtudes específicos. Existem fins para cuja obtenção tais fatores são mais adequados, fins para os quais são menos adequados e fins para os quais são totalmente inadequados. Mas o trabalho humano é ao mesmo tempo adequado e indispensável para a realização de qualquer processo ou sistema de produção que se possa imaginar.”⁵⁴

Para aprofundarmos nossa discussão sobre o trabalho e posteriormente sobre sociedade, adotaremos alguns conceitos, apresentados de forma resumida, para tratar do fenômeno do trabalho, de acordo com Ludwig Von Mises⁵⁵.

- a) Como regra geral, o trabalho gratifica de forma indireta a quem trabalha, porque supre um desconforto pela obtenção de um fim.
- b) Há trabalhos que são imediatamente gratificantes e aqueles que são mediamente gratificantes.

⁵² MARX, Karl. **The Capital**. Chicago: Encyclopedia Britannica, Inc, 1952. (Great Books). p. 79.

⁵³ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 133.

⁵⁴ Ibidem. p. 134.

⁵⁵ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. Nas pp. 136-138, estes conceitos são apresentados de forma mais abrangente.

- c) Os trabalhos imediatamente gratificantes possuem um rendimento duplo. Além de realizar o trabalho o indivíduo também obtém satisfação na própria execução do trabalho.
- d) Essencialmente, no entanto, as atividades que nos trazem prazer e deleite são fundamentalmente diferentes do trabalho. Assim acontece com o cantor quando tem que cantar em um recital e quando pode simplesmente cantar embaixo do chuveiro. No primeiro caso, ele obtém uma gratificação indireta relacionada à atividade de cantar.
- e) Ainda existe a figura do gênio criador, aqueles indivíduos cujas realizações não se preocupam com a gratificação imediata e sim com o prazer que extraem de suas atividades criativas.

A título de ilustração, recuperamos o exemplo do escritor Joseph Brodsky ao descrever a profissão de escritor.

“Na essência, receber uma nota baixa, operar um torno mecânico, ser espancado num interrogatório ou proferir uma conferência sobre Calímaco para uma turma de estudantes é a mesma coisa. É isto que nos deixa um pouco espantados quando crescemos e nos vemos às voltas com as tarefas que deveriam supostamente caber aos adultos. A insatisfação das crianças com o controle que seus pais exercem sobre elas e o pânico de um adulto diante de uma responsabilidade são da mesma natureza. Ninguém é nenhuma dessas figuras; as pessoas talvez sejam menos que “um”.

Certamente, isto é em parte uma decorrência das profissões que exercem. Se você trabalha em um banco ou pilota um avião, sabe que, depois de adquirir uma quantidade substancial de conhecimento especializado, tem mais ou menos garantido o lucro, ou um pouso seguro. Já na profissão de escritor, o que se acumula não é um conhecimento especializado, mas incertezas. O que não passa de outro nome para o ofício. Neste campo, em que a especialização e a perícia favorecem a catástrofe, as noções de adolescência e maturidade se misturam, e o pânico é o estado mental mais freqüente.”⁵⁶

É relevante aqui considerar a diferença entre o conceito de trabalho “em abstrato” e o que lhe pode fornecer algum sentido. O Grupo alemão Krisis em seu “*Manifesto contra o Trabalho*” editado em junho de 1999 afirma:

“Se o rei Midas ao menos vivenciava como maldição o fato de que tudo o que tocava virava ouro, o seu companheiro de sofrimento moderno já ultrapassou esse estado. O homem trabalho nem nota mais que, pela

⁵⁶ BRODSKY, Joseph. **Menos que Um**: ensaios. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 11-33 e pp. 129-147. pp. 20-21.

adaptação ao padrão de trabalho, cada atividade perde a sua qualidade sensível específica e torna-se indiferente.”⁵⁷

Com essa pós-moderna distinção consideramos essencial colocar o conceito de produção, definido como a transformação de elementos ou sub-produtos, mediante a ação guiada pela razão do trabalhador, em um produto final.

Citando novamente Ludwig Von Mises:

“Só a mente humana, que dirige a ação e a produção, é criativa. A mente também pertence ao universo e à natureza; é uma parte do mundo existente e dado. Chamar a mente de criativa não implica entregar-se a especulações metafísicas. Qualificamo-la de criativa porque só conseguimos rastrear as mudanças provocadas pela ação humana até o ponto em que nos defrontamos com a intervenção da razão dirigindo as atividades humanas. *A produção não é algo físico, material e externo; é um fenômeno intelectual e espiritual.* Seus requisitos essenciais não são o trabalho humano e as forças naturais e coisas externas, mas a decisão da mente de usar esses fatores como meios para alcançar fins. O que produz o produto não é o esforço e o aborrecimento em si mesmos, mas o fato de que os esforços são guiados pela razão. Só a mente humana é capaz de diminuir o desconforto.”⁵⁸

1.7. A REFUTAÇÃO DE MARX

A característica racional do trabalho na produção capitalista é refutada por Marx em *O Capital*, vendo como somente um produto de valor a ser explorado e que acumula mais exploração e, com isso, mais poder para quem o administra – isto é, o empregador. Nada fica para quem faz o trabalho – ou seja, o próprio trabalhador. Eugen Von Bohm Bawerk explica-nos essa teoria da exploração de um modo bem sintético:

“Todos os bens de valor são produtos do trabalho humano; do ponto de vista econômico, são exclusivamente produto do trabalho humano. Contudo, os

⁵⁷ KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o Trabalho**. Cadernos do LABUR. Tradução Heinz Dieter Heidemann. São Paulo, Laboratório Geografia Urbana/FFLCH/USP, n.2, pp.66-67, Jul./99

⁵⁸ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 141.

trabalhadores não recebem o produto integral do que sozinhos produziram, pois os capitalistas, utilizando-se do controle que, pela instituição da propriedade privada, exercem sobre indispensáveis auxiliares da produção, tomam para si parte do produto dos trabalhadores. Fazem isso através do contrato de trabalho, por meio do qual compram a força de trabalho dos verdadeiros produtores, obrigados pela fome a concordarem, enquanto o restante do produto reverte para os capitalistas, sem qualquer esforço de sua parte. O juro de capital consiste, pois, numa parte do produto de trabalho alheio que se obtém através da exploração da condição de oprimidos dos trabalhadores.”⁵⁹

O resumo é perfeito porque mostra que Marx vê o trabalho não como uma ação humana que colabora e sim como algo que precisa de mais poder e que, no fundo, não há nada de racional em seu fim. Ele a observa apenas da perspectiva da exploração – que, no fim, justifica a sua teoria baseada no princípio da luta de classes. Trata-se da famosa “teoria da mais-valia”. Bohm Bawerk continua a mostrar como Marx pensa quando este grande teórico fala sobre o valor proposto pela “força de trabalho”:

“O valor da mercadoria "força de trabalho" depende, como o de qualquer outra mercadoria do tempo de trabalho necessário para sua produção, o que, nesse caso, significa que depende do tempo de trabalho necessário para produzir todos os alimentos que são indispensáveis à subsistência do trabalhador. Se, por exemplo, para os alimentos necessários para um dia for preciso um tempo de trabalho de seis horas, e se esse tempo de trabalho corporificar três moedas de ouro, a força de trabalho de um dia poderia ser comprada por três moedas de ouro. Caso o capitalista tenha efetuado essa compra, o valor de uso da força de trabalho lhe pertence, e ele a concretiza fazendo o trabalhador trabalhar para ele. Se o fizesse trabalhar apenas as horas diárias corporificadas na força de trabalho pelas quais ele teve de pagar quando comprou essa força de trabalho, não existiria a mais-valia. Ou seja, seis horas de trabalho não podem atribuir ao produto em que se corporificam mais do que três moedas, uma vez que foi isso que o capitalista pagou como salário. Contudo, os capitalistas não agem dessa maneira. Mesmo que tenham comprado a força de trabalho por um preço que corresponde só a seis horas de trabalho, fazem o trabalhador trabalhar o dia todo. Então, no produto criado durante esse dia, se corporificam mais horas de trabalho do que as que o capitalista pagou, o que faz o produto ter valor mais elevado do que o salário pago. A diferença é a "mais-valia", que fica para o capitalista.

Tomemos um exemplo: suponhamos que um trabalhador possa tecer em seis horas cinco quilos de algodão em fio, com o valor de três dólares. Suponhamos, também, que esse algodão tenha custado vinte horas de trabalho para ser produzido e que, por isso, tem um valor de dez dólares; suponhamos, ainda, que o capitalista tenha despendido com máquina de tecer, para estas seis horas de tecelagem, o correspondente a quatro horas de trabalho, que representam um valor de dois dólares. Assim, o valor total dos

⁵⁹ BOEHM-BAWERK, Eugen Von. **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo**. Tradução Lya Luft. São Paulo: Editora José Olympio, 1987. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/bbawerk/cap4.htm>>. Acesso em: Setembro/2007. p. 247.

meios de produção consumidos na tecelagem (algodão + máquina de tecer) equivalerá a doze dólares, correspondentes a vinte e quatro horas de trabalho. Se acrescentarmos a isso as seis horas do trabalho de tecelagem, o tecido pronto será pois, no total, produto de trinta horas de trabalho, e terá, por isso, valor de quinze dólares. Se o capitalista deixar o trabalhador alugado trabalhar apenas seis horas por dia, a produção do fio vai custar-lhe 15 dólares: 10 pelo algodão, dois pelo gasto dos instrumentos, três em salário. Não existe mais-valia.

Muito diferentes seriam as circunstâncias se este mesmo capitalista fizesse o trabalhador cumprir 12 horas diárias. Nestas 12 horas, o trabalhador processaria 10 quilos de algodão, nos quais já teriam sido incorporadas, anteriormente, 40 horas de trabalho, com um valor de 20 dólares. Os instrumentos teriam consumido o produto de 8 horas de trabalho, no valor de quatro dólares, mas o trabalhador acrescentaria ao material bruto um dia de 12 horas de trabalho, ou seja, faria surgir um valor adicional de seis dólares. As despesas do capitalista - 20 dólares pelo algodão, quatro dólares pelo gasto dos instrumentos, e três pelo salário - somariam apenas 27 dólares. Iria, então, sobrar uma "mais-valia" de três dólares.

Portanto, para Marx, a mais-valia é uma consequência do fato de o capitalista fazer o trabalhador trabalhar para ele sem pagamento durante uma parte do dia. O dia de trabalho se divide, assim, em duas partes: na primeira, o "tempo de trabalho necessário", o trabalhador produz seu próprio sustento, ou o valor deste; por essa parte do trabalho, ele recebe o equivalente em forma de salário. Durante a segunda parte, o "superávit em tempo de trabalho", ele é "explorado", e produz a "mais-valia", sem receber qualquer equivalente por ela⁶⁰.

Portanto, o capital não é apenas controle sobre o trabalho, como diz A. Smith. É essencialmente controle sobre o trabalho não-pago. Toda a mais-valia, seja qual for a forma em que vá se cristalizar mais tarde - lucro, juro, renda etc. - é, substancialmente, materialização de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital reside no controle que exerce sobre determinada quantidade de trabalho alheio não pago."⁶¹

A noção de que o *capital* é “o controle sobre o trabalho” trata de ver a ação humana como algo restrito apenas a componentes ideológicos que sequer foram pensados pelo homem no momento de seu ato. Apesar de suas inúmeras habilidades de raciocínio e de observação empírica, a teoria marxista perde exatamente o componente racional na ação do trabalho e, com isso, o seu componente de gerar cooperação por meio da sua divisão.

⁶⁰ BOEHM-BAWERK, Eugen Von. **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo**. Tradução Lya Luft. São Paulo: Editora José Olympio, 1987. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/bbawerk/cap4.htm>>. Acesso em: Setembro/2007. p. 205 ss.

⁶¹ Ibidem. p. 554.

1.8. A COOPERAÇÃO NA DIVISÃO DO TRABALHO

A deficiência do pensamento marxista decorre porque o princípio de divisão do trabalho é anterior à idéia que temos dele do ponto de vista social e econômico. Ele está presente nas ciências em que o princípio de cooperação existe. A divisão do trabalho para estimular a cooperação constitui um fenômeno social básico e aumenta o resultado obtido no empreendimento da produção humana. Nas palavras de Ludwig Von Mises:

“A experiência ensina ao homem que a ação em cooperação é mais eficiente e produtiva do que a ação isolada de indivíduos auto-suficientes. As condições naturais determinantes da vida e do esforço humano fazem com que a divisão do trabalho aumente o resultado material por unidade de trabalho despendido. Esses fatos naturais são:

Primeiro: a inata desigualdade dos homens em relação à sua capacidade de realizar diversos tipos de trabalho. Segundo: a distribuição desigual dos recursos naturais, não humanos, sobre a superfície da terra. Pode-se também considerar estes dois fatos como um mesmo fato, qual seja, a diversidade da natureza que faz do universo um complexo de infinita variedade. Se a superfície da terra fosse de tal ordem que as condições físicas de produção fossem as mesmas em qualquer parte, e se os homens fossem entre si tão iguais como o são dois círculos de mesmo diâmetro na geometria euclidiana, não teria surgido, entre os homens, a divisão do trabalho.

Há ainda um terceiro fato: o de existirem tarefas cuja realização excede as forças de um só homem e exige o esforço conjunto de muitos. Algumas tarefas requerem uma quantidade de trabalho que nenhum homem sozinho seria capaz de despendar, pelo simples fato de sua capacidade de trabalho ser limitada. Outras poderiam ser realizadas por um indivíduo, mas o tempo que teria que despendar seria tão longo, que o resultado só seria alcançado tarde demais, somente o esforço conjunto torna possível atingir o fim pretendido.”⁶²

Recordamos que o principal meio de ação no mundo é o trabalho; e a ação é sempre ação de indivíduos. Então, a divisão do trabalho, estimulando a cooperação se presta a um fim, que é o homem viver em sociedade. Ambos os conceitos, divisão de trabalho e sociedade estão intimamente ligados. Ludwig Von Mises descreve-nos esses conceitos:

“Sociedade é ação concertada, cooperação.

A sociedade é a conseqüência do comportamento propositado e consciente. Isso não significa que os indivíduos tenham firmado contratos por meio dos

⁶² MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p.157.

quais teria sido formada a sociedade. As ações que deram origem à cooperação social, e que diariamente se renovam, visavam apenas à cooperação e à ajuda mútua, a fim de atingir objetivos específicos e individuais. Esse complexo de relações mútuas criado por tais ações concertadas é o que se denomina sociedade. Substitui, pela colaboração, uma existência isolada – ainda que apenas imaginável – de indivíduos. Sociedade é divisão de trabalho e combinação de esforços. Por ser um animal que age, o homem torna-se um animal social.”⁶³

Na utilização de sua razão, o homem percebeu que a existência da cooperação, da sociedade e da civilização somente seriam possíveis caso ele se unisse aos outros homens. O ser agente percebeu que poderia obter muito mais da vida ao adotar a regra de viver em sociedade como fator primordial para atingir o fim natural de toda uma existência.

Consciência de espécie, senso de comunidade ou de propriedade comum são termos utilizados pelos sociólogos para explicar o fenômeno de se viver em sociedade. No entanto, todos estes conceitos são aplicáveis somente se reconhecermos “*o fato de que todos os outros seres humanos são virtuais colaboradores na luta pela sobrevivência, porque são capazes de reconhecer os benefícios mútuos da cooperação, enquanto que os animais não têm essa capacidade.*”⁶⁴

Não vamos explicar neste trabalho a origem da sociedade. Adotaremos a explicação praxeológica de Von Mises sobre sociedade e divisão do trabalho:

“Se, e, na medida em que, pela divisão do trabalho obtém-se maior produtividade do que a obtida pelo trabalho isolado, e se, na medida em que, o homem seja capaz de perceber este fato, a ação humana tende, naturalmente, para a cooperação e para a associação; o homem torna-se um ser social não por sacrificar seus interesses em favor de um mítico Moloch, a sociedade, mas porque pretende melhorar seu próprio bem-estar. A experiência ensina que esta condição – maior produtividade alcançada pela divisão do trabalho – se torna efetiva porque sua causa – a desigualdade inata dos homens e a desigual distribuição geográfica dos fatores naturais de produção – é real. É este fato que nos permite compreender o curso da evolução natural.”⁶⁵

Ao refletirmos sobre a divisão do trabalho, é evidente que temos que falar também de seus efeitos negativos. E, como uma imagem vale mais do que mil palavras, recordamos o

⁶³ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 143.

⁶⁴ Ibidem. p. 144.

⁶⁵ Ibidem. p. 160.

filme de Charles Chaplin – *Tempos Modernos*⁶⁶, de 1936, em que o principal personagem se vê envolvido com uma série de situações justificadas pelos “tempos modernos” em que vive.

Os momentos em que o personagem está em uma linha de montagem são um retrato fiel do que entendemos por divisão do trabalho no chão de fábrica. Nas cenas ambientadas na fábrica, temos como ação do personagem o “apertar de parafusos” de um produto qualquer. O trabalho é compartilhado por outros dois personagens na linha de montagem, é repetitivo e desgastante a ponto de encaminhar o principal personagem para o manicômio.

Os múltiplos efeitos negativos da divisão do trabalho estão ali registrados de forma exacerbada e magistral.

Podemos citar entre os principais efeitos da divisão do trabalho, do ponto de vista do trabalhador: 1) a intensificação da desigualdade inata dos homens, pois exige que o trabalhador se torne especialista no processo que executa no trabalho e 2) o desenvolvimento de certas habilidades necessárias ao trabalho faz com que o homem deixe suas outras habilidades de lado.

Segundo Ludwig Von Mises, a mecanização também pode ser considerada um fator intensificador dos efeitos da divisão do trabalho.

“A divisão do trabalho divide os vários processos de produção em tarefas mínimas, muitas das quais podendo ser realizadas por dispositivos mecânicos. Este fato tornou possível o uso das máquinas e provocou o assombroso progresso das técnicas de produção. A mecanização é fruto da divisão do trabalho, sua consequência mais benéfica, e não sua causa e sua fonte. A maquinaria especializada movida a motor só poderia ser empregada num ambiente social onde predominasse a divisão do trabalho. Cada avanço na direção do uso de máquinas mais especializada, mais refinadas e mais produtivas exige uma maior especialização das tarefas.”⁶⁷

1.9. ESPECIALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO INDIVÍDUO.

⁶⁶ **TEMPOS Modernos.** Direção de Charles Chaplin. EUA: Charles Chaplin Productions, 1936.

⁶⁷ MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia.** Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199. p. 164.

Ao incentivar a cooperação na sociedade, a divisão do trabalho associada à mecanização provoca uma maior produtividade. Mas quais são as conseqüências para o ser humano desta mecanização e busca da maior produtividade?

De imediato, podemos citar a crescente necessidade de especialização, paralelamente à fragmentação do indivíduo.

Qualquer que seja a sua atribuição ou função no mundo do trabalho, o homem lida com estes dois movimentos o tempo inteiro. A especialização, fundamental para desempenhar seu papel na fábrica ou no escritório, e a fragmentação do seu papel enquanto indivíduo.

A especialização atinge os vários níveis da realidade do mundo do trabalho.

Tomemos como exemplo a realidade de uma empresa/firma/organização que basicamente pode possuir áreas ou processos de manufatura, vendas, inovação e realiza a gestão do negócio de forma geral. Minimamente precisaremos de grupos de especialistas para lidar com o trabalho da produção, com venda de produtos e a criação de novos produtos. E ainda existe a necessidade de especialistas gestores do negócio que devem promover a interação intrínseca aos vários grupos desta organização.

Ao extrapolarmos os efeitos desta especialização inerente ao mundo do trabalho, encontramos o que diz Eugen Rosenstock-Huessy:

“A gestão do negócio é sempre mediadora entre as potenciais mudanças tecnológicas nos produtos, métodos e tempos de produção e a realidade das possibilidades para a divulgação e venda dos produtos. Como expressamos esta relação crucial por uma cruz, devemos posicionar os gestores no centro da indústria enfrentando as operações no campo, o vendedor enfrenta o mercado. Os engenheiros lidam com o futuro, fragilizado pelas mudanças tecnológicas. Os operários permanecem nos bastidores cumprindo rotinas estabelecidas novamente e novamente e novamente. A análise crucial de grupos não é, obviamente, restrito à indústria. Em todos os lugares eu observo que qualquer “grupo vivo”, família, exército, clube de futebol, nação, igreja não pode se ver livre da realidade de se dividir nestas quatro direções e delegar especialistas para lidar com o novo, o velho, o externo e a vida interior inerente ao grupo.”⁶⁸

⁶⁸ ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **The multiformity of man**. Vermont, USA: Argo Books, 2000. pp. 4-5. Nota de tradução de nossa autoria: O termo “futuro” utilizado no texto está relacionado à função do engenheiro, da mesma forma os termos “velho e rotina” estão relacionados à função dos operários, o termo “externo” está relacionado à função dos vendedores; e os termos “vida interior” e “relações” estão relacionados aos “gestores”.

A industrialização crescente, a partir do fim do século XIX fez com que a realidade humana fosse totalmente transformada. A substituição do fator de produção da terra pela fábrica criou novas perspectivas e formas de se relacionar com a vida.

Passamos a viver em um mundo em que a engrenagem e a máquina aceleram a produção, aceleram o tempo e por isto provocam novos comportamentos no homem e na sociedade em geral.

Nas palavras de Viktor E. Frankl:

“O final do século XIX e o começo do século XX deformaram completamente a imagem do homem, vendo-o predominantemente no seu vário estado de sujeição; quer dizer na sua hipotética impotência em face dos liames que o atam; assim, o biológico, o psicológico, o sociológico. E a liberdade verdadeiramente humana, a liberdade do espírito em face da natureza – a única, aliás, que constitui a essência do homem foi esquecida. Como se vê, surgiram, junto do psicologismo, um biologismo e um sociologismo que inculcaram simultaneamente e na mesma medida uma imagem desfigurada do homem.”⁶⁹

A imagem desfigurada do homem citada acima está diretamente ligada à sua fragmentação do homem, representada, principalmente, na sociedade industrial pela forma como os salários são pagos. Várias formas de pagamento de salário coexistem: há pagamentos mensais, quinzenais, diários, mas a novidade consiste no *cálculo* do trabalho ser realizado pela quantidade de *horas* trabalhadas.

Encontramos também neste fato um componente de fragmentação do homem como indivíduo. Ao existir a possibilidade do pagamento por horas trabalhadas, podemos dividir o tempo do indivíduo de acordo, por exemplo, com as necessidades de produção da fábrica.

O tempo passa a ser o fator determinante da realidade da ação humana. O tempo presente torna-se cada vez mais fragmentado, fragmentando assim o indivíduo. Instala-se um novo calendário para o homem, que está dissociado do antigo tempo em que o plantio e a colheita determinavam o seu tempo de trabalho e descanso.

Retomando o “Manifesto contra o Trabalho” do grupo Krisis citado anteriormente, verificamos a mudança de enfoque da fragmentação do homem trabalhador.

⁶⁹ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 49.

“ Somente o moderno sistema produtor de mercadorias criou , com seu fim em si mesmo da transformação permanente de energia humana em dinheiro, uma esfera particular, “dissociada” de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho – uma esfera de atividade dependente, incondicionada e robótica, separada do restante contexto social e obedecendo a uma abstrata racionalidade funcional de “economia empresarial”, para além das necessidades. Nesta esfera separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado; torna-se simples matéria prima que precisa ser otimizada: “tempo é dinheiro”. (...) A vida se realiza em outro lugar, ou não se realiza, porque o ritmo do tempo do trabalho reina sobre tudo”⁷⁰

Surge no tempo do trabalho um novo calendário e o homem precisa se posicionar de forma diferente perante as novas realidades da vida. Eis uma diferente visão desse novo posicionamento humano conforme Eugen Rosenstock-Hussey.

“Em 1918, os trabalhadores marcharam nas ruas de Berlim com uma placa: “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, oito horas de sono”. Eles capitularam ao novo calendário; eles tinham tornado-se proletários reais. Eles agora mensuravam o seu próprio futuro de vida por métodos de custos, que não tem nada a ver com a vida de um homem, mas somente com a antecipação de horas para aquisição de uma parte de trabalho.”⁷¹

Outro componente observável da fragmentação do indivíduo, associado ao tempo, é a instituição de turnos em uma fábrica. O tempo da produção é de 24 horas, portanto são necessários *três homens* para suprir *uma unidade do tempo* disponível para a produção.

Nesta nova sociedade industrial “*um homem*” é visto como parte da produção. Como o tempo de produção é interminável as horas de trabalho do homem devem estar disponíveis a qualquer momento. Desta forma “todo individualismo no senso convencional é abolido.” Vejamos em primeiro lugar de acordo com Eugen Rosenstock-Huessy e depois de acordo com Viktor E. Frankl, como isto acontece:

“A representação do homem na indústria não pode ser adquirida pelo indivíduo. No trabalho técnico, o time é a unidade natural. Os três homens (representados pelos seus físicos) devem ser concebidos como uma unidade de trabalho, a menor molécula social possível. Nosso princípio de tempo, torna fácil observar o que “precursores” do espaço (fábrica) deliberadamente forçaram: aquele homem, ao entrar na fábrica é um terço de uma única força de trabalho que pode ser utilizado no sistema sem resultados desastrosos.”⁷²

⁷⁰ KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o Trabalho**. Cadernos do LABUR. Tradução Heinz Dieter Heidemann . São Paulo, Laboratório Geografia Urbana/FFLCH/USP, n.2, pp.27-28. Jul./99

⁷¹ ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **The multiformity of man**. Vermont, USA: Argo Books, 2000. p. 22. Tradução nossa.

⁷² Ibidem. p. 28. Tradução nossa.

“A relação natural do homem com o seu trabalho profissional, considerado como campo de possível realização criadora de valores e da realização única e plena de si mesmo, sofre muitas vezes um desvio em virtude das circunstâncias dominantes no trabalho. Penso sobretudo nos homens que se queixam de trabalhar oito ou mais horas por dia para um empresário, para os interesses dele, fazendo em série os mesmos movimentos, acionando sempre a mesma alavanca de uma máquina – num trabalho tanto mais exato e oportuno quanto mais impessoal e estandardizado. Evidentemente que, em tais circunstâncias, só se pode conceber o trabalho como simples meio para um fim, o fim de ganhar a vida, de ganhar os meios necessários para viver a vida propriamente dita.”⁷³

Seguimos com as palavras de Viktor E. Frankl para falar da realidade do empregador:

“Mas o próprio empresário, o empregador, também não está sempre “livre” no seu tempo livre; também nem sempre está dispensado de sofrer os mencionados desvios das relações naturais do trabalho.”⁷⁴

Na grande maioria dos casos, mas não exclusivamente, é por intermédio do trabalho que o homem realiza o seu sentido de vida, pois em “particular, o trabalho pode representar o campo em que o ‘caráter de algo único’ do indivíduo se relaciona com a comunidade, recebendo assim o seu sentido e o seu valor.”⁷⁵

O fato de se tornar especialista em sua função e “aceitar” a fragmentação existente na vida devido ao trabalho não garantiu ao homem um emprego.

O profissional moderno fruto da divisão do trabalho, reconhece que a evolução tecnológica faz com que novas fábricas apareçam decorrentes de novos produtos, tornando outras fábricas obsoletas, e que a sua especialização pode ser substituída, a qualquer momento, por uma máquina.

Da mesma forma, qualquer gestor de negócios ou empresário não garante a sua perenidade no mundo dos negócios, pois sofre dos efeitos da evolução característica do tempo em que vive.

O desemprego é uma realidade do mundo. O que o torna mais ou menos nefasto para a sociedade é a forma como os homens lidam com esta realidade.

⁷³ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 162. (grifo nosso).

⁷⁴ Ibidem p. 162.(grifo nosso).

⁷⁵ Ibidem. p. 160.

Sendo o trabalho um meio, torná-lo fim único da vida deturpa o seu real valor e torna insuficiente o valor da vida do ser humano.

1.10. O VÁCUO EXISTENCIAL

O grande vilão do mundo moderno, no entanto, não é o trabalho como meio e sim o fato de ele ter sido tornado “fim” na e da vida: o vácuo existencial.

Este vácuo existencial também é fruto da “incompetência” humana de lidar com o seu tempo livre, assunto que será explicado no terceiro capítulo.

No caso daquele homem que exerce o trabalho mecanizado, que tem no trabalho o seu único fim de sobrevivência, a vida somente começa com o tempo livre quando, normalmente, está tão esgotado que não pode “aproveitá-lo” ou aproveita-o somente para recompor as suas energias vitais, por exemplo, dormindo no seu tempo livre.

Na outra extremidade da cadeia, o empresário toma muitas vezes para si o objetivo de unicamente ganhar dinheiro como fim da vida e o faz trabalhando, somente trabalhando e enriquecendo continuamente.

Este é o principal mal dos tempos modernos associado ao trabalho, o vácuo existencial que se vê muitas vezes configurado na “neurose dominical”, que Viktor E. Frankl explica-nos.

“A plenitude de trabalho profissional não é idêntica à plenitude de sentido da vida criadora. De quando em quando, aliás, o neurótico tenta fugir da vida pura e simples, da vida em toda a sua grandeza, refugiando-se na vida profissional. O certo é que o verdadeiro vazio e, afinal, a pobreza de sentido da sua existência, vêm a luz do dia logo que a sua laboriosidade profissional se paralisa por certo lapso de tempo: quando chega o domingo!”⁷⁶

Associada ao trabalho sem sentido e ao desemprego a “neurose dominical” pode deixar o homem sem respostas para o sentido da vida.

1.11. O SENTIDO DA VIDA

E o que seria este sentido da vida?

Em primeiro lugar esclarecemos que o sentido da vida não está para nós associado à “problemática finalidade e fim” do mundo como um todo, ou ao sentido do destino que vem ao nosso encontro, das coisas que nos sucedem. As possíveis respostas positivas a estes problemas pertencem propriamente ao domínio reservado da metafísica que não é o objeto desta dissertação.

Ainda, não falaremos de questões associadas à moral de costumes para definirmos o sentido da vida, pois abordamos de passagem o tema ao falarmos de “bem supremo”, virtudes racionais e morais.

Discutiremos sucintamente o conceito de sentido da vida para o indivíduo porque é precisamente neste sentido que encontraremos definições para o sentido do trabalho. Cumpre esclarecer que, para o indivíduo, apesar de parecer um pleonasma, o sentido da vida é um problema caracteristicamente humano.

Para Viktor E. Frankl, o sentido da vida é subjetivo. Ou seja, cada ser humano deve ter um sentido para a sua vida. Não há um sentido único para todos os seres humanos.

“Permita-se-me fazer ainda uma observação a respeito da objetividade daquilo a que chamo sentido: a objetividade não exclui a sua subjetividade. Explico-me: o sentido é subjetivo na medida em que não há um sentido para todos, mas sim um sentido para cada um dos outros; entretanto, no caso concreto de que se tratar, o sentido não pode ser *puramente* subjetivo: não pode ser a mera expressão reflexo do meu ser, nos termos em que o subjetivismo e o relativismo o entendem e no-lo pretendem fazer crer.

Assim, quando dizemos que o sentido é não só subjetivo, mas também relativo, apenas queremos salientar que está numa determinada relação com a pessoa, - e com a situação em que precisamente essa pessoa se realiza e se insere. Sob este *prima*, é claro que o sentido de uma situação é realmente relativo; é-o, assim, em relação a uma situação tomada, no caso concreto como irrepetível e única.

⁷⁶ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 168.

A pessoa tem que atingir e captar o sentido, tem que apreendê-lo, percebê-lo e efetivá-lo, isto é, realizá-lo. O sentido portanto, em virtude da sua relação com a situação é também, por seu turno, irrepetível e único; e esta unicidade do “único que se impõe” faz com que o sentido, extraído da sua trans-subjetividade, em de ser algo dado por nós, seja para nós um dado, por muito que a percepção e realização deste dependa da *subjetividade do saber e da consciência humanos*.⁷⁷

O sentido “esconde-se” em cada situação de nossas vidas. Temos também a responsabilidade de interpretá-lo. “*Contudo, na vida não se trata de uma atribuição de sentido; o que se faz não é dar um sentido, mas encontrá-lo: encontrar, dizemos e não inventar, já que o sentido da vida não pode ser inventado, antes tem que ser descoberto.*”⁷⁸

Para descobrirmos o sentido da vida, devemos observar a sua riqueza e para percebermos a sua riqueza temos que nos apoiar em valores. Segundo Viktor E. Frankl, há três categorias de valores: criadores, vivenciais e atitudinais.

Os valores criadores são como o próprio nome define aqueles relativos a atos criadores, aqueles atos onde o ser humano intencionalmente cria, seja uma obra de arte, seja o seu trabalho. Existe a ação do ser humano para criar algo que ele atribui um valor – um valor criador.

Os valores vivenciais estão relacionados a experiências de vida, como por exemplo, ver o pôr do sol, ou ouvir um pássaro e tirar valor para as nossas vidas em função daquele momento vivido, experimentado.

Os valores atitudinais poderíamos dizer são mais fundamentais, pois determinam como o homem se insere em uma situação de sua vida. Daí, independente das oportunidades de realizar o seu sentido por meio de valores criadores ou vivenciais o homem poderá realizar o seu sentido dependendo da sua atitude perante a vida.

“A possibilidade de realizar estes valores de atitude sempre se verifica, portanto, quando um homem arrasta um destino perante o qual nada mais pode fazer que aceitá-lo, suportá-lo, tudo está no modo como o suporta, tudo depende de que carregue sobre si como uma cruz. Trata-se de atitudes tais como: a valentia no sofrimento, a dignidade na ruína e no malogro. Ora, desde que os valores de atitude se incluam na esfera das possíveis categorias

⁷⁷ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp. 75-76.

⁷⁸ Ibidem. p. 77.

de valores, fica patente que a existência humana nunca na realidade e propriamente se pode considerar sem sentido: *a vida do homem conserva o seu sentido até “às últimas horas”, até o último suspiro*. Enquanto está consciente, o homem tem uma responsabilidade perante os valores, ainda que apenas se trate de valores de atitude. Enquanto tem um ser-consciente, tem também um ser-responsável. A sua obrigação de realizar valores não o deixa em paz até o último instante da existência. Por muito limitadas que venham a ser possibilidades da realização de valores, a realização de valores de atitude sempre continua a ser possível. Assim se demonstra, por outro lado, a validade da afirmação de que partimos: ser-homem significa ser-consciente e ser-responsável.”⁷⁹

Definidas estas três categorias de valores, devemos incluir mais uma última categoria de valor. Viktor E. Frankl, citando Max Scheler, lembra-nos de uma última categoria de valor, denominado *valor de situação* que também é considerado essencial na busca do sentido da vida. Segundo Frankl Scheler explica-nos que valores de situação dão à existência um caráter único e irrepitível.

“[...] estes valores, é como se estivessem à espera de que a sua hora chegasse, à espera de que um homem aproveite a ocasião irrepitível de realizá-los; a ocasião que se deixa passar será ocasião perdida irremediavelmente e o valor de situação fica para sempre irrealizado – o homem desperdiçou-o.”⁸⁰

Para definirmos sentido de vida podemos ainda afirmar que o sentido é o “guia do ser” e se realiza sempre na tensão entre ser e dever-ser do homem. “*O certo é que aquilo de que o homem realmente precisa, não é de um estado isento de toda e qualquer tensão, senão de certa tensão, uma sadia dose de tensão, - aquela doseada tensão que lhe provocam no ser as exigências e solicitações de um sentido.*”⁸¹

Há também aspectos essenciais ao sentido da vida que devem ser considerados. Estes estão intimamente ligados ao *conceito de vida no tempo: a irrepitibilidade, a irreversibilidade e a fragmentação*. Tomamos o exemplo ilustrativo de Viktor E. Frankl:

“O homem, efetivamente, assemelha-se a um escultor que trabalha com cinzel e martelo a pedra informe, de modo que a faz adquirir forma pouco a pouco. É como se o homem fosse modelando o material com que o destino o brinda: ora criando, ora experimentando vivências ou sofrendo, o homem procura ‘arrancar valores da vida, a golpes’, para a transformar quanto possível em valores criadores, vivenciais ou de atitude. Demais, nesta comparação com a atividade do escultor, podemos introduzir o elemento

⁷⁹ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 83.

⁸⁰ Ibidem. p. 91.

⁸¹ Ibidem. p. 105.

tempo; basta imaginar que, para terminar a sua obra de arte, o escultor dispõe apenas de um tempo limitado, desconhecendo contudo o momento em que a tem de acabar e entregar. Assim, nunca sabe quando será “exonerado”, ignorando mesmo se a exoneração ocorrerá no momento seguinte. Desta maneira, também ele se vê forçado, em todo o caso, a aproveitar o tempo, considerando o risco de deixar a sua obra em embrião, em fragmento. Diga-se, entretanto, que, caso a não pudesse terminar, nem de longe ficaria sem valor a sua obra. O “caráter fragmentário” da vida (Simmel) não prejudica de modo algum o seu sentido. Nunca poderíamos avaliar a plenitude de sentido duma vida humana com base na sua duração.”⁸²

Finalmente, além de utilizarmos os valores vivenciais, criadores, atitudinais ou de situação para engendrarmos o sentido de nossas vidas, contamos ainda com mais um elemento fundamental que nos suporta na busca deste sentido: a nossa “instituíbilidade”.

Para ilustrarmos o tema da instituíbilidade, vamos nos remeter ao contexto dos campos de concentração nazistas – uma situação de vida onde as “perdas” são tantas que não se tem de onde extrair-se um sentido para a vida – e onde, os prisioneiros que ali encontravam-se não tinham mais o que esperar da vida, portanto a busca de um sentido muitas vezes esvaziava-se.

Estudos realizados em prisioneiros de campos de concentração indicam que aqueles que sobreviveram à experiência de viver neste ambiente desumano o fizeram por possuírem um sentido de vida externo e por contarem com a necessidade de concluir uma tarefa na qual eles eram considerados instituíveis.

Extraímos um exemplo de Viktor E. Frankl:

“Numa conversa comum com dois desses prisioneiros cujo desespero se tinha ido agravando até os levar à decisão do suicídio, produziu-se uma vez um resultado desse tipo. Ambos estavam dominados pela sensação de que *já não tinham nada a esperar da vida*. O que era indicado, no caso, era levá-los a efetivar aquela viragem copernicana de que já falamos, declarando que, ao efetuar-la, a vida não poderia propriamente ser interrogada sobre o seu sentido, antes se tratava de responder-lhe às perguntas concretas, aos problemas por ela apresentados; de modo que o havia que fazer era que eles fossem responsáveis perante ela. E realmente em breve se tornou patente que – para além do que ambos os prisioneiros tinham a esperar da vida – era a vida deles que tinham missões bem concretas à sua espera. O certo é que, conforme se comprovou, um deles tinha publicado uma série de livros de geografia, mas sem a haver terminado; o outro tinha no estrangeiro uma filha que dele dependia e o idolatrava. A um, esperava-o uma obra; ao outro, um

⁸² FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp.110-111.

ser humano. Portanto, ambos estavam igualmente seguros naquele “caráter de algo único”, naquela insubstituibilidade que logra dar à vida um sentido incondicionado, a despeito do sofrimento. Afinal um deles era tão insubstituível para o respectivo trabalho científico como o outro para o amor da sua filha.”⁸³

Desta forma, mesmo que sucintamente, indicamos quais são para Frankl os principais aspectos e características do *sentido da vida*. Se a felicidade é o bem supremo, o sentido da vida é como chegamos a este fim. Nas palavras de Hillel citadas em Frankl: “*Se eu não o faço, quem o fará? E se eu o não faço agora, quando se fará? E, se para só para mim o faço, o que é que eu sou afinal?*”⁸⁴

Anteriormente, conceituamos o trabalho como ação humana propositada e indicamos os mais relevantes efeitos negativos do trabalho: a fragmentação e o vácuo existencial advindas da criação da nova sociedade industrial.

Lembramos da inequívoca ligação entre divisão do trabalho e sociedade. De agora em diante, nos ocuparemos com o sentido do trabalho.

Se é possível falar de um sentido da vida, haveria, então, um sentido do trabalho?

1.12. O TRABALHO TERIA UM SENTIDO?

Tomamos o trabalho como ação humana propositada, ato criador do homem. Para criar este trabalho o homem necessita e desenvolve habilidades técnicas e/ou gerenciais que geralmente o especializam para exercer uma determinada função dentro de um ambiente fabril ou não.

O trabalho serve para que os homens criem algo e se desenvolvam enquanto seres humanos por meio da cooperação, proporcionando uma melhor qualidade de vida em sociedade.

“[...] enquanto os valores criadores ou a sua realização ocupam o primeiro plano da missão da vida, a esfera da sua consumação concreta costuma coincidir com o trabalho profissional. Em particular, o trabalho pode representar o campo em que o “caráter de algo único” do indivíduo se relaciona com a comunidade, recebendo assim o seu sentido e o seu valor. Contudo, este sentido e valor são inerentes em cada caso, à realização (à

⁸³ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp. 146-147.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 167.

realização com que se contribui para a comunidade) e não a profissão concreta como tal.

Qualquer profissão, portanto, pode dar satisfação ao homem, desde que “aquele caráter insubstituível da vida humana, aquela impossibilidade de o homem ser representado por outrem no que só ele pode e deve fazer, o seu caráter de algo único” e irrepetível, a que nos temos referido, sempre depende do homem: não do que ele faz, mas de quem o faz e o modo como o faz.”⁸⁵

O resultado de uma pesquisa recente realizada por Estelle M. Morim, com administradores do Quebec e da França, permitiu que ela definisse algumas características inerentes ao trabalho que tem um sentido: *“um trabalho que tem sentido é feito de maneira eficiente e leva a alguma coisa; é intrinsecamente satisfatório; é moralmente aceitável; é fonte de experiências de relações humanas satisfatórias; garante segurança e autonomia; mantém ocupado; e finalmente, permite encontrar pessoas com quem os contatos podem ser francos, honestos, com quem se pode ter prazer em trabalhar, mesmo em projetos difíceis.”*

86

A título de ilustração iremos indicar as respostas que foram dadas pelos entrevistados a duas perguntas: o que procuram no trabalho e o que confere sentido ao trabalho.

As respostas dadas pelos entrevistados sobre o que procuram no trabalho foram essencialmente: *“um trabalho interessante, com muita autonomia; a possibilidade de me realizar e desenvolver meus talentos, de exercer a minha criatividade e me completar; boas condições de trabalho; e finalmente, poder dar um sentido a minha vida.”*⁸⁷

Foram dadas as seguintes respostas à pergunta *um trabalho tem sentido se ...* *“permite atualizar seu potencial, aprender e se ultrapassar; é interessante, dá prazer; beneficia aos outros; faz sentir-se útil, valorizado; feito de maneira eficiente leva a algum lugar; feito com outras pessoas.”*⁸⁸

Como observamos os elementos de ação propositada do indivíduo, que buscam fundamentalmente o seu auto-desenvolvimento por meio de um ato criador e o viver em

⁸⁵ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida:** fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 160.

⁸⁶ MORIN, Estelle M. Os Sentidos do Trabalho. **RAE:** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, ERA Livros/FVG. v. 41, n. 3, pp. 8-9, jul./set. 2001.

⁸⁷ Ibidem. (grifo nosso).

⁸⁸ Ibidem (grifo nosso).

sociedade estão permeados tanto nas respostas dos indivíduos quanto nas conclusões da pesquisadora.

Essencialmente, os conceitos de criação pela razão e de viver em cooperação são as fontes do sentido do trabalho.

Partindo da ilustração do mosaico podemos entender melhor o que isto significa:

“Num mosaico, cada um dos fragmentos, cada pedra, é, na forma e na cor, algo incompleto e ao mesmo tempo imperfeito; só no todo e para o todo significa cada uma alguma coisa. Se cada pedra – a modo de miniatura, digamos – contivesse já o todo, então poderia ser substituída por outra: tal como acontece com um cristal, que de algum modo pode ser perfeito na sua forma, mas precisamente por isso é substituível por qualquer outro exemplar da mesma forma: afinal de contas, todos os octaedros são iguais.

Quanto mais um homem é diferenciado, tanto menos corresponde à norma – quer no sentido de média, quer no de ideal; mas é pelo preço desta normalidade ou idealidade que adquire a sua individualidade, o sentido da personalidade humana é sempre orientado e referido pela comunidade. Com efeito, assim como o caráter único e peculiar só confere valor ao pequeno fragmento do mosaico em relação ao todo respectivo, assim também o sentido do ‘caráter de algo único’ de qualquer personalidade humana reside exclusivamente no que ela significa em ordem a um todo superior. Desta maneira, o sentido da existência pessoal, enquanto pessoal, o sentido da pessoa humana enquanto personalidade, está numa referência que lhe ultrapassa os limites, apontando para a comunidade, transcende-se a si mesmo o sentido do indivíduo...Mas não é só a existência individual a precisar da comunidade para vir a ser portadora do sentido; pode-se dizer também o contrário: a comunidade, por seu turno, precisa da existência individual para ter algum sentido. É isto o que a distingue da massa pura e simples. A massa com efeito, não tolera individualidade nenhuma, e menos ainda que a existência individual possa achar em seu seio uma plenitude de sentido.”⁸⁹

Cooperar, estar em sociedade, desempenhando o seu ato criador, o trabalho é, principalmente, o que faz com que o homem faça parte do grande mosaico social, aperfeiçoando-se e realizando-se enquanto ser humano.

Não podemos deixar de comentar que é este o sentido do trabalho não alienado para Marx. Retomaremos a questão da redução da jornada de trabalho no capítulo 3 desta dissertação.

⁸⁹ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. pp. 114-115.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade ou por uma utilidade externamente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, se manter e se reproduzir na vida. Igual ação do homem civilizado quaisquer que sejam as formas de sociedade e os modos de produção. Aqui começa a se esboçar o reino do imprescindível. As necessidades aumentam simultaneamente com a ampliação das forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-se coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.⁹⁰

Voltemos agora aos nossos ilustres personagens, Inácio – engenheiro e empresário – e Benedito – aspirante à política –, que nesse momento da narrativa do conto buscam o seu sentido no trabalho que ambicionam exercer. É de Inácio a primeira fala:

“[...] Em seguida, perguntou-me pela empresa; disse-lhe o que havia.

- Dentro de dois anos conto inaugurar o primeiro trecho da estrada.

- E os capitalistas ingleses?

- Que têm?

- Estão contentes, esperançados?

- Muito; não imagina.

Contei-lhe algumas particularidades técnicas, que ele ouviu distraidamente – ou porque a minha narração fosse em extremo complicada, ou por outro motivo. Quando acabei, disse-me que estimava ver-me entregue ao movimento industrial; era dele que precisávamos, e a este propósito fez-me o favor de ler o exórdio do discurso que devia proferir dali a dias.

- Está ainda em borrão, explicou-me; mas as idéias capitais ficam. E começou: “No meio da agitação crescente dos espíritos, do alarido partidário que encobre as vozes dos legítimos interesses, permiti que alguém faça ouvir uma súplica da nação. Senhores, é tempo de cuidar, exclusivamente, – notai que digo exclusivamente, – dos melhoramentos materiais do país. Não

⁹⁰ MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, [s.d.]. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. v. VI. 3. ed. v. 38-E. (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia). p. 942.

desconheço o que se me pode replicar; dir-me-eis que uma nação não se compõe só de estômago para digerir, mas de cabeça para pensar e de coração para sentir. Respondo-vos que tudo isso não valerá nada ou pouco, se ela não tiver pernas para caminhar; e aqui repetirei o que, há alguns anos, dizia eu a um amigo, em viagem pelo interior: o Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro...

Não pude ouvir mais nada e fiquei pensativo. Mais que pensativo, fiquei assombrado, desvairado diante do abismo que a psicologia rasgava aos meus pés. Este homem é sincero, pensei comigo, está persuadido do que escreveu. E fui por aí abaixo até ver se achava a explicação dos trâmites por que passou aquela recordação da diligência de Vassouras. Achei (perdoem-me se há nisto enfatuação), achei ali mais um efeito da lei da evolução, tal como a definiu Spencer, * – Spencer ou Benedito, um deles.”⁹¹

Entregamos a Nicolau Sevchenko a análise final do conto em questão:

“O caso de Inácio não é menos interessante. A começar pela metáfora fértil da criança em desenvolvimento que ele lança e que se tornaria um emblema tão central e tão caro aos grupos emergentes, empenhados em fazer ruir e enterrar as “estruturas fossilizadas” do Império e, ao mesmo tempo, criar um jogo de imagens que queriam a antítese dos símbolos estéreis do velho imperador, do velho regime e do velho Brasil, sugerindo a imagem de um novo início, uma refundação do país. Ademais, como empresário seu projeto de investimentos é justamente no ramo ferroviário com fundamental apoio de capitais europeus, particularmente ingleses. Essa é precisamente a peculiaridade que Benedito mais preza e admira em Inácio, seu vínculo estrito com o capitalismo internacional. O que ele percebe é que não seria a elite tecnocrática emergente por si só que seria capaz de reconformar a caótica cena social e econômica brasileira, garantindo a manutenção do *status quo*, dada em particular a sua frágil estruturação política, sem qualquer apoio social ou poder econômico consistentes, afora sua linguagem radical em termos de reformas, democracia, justiça social e disparates do gênero. O poder de fato vinha de fora, do capital, das técnicas e das ideologias dominantes no contexto internacional. Gente como Inácio era só a esteira indispensável sobre a qual os rolimãs da *indirect rule* poderiam rolar suave e inapelavelmente, repotencializando os estratos conservadores momentaneamente fragilizados. Acionar e patrocinar os “Inácios”, ensejando uma nova ordem e, graças a ela, o progresso da criança-Brasil, era a fórmula salvadora da “evolução” – no sentido de “Spencer ou Benedito, um deles.”⁹²

Fazendeiro, empresário, político ou escritor, o ser humano pode cumprir o seu sentido, fundamentalmente no trabalho, portanto não devemos ficar nunca satisfeitos com o que já

⁹¹ MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução**. In: _____. Contos: Uma Antologia. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2.(*) Nota de John Gledson: Herbert Spencer (1820-1903): filósofo inglês, exerceu forte influência na nascente ciência da sociologia, e no século XIX era citado como evolucionista, quase tanto quanto Darwin. Contudo, sua concepção de evolução, exposta em obras como *Os princípios da sociologia* (1876-96), é diferente da darwiniana, sendo seu princípio fundamental um movimento universal do simples para o complexo. Machado tinha em sua biblioteca vários livros seus, em traduções francesas.

alcançamos, quer no terreno da criação, quer no terreno das vivências; cada dia, cada hora torna necessárias novas ações e traz consigo a possibilidade de novas vivências, pois: “*Quem se detém, é ultrapassado; e quem se contenta a si mesmo, acaba por perder-se.*”⁹³

Para não ser ultrapassado, o homem “fabrica” uma nova realidade que o circunda na sua vida. A esta “realidade fabricada” chamamos técnica. Mas, isto é assunto do nosso próximo capítulo.

⁹² SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2. ed. p. 308.

⁹³ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida:** fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. p. 171.

2. AS VIDAS INVENTADAS.

“Sin la técnica el hombre no existiría ni habría existido nunca”

José Ortega y Gasset⁹⁴



Foto: George Rodger/Time Life/Getty Images: in Tony Judt Postwar: A History of Europe since 1945.

⁹⁴ ORTEGA y GASSET, José. **Meditación de la técnica:** y otros ensayos sobre ciencia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004.. p. 13. Tradução nossa.

A foto⁹⁵ inserida na página anterior é no mínimo instigante, pois temos que nos aproximar para entender o que é mostrado ali.

Nela, observa-se um menino de aproximadamente nove anos caminhando ao longo de centenas de cadáveres recentemente mortos em um campo de concentração de Bergen-Belsen, deitados e amontoados ao longo de uma rodovia do interior.

O que nos surpreende? O fato ocorreu logo após a rendição dos alemães em 1945 e os cadáveres que estavam expostos era resultado do trabalho que se praticava nos campos de concentração – matar pessoas.

Afinal, em um campo de concentração, matar também era trabalho. A situação daqueles trabalhadores de ignorar o real motivo e o sentido pelo qual trabalhavam e quais as conseqüências, para eles mesmos como indivíduos e para a sociedade, fazem parte de uma realidade do dia-a-dia de milhões de pessoas até os nossos dias.

Nossa atitude com relação ao trabalho é a mesma. Ignoramos o sentido do trabalho e nem sequer pensamos em suas conseqüências tanto do ponto de vista pessoal, como do ponto de vista social. Por conseqüência, ignoramos o sentido de nossas vidas.

Afinal, para quê se trabalha? Afinal, qual o sentido da busca pela sobrevivência e também da busca irrefreada pelos bens materiais, pelo status, pelo poder constante no nosso dia-a-dia cercado pelo trabalho? Afinal, pode-se ignorar ou não notar a vida ou a morte chegar por estarmos imbuídos em outra realidade, a realidade criada pelo trabalho.

Neste segundo capítulo, observaremos os momentos históricos cruciais para que o desenvolvimento da técnica, do conhecimento, da mecanização de processos, divisão do trabalho criassem uma realidade inventada, pautada primordialmente, pelo sucesso material ao qual o homem se atrelou desde o final da Idade Média até hoje.

Existem os elementos –as invenções e as técnicas – que criaram uma nova realidade de vida para os seres humanos. No entanto, essa realidade intangível, inclusive na sua percepção diária, faz com que o homem até hoje não entenda muito bem como chegou até aqui na

⁹⁵ JUDT, Tony. **Postwar: A History of Europe since 1945**. New York: Penguin Books, 2005. p. 235

sociedade pós-industrial, como deixou a sua vida ser dominada pelo trabalho e qual o sentido intrínseco e extrínseco que o trabalho tem para a sua breve vida.

Precisamos neste momento de uma conceituação inicial sobre o que é a técnica que cria essa nova realidade para o homem. Para tanto, precisamos de uma visão de mundo que extrapole a disciplina da História. Buscaremos apoio na Filosofia.

2.1. A REALIDADE “FABRICADA”

O filósofo José Ortega y Gasset em seu livro já citado “*Meditación de la técnica y otros ensayos sobre ciencia e filosofía*” comenta sobre a perspectiva intrínseca do ser humano na criação da técnica.

Assim como Ludwig Von Mises, segundo Ortega, é o desconforto com o mundo ao seu redor que faz com que o homem invente novas formas de adaptar-se à realidade que lhe é apresentada.

“O homem é essencialmente um insatisfeito e este fato – a insatisfação humana – é o melhor que o homem possui, precisamente porque o homem busca ter as coisas que não havia tido com o objetivo de satisfazer-se.

Esta insatisfação que, várias vezes, é traduzida por desconforto com o mundo ao seu redor faz com que o homem reflita, movimente-se, intua e crie.

O homem, entretanto, não aceita sua circunstância senão somente que está submergido nela, recolhe-se e reflete. Ocupa-se, então, com coisas que não são imperativas do seu cotidiano ou necessidades de sua circunstância.

Neste ato de recolher-se e refletir inventa e transforma o mundo que está ao seu redor, reforma sua circunstância ou a natureza e executa um segundo repertório de atos: faz fogo, constrói uma casa, cultiva um campo e produz um automóvel.”⁹⁶

O filósofo ainda nos apresenta a definição do que é a técnica. Em sua opinião, todos os atos técnicos e invenções possuem uma estrutura comum. Esta estrutura comum está ancorada

⁹⁶ ORTEGA y GASSET, José. **Meditacion de la técnica:** y otros ensayos sobre ciencia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004.. p. 27. Tradução nossa.

na “criação” daquilo que não existe na natureza, mas que, de alguma forma, antecipamos sua necessidade.

“Não importa que na circunstância do momento presente não haja fogo. Produzimos, em outras palavras, no momento presente, um esquema de atos que previamente havíamos inventado de uma vez e que permanece para sempre. Esse procedimento consiste constantemente na criação de um objeto ou aparato, cujo simples funcionamento nos proporciona aquilo que julgávamos necessário. Desta forma são os dois palitos e a fagulha com que o homem primitivo faz fogo, ou a casa que constrói que o separa do ambiente extremamente frio.

Destas ações resultam esses atos que modificam ou reformam a circunstância da natureza, torna-se possível que exista na natureza aquilo que não existia – seja o que não existe aqui e agora quando se necessita, seja o que em absoluto não existia.

O homem produz estes atos, invenções e criações que são chamados atos técnicos. O conjunto destes atos é chamado de “a técnica.”⁹⁷

Portanto, de acordo com o que vimos até aqui, podemos definir técnica como a reforma que o homem impõe à natureza ou ao mundo ao seu redor com o objetivo de satisfazer as suas necessidades. E ressaltamos que, a técnica é o contrário da adaptação do sujeito ao meio, é, na realidade, a adaptação do meio ao sujeito para o que o homem obtenha o bem estar.

Aparentemente este bem estar proporcionado pela invenção tem uma característica de supérfluo, porém depois de incorporado torna-se parte necessária da vida humana.

“[...] agora sabemos que as necessidades humanas são objetivamente supérfluas e que somente se convertem em necessidades para quem necessita do bem estar e para quem viver é, essencialmente, viver bem. Por isso, o animal é “a-técnico”: se contenta em viver com o objetivamente necessário para o simples existir. Desse ponto de vista da simples existência o animal é insuperável e não necessita da técnica. Mas o homem é homem porque para ele existir significa desde agora e sempre: bem estar. Por isso, é originariamente técnico, criador do supérfluo.”⁹⁸

Segundo Ortega y Gasset, homem, técnica e bem estar são, em última instância, sinônimos. E o processo de criação humana é contínuo.

“Basta que se mude um pouco substancialmente o perfil do bem estar que cerca o homem, que sofra alguma mutação a idéia da vida – a partir da qual e

⁹⁷ ORTEGA y GASSET, José. **Meditacion de la técnica:** y otros ensayos sobre ciencia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004.. p. 28. Tradução nossa.

⁹⁸ Ibidem. p. 35. Tradução nossa.

para qual o homem faz tudo o que faz – para que a técnica tradicional tome outros rumos.”⁹⁹

O homem, então, passa a refletir e a questionar, perguntando-se como poderia alterar novamente esta realidade e produz “atos técnicos”.

“Ao achar a resposta, naquele momento, diante daquele contexto, ele (o homem) se põe a produzir “atos técnicos” que correspondem a um plano de atividades para o qual dedica esforço, primeiro para inventar e depois executar um plano de atividades que permita, em primeiro lugar, assegurar a satisfação das necessidades essenciais; em segundo lugar, obter satisfação dessas necessidades com o mínimo de esforço; e finalmente em terceiro lugar, criar possibilidades completamente novas, produzindo objetos que não há na natureza do homem. Assim foi e tem sido com o navegar, o voar, o falar, a radiocomunicação.”¹⁰⁰

O homem muda novamente sua realidade ao criar novas possibilidades e não se dá conta que se esforça precisamente para economizar esforço.

Obviamente, a técnica é um esforço muito menor com o qual evitamos um esforço muito maior e, portanto, algo perfeitamente claro e razoável. Essa característica está presente em qualquer invenção desde a Idade Média até os nossos dias. A título de ilustração, tomaremos uma parte do texto de Marc Bloch sobre o advento e conquistas do moinho d’água que demonstra este fato:

“Em toda a análise de nossas velhas sociedades rurais, como também de nossas burguesias – tão freqüentemente originadas do campesinato das pequenas profissões – o moleiro, ao lado do estalajadeiro ou do mercador de gado tem seu lugar assegurado. Graças ao espírito engenhoso que, outrora, pela primeira vez, confiou a mó às “ninfas” das águas.

Mas, é sobretudo na história do instrumental humano que a iniciativa deste anônimo se inscreve como uma grande data. As gerações que nos precedem imediatamente e a nossa própria, assistiram a esta prodigiosa transformação nos transportes: a tração animal cedendo lugar a formas de energia puramente inorgânicas. Assim foi também, aproximadamente, a revolução produzida em um outro tipo de atividade, pelo surgimento do moinho d’água.

Porém, nesta progressiva substituição do mundo animado, cujo desenvolvimento resume talvez o essencial da evolução técnica (veja-se o ferro substituindo a madeira; a hulha, o carvão vegetal; os corantes, a cochinhilha ou o índigo); neste controle que o homem exerce sobre as forças naturais profundas, de forma cada vez mais direta, sem passar por intermédio

⁹⁹ ORTEGA y GASSET, José. **Meditacion de la técnica:** y otros ensayos sobre ciencia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004.. p. 27. Tradução nossa.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 27. Tradução nossa.

do transformador animal; neste processo, a etapa ultrapassada pouco antes do nascimento de Cristo foi, em um sentido, a mais decisiva de todas. Pois, a força então dominada estava entre as mais familiares e as mais fáceis de utilizar. Como também entre as mais potentes: a mesma em que hoje nossas turbinas são aplicadas para captar. Porque o ser organizado, cujo esforço era assim poupado, era tanto o homem como o animal. Enfim, porque era a primeira vez. Por isso, aí se permaneceu em suma, até a caldeira a vapor [...]"¹⁰¹

A vida humana transcende, dessa forma, a realidade natural. Não é dada como os atos mais simples da natureza, senão o que se faz da natureza. E, este fazer a vida, criar a vida, começa por ser a invenção da vida – a vida inventada.

A técnica existe, portanto, para dar vazão a uma necessidade intrínseca do homem – de se satisfazer e buscar o seu bem estar – de viver a vida humana inventada.

Assim, entendemos uma das principais motivações humanas para modificar o mundo e criar uma nova realidade por meio da técnica.

2.2. UMA BREVE HISTÓRIA DAS TÉCNICAS

Para o melhor entendimento do que propomos, é importante adicionarmos que esta explanação sobre o sentido do trabalho está relacionada com a História das Técnicas, do Conhecimento, das Ciências e História Econômica, pois os fatos relacionados com essas áreas compõem um conjunto de ações que nos contextualizam no desenvolvimento do trabalho.

De acordo com Ruy Gama em seu livro *História da Técnica e da Tecnologia*, se quisermos localizar a preocupação com a História da Técnica de forma mais abrangente, devemos falar de um autor alemão, que tem sido chamado “o pai da tecnologia”. Seu nome é

¹⁰¹ BLOCH, Marc. **Advento e Conquistas do Moinho D'Água**. Tradução de Maria Amélia Mascarenhas Dantas. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985 p. 63.

Johann Beckmann¹⁰². Alguns motivos que o levam a ser considerado o pai da tecnologia estão explanados abaixo:

“[...] Semanalmente, Beckmann realizava uma reunião científica, à qual deu o nome de *Practicum camerale*, e na qual fazia preleções sobre economia, administração e finanças, economia rural, política e comércio, assuntos sobre os quais escreveu manuais e tratados. Sem ter abandonado essa atividade, Beckmann orientou seu interesse pessoal na direção dos estudos históricos. Dedicou-se, pois, quase que exclusivamente, à história das artes e dos negócios, apoiado na vasta biblioteca da universidade. Sua obra “A History of Inventions”... é um dos resultados dessas pesquisas. Nela Beckmann procura, na mais remota antiguidade, o germe da história das técnicas, trazendo-a até os últimos progressos do seu tempo. Apresenta abundante e inestimável material sobre a história das origens e do progresso das artes mecânicas, ao qual atribui grande importância como aspecto da vida civilizada [...] Sua mente voltava-se para tudo o que fosse da prática, no conhecimento humano. [...] Já em 1777, publica uma *Instrução sobre tecnologia*, onde afirmava o seu conceito de tecnologia através do subtítulo: ‘Para conhecimento dos ofícios, fábricas e manufatura, especialmente daquelas que têm contato estroito com a agricultura, a administração pública e as ciências cameralísticas’.”¹⁰³

Ruy Gama ainda nos chama a atenção para o fato de que a preocupação com a História da Técnica vem se difundindo, de forma consistente desde 1930, mesmo por aqueles pensadores mais focados na Filosofia da Ciência. Por isso, o autor cita dois autores que nos ilustram tal preocupação. O primeiro texto é de Ludovico Geymonat de um ensaio denominado “Técnica e Ciência”, e o segundo texto de Ciro Flamarion S. Cardoso, em *Agricultura, escravidão e capitalismo*:

“Os mais competentes historiadores estão de acordo em reconhecer a grande utilidade que tem, para o estudo aprofundado dos caracteres de uma civilização (antiga ou moderna), a coleta de dados precisos e seguros acerca das conquistas técnicas que a mesma realizou, e acerca da função específica que os espíritos mais ilustrados foram atribuindo às investigações técnicas em comparação com as ciências puras.”¹⁰⁴

“[...] as indicações metodológicas de Bloch e Febvre a respeito [da História das Técnicas] concordam com o que sempre afirmam sobre qualquer estudo histórico: *a necessidade de não efetuar um corte artificial e radical entre o aspecto analisado e o aspecto total em que se insere.*”¹⁰⁵

¹⁰² Johann Beckmann foi professor de Economia em Göttingen durante quarenta e cinco anos. Nasceu em Hoye, pequena cidade no reinado de Hanover, em 1739 e morreu em 1811.

¹⁰³ GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985. p. 6.

¹⁰⁴ GEYMONAT, L. **Filosofia Y Filosofia de la Ciencia**. Barcelona: edit. Labor, 1965. p.113 apud GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985. p. 3.

¹⁰⁵ CARDOSO, C.F.S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.29 apud GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985 p. 4. (grifo nosso).

Como indicamos acima, para falarmos sobre o trabalho é importante darmos relevância aos temas da técnica, tecnologia, invenções e conhecimento. Mas não podemos deixar de lado o contexto em que tais acontecimentos ocorreram. Falaremos por este motivo de alguns “movimentos” que acreditamos evidenciar o contexto no qual o homem e o trabalho estão inseridos.

Porém, antes de avançarmos neste sentido, devemos nos ater a uma peculiaridade, que é a falta de cultivo da história das tecnologias e das invenções, em especial daquela que se refere aos períodos mais antigos.

Lynn White Jr., em seu artigo *Tecnologia e Invenções na Idade Média*, explora a dificuldade em entender melhor as nossas responsabilidades sociais, devido ao reduzido material disponível sobre essa época.

“Nossos vastos institutos técnicos continuam a revolucionar, em ritmo cada vez mais acelerado, o mundo em que vivemos, mas apenas um pequeno esforço vem sendo feito para localizar nossa tecnologia atual dentro de uma seqüência cronológica e para oferecer aos técnicos aquela consciência de suas responsabilidades sociais que só pode surgir na compreensão exata de suas funções históricas – poder-se-ia quase dizer, de sua herança apostólica [...] Se quisermos compreender algo da Idade Média e sua gradual metamorfose até alcançar os tempos modernos, não podemos negligenciar a tecnologia. E, no entanto, os que trabalham neste campo são tão poucos quanto é abundante a colheita.”¹⁰⁶

Para Lynn White Jr., uma das explicações possíveis da dificuldade de se obter material sobre a tecnologia referente a essa época seria a dificuldade de demarcação de fronteiras que o próprio assunto carrega.

“Talvez a principal razão pela qual os eruditos têm hesitado em explorar o assunto seja a dificuldade na demarcação de seus limites: a tecnologia não reconhece fronteiras cronológicas ou geográficas. [...] O estudioso da história das invenções logo descobre que precisa destruir as fronteiras convencionais entre o grego e bárbaro, romano e germânico, oriental e ocidental. Pois a tecnologia medieval não compreende apenas o equipamento técnico herdado do mundo romano-helenístico e transformado pelo engenho inventivo dos povos do ocidente, mas também elementos derivados de três fontes externas: os bárbaros do Norte da Europa, o oriente próximo bizantino e muçulmano e o extremo oriente.”¹⁰⁷

¹⁰⁶ WHITE JR, Lynn. Tecnologia e invenções na Idade Média. Tradução de Sylvia Ficher e Ruy Gama. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985 p. 89.

¹⁰⁷ Ibidem. p. 88.

Apesar de não existir uma compreensão clara e precisa de como algumas técnicas foram desenvolvidas e divulgadas entre os povos da Idade Média, é fato que houve intercâmbio de vários componentes que influenciaram a vida medieval. Lynn White Jr. cita o exemplo dos “bárbaros” do norte da Europa (localizado nas planícies da Rússia e da Sibéria Ocidental, estendia-se das Montanhas Altai até a Irlanda) que influenciaram a tecnologia romana.

“Estamos começando a compreender com que profundidade esse universo afetou as expressões estéticas da Idade Média. Mas, ainda antes das migrações germânicas, esses bárbaros já influenciavam a tecnologia romana e, em séculos posteriores, contribuíram com vários ingredientes próprios para a vida medieval: o uso de calças e o hábito de vestir peles, a casa compacta de aquecimento fácil quando comparada com a casa de pátio mediterrânea, as jóias cloisonné, a fabricação de feltro, o esqui, o uso de sabão de limpeza e da manteiga para substituir o azeite, a fabricação de barris e tonéis, o cultivo do centeio, da aveia, da espelta e do lúpulo.”¹⁰⁸

2.3. A IDADE MÉDIA E SUAS INVENÇÕES

A atividade essencial da Idade Média era a agricultura, por isso as invenções estavam voltadas para esse ramo de atividade. Assim, vejamos como Lynn White Jr. descreve as principais invenções realizadas na época.

“[...] o arado, o sistema de três campos uma rotação aperfeiçoada de lavra e alqueive – que aumentou muito a eficiência do trabalho agrícola. Por exemplo, ao transferir o cultivo de 600 acres de do sistema de dois campos para o de três campos, uma comunidade camponesa passava a poder cultivar 100 acres a mais de lavoura e arar 100 acres a menos por ano. Uma vez que as terras de pousio eram aradas duas vezes para evitar ervas daninhas, o sistema antigo requeria três acres de aradura para cada acre de cultivo, ao passo que para o novo bastavam apenas dois acres de aradura por acre de cultivo.”¹⁰⁹

Porém, as três invenções que mais modificaram a atividade agrícola são mencionadas por um estudioso medieval, Lefebvre de Noëttes, e aconteceram nos fins do século IX ou início do X de forma quase simultânea: a moderna coelheira para cavalo, a atrelagem de animais em fila e a ferradura.

¹⁰⁸ WHITE JR, Lynn. Tecnologia e invenções na Idade Média. Tradução de Sylvia Ficher e Ruy Gama. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985 p. 90.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 95.

*“Tomados em conjunto, estas três invenções deram à Europa um novo suprimento de força motriz não-humana, sem acréscimo de despesas ou trabalho; fizeram pelos séculos XI e XII o que a máquina a vapor fez pelo século XIX”.*¹¹⁰

Se adicionarmos às invenções acima a mó (moedor), a braço ou a cavalos, o moinho impulsionado pelo vento e finalmente o moinho d'água temos um grupo de invenções que resumem a essência do que significaram as inovações da Idade Média, aparentemente tão rudimentares para os nossos tempos.

As conclusões de Lynn White Jr. permitem um panorama revelador sobre esse período de fundamentais invenções, que já traziam em seu escopo uma das mais importantes essências do sentido do trabalho.

“A maior glória da Idade Média tardia não foram suas catedrais, seus épicos ou sua escolástica: foi a construção, pela primeira vez na história, de uma civilização complexa que se apoiava, não nas costas de escravos ou cules esfalfados, mas basicamente em energia não-humana.

O estudo da tecnologia medieval é muito mais que um aspecto da história econômica: revela um capítulo na conquista da liberdade. Mais ainda, é parte da história da religião. A tecnologia humanitária que nosso mundo moderno herdou da Idade Média não tem suas raízes nas necessidades econômicas. Tais “necessidades” são inerentes a qualquer sociedade e, no entanto, encontraram expressão inventiva apenas no ocidente, alimentadas pela tradição ativista ou voluntarista da tecnologia ocidental. São idéias que tornam conscientes as necessidades. As máquinas medievais que economizavam trabalho eram produzidas no pressuposto teológico implícito do valor infinito que tem mesmo a personalidade humana mais degradada e devido a uma repugnância instintiva à sujeição de quem quer fosse a uma atividade desprezível e monótona, a qual parece inferior ao ser humano, por não requerer o exercício da inteligência nem da escolha. Já foi dito inúmeras vezes que a dignidade e o valor espiritual do trabalho foram descobertos primeiramente pela Idade Média Latina – que trabalhar é orar. Mas, a Idade Média foi ainda mais longe: começou gradual e lentamente a explorar as implicações práticas de um paradoxo essencialmente cristão: assim como não há templos na Jerusalém celeste, o objetivo do trabalho é abolir o trabalho.”¹¹¹

De acordo com o autor acima, podemos perceber que o sentido do trabalho começa a ganhar referência já na Idade Média, pois é fator relevante que o “objetivo do trabalho é abolir o trabalho”, poupar e economizar o esforço humano.

¹¹⁰ WHITE JR, Lynn. Tecnologia e invenções na Idade Média. Tradução de Sylvia Ficher e Ruy Gama. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985 p. 96.

¹¹¹ Ibidem. p. 98-99.

A mão-de-obra humana intensamente disponível na Idade Antiga, segundo Marc Bloch, explica-nos o motivo pelo qual o economizar esforço humano por meio da técnica não ocorreu antes, na Idade Antiga.

“Ora, no mundo antigo, esta negligência em conduzir ao seu desenvolvimento, as possibilidades técnicas já prontas, não é um fato isolado. [...] Conta Suetônio que, quando Vespasiano fazia reconstruir o Capitólio, incendiado nas últimas guerras civis, um artesão lhe propôs uma máquina que permitiria transportar, com pouco custo, as colunas para o alto da colina. O príncipe recompensou o inventor e recusou a invenção: ‘Que me seja permitido’, diz ele, ‘dar de comer aos mais pobres’. A anedota é instrutiva por mais de uma razão. As civilizações greco-romanas contavam com muitos olhos prontos e espíritos vivos para que lhes fosse negada a graça da imaginação técnica. [...] As gerações contemporâneas das primeiras rodas de moinho não eram, naturalmente, tão tolas que não percebessem que, além disso, todo progresso do instrumental devesse ter o efeito de poupar o esforço dos braços. [...] Porém, esta economia de força humana era precisamente o de que o mundo antigo não tinha necessidade. Pois, pelo começo da era cristã, ele era abundantemente povoado, se considerarmos as possibilidades de sua agricultura. Sobretudo porque, então, costumava-se exigir da mão-de-obra disponível (um dos gêneros menos raros e menos caros da época) estas tarefas rudes cuja realização parecesse suscetível de ser confiada às forças inconscientes da natureza. Porque, é claro, o caso dos trabalhos do Capitólio era excepcional. Hipertrofiada em relação à sua função econômica, Roma via agitar-se em suas ruas um proletariado famélico que os governantes estavam muito contentes de ajudar a viver, empregando-o em suas obras. [...] Além disso, sobretudo nos grandes domínios que cobriam a Itália e muitas províncias, não eram assalariados e nem mesmo ordinariamente cavalos ou asnos que moviam as mós ou esmagavam os grãos no velho pilão (procedimento bem mais primitivo, cujo uso é atestado por Plínio). Este duro trabalho era coisa de escravos: às vezes de homens, mas constantemente de mulheres, irmãs das servas às quais o poeta da Antologia, misericordiosamente, prometia o sono.”¹¹²

2.4 A ERA MODERNA E SUA TÉCNICA

A aplicação da técnica à produção iniciada fortemente na Europa moderna é um dos fatores, segundo Peter Burke, que dá início ao período moderno sob o ângulo do que afetou e transformou o trabalho de nossas mãos e mentes e o sentido que este trabalho passou a ter para o homem moderno.

¹¹² BLOCH, Marc. **Advento e Conquistas do Moinho D'água**. Tradução de Maria Amélia Mascarenhas Dantas. In: GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985. p. 66-67.

*“O início do período moderno será definido como os séculos de Gutenberg a Diderot, em outras palavras, a partir da invenção da imprensa com tipos móveis na Alemanha em torno de 1450 até a publicação da Enciclopédia de 1750 em diante.”*¹¹³

A imprensa como negócio foi criada em 1445-1455 por Johannes Gutenberg que desenvolveu o processo de impressão de tipos móveis. Apesar de ter sido inventada na China, foi na Europa que a imprensa atingiu seu apogeu. David S. Landes explica-nos como tal fato ocorreu.

“A imprensa foi inventada na China (que também inventou o papel) no século IX e encontrou uso geral no século seguinte. Essa realização é tanto mais impressionante porque a língua chinesa, escrita mediante símbolos ideográficos (não alfabéticos), não se presta facilmente ao tipo móvel. Isso explica por que a imprensa chinesa consistia primordialmente em impressões de bloco de página inteira e também por que grande parte dos antigos textos chineses consiste em desenhos. Se se vai recortar um bloco, é mais fácil desenhar do que entalhar uma multidão de caracteres. Além disso, a escrita ideográfica funciona contra a capacidade de ler e escrever: uma criança pode aprender os caracteres, mas se não continuar a usá-los esquece como ler. As imagens ajudavam. A impressão de blocos limita o âmbito e a difusão de publicação. Ajusta-se bem à divulgação de textos clássicos e sagrados, mantras budistas etc., mas aumenta o custo e o risco de publicação de obra mais recente e tende para as pequenas impressões. Alguns impressores chineses usaram o tipo móvel, mas, dado o caráter da linguagem escrita e o investimento requerido, a técnica nunca vingou como no Ocidente. De fato, como outras invenções chinesas, pode muito bem ter sido abandonada por um tempo para ser reintroduzida mais tarde. De modo geral, apesar de tudo o que a imprensa fez pela preservação e difusão do conhecimento na China, nunca “explodiu” como na Europa. Muitas publicações dependiam da iniciativa do governo, e o mandarinato confuciano desencorajava a dissensão e as novas idéias. Assim quando Gutenberg publicou sua Bíblia em 1452-55, o primeiro livro impresso por tipo móvel (e há quem o considere o mais belo livro impresso de todos os tempos), ele levou a nova técnica para uma sociedade que já tinha aumentado significativamente sua produção de escrita e estava ansiosa por utilizá-la. Em meados do século seguinte, a imprensa propagou-se da Renânia a toda a Europa Ocidental. A produção de incunábulos (livros publicados antes de 1501) chegou a milhões – dois milhões só na Itália.”¹¹⁴

A utilização da imprensa alterou profundamente tanto o trabalho produtivo quanto influenciou as ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento: divulgou o conhecimento das técnicas, assim como das idéias. Promoveu o acesso à informação e a comunicação entre as pessoas.

¹¹³ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 19.(grifo nosso)

¹¹⁴ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações:** por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 55-56.

Podemos de certa forma dizer que a partir da invenção da imprensa duas novas realidades do trabalho são criadas: o mundo dos homens letrados (o termo intelectual passou a ser utilizado somente a partir do século XIX) e o mundo dos operários.

O mundo dos homens letrados irá lidar principalmente com o produto e divulgação do conhecimento da técnica e a sua abrangência.

2.5 O MUNDO DOS HOMENS LETRADOS

O que era até então mantido de forma particular na Idade Média pelas guildas ou corporações de artesãos – as técnicas – passou a ser de conhecimento mais geral. Também os homens da ciência – alquimistas e astrólogos – que antes competiam mantendo sua “sabedoria” em segredo para obter maiores lucros, passaram a acreditar mais em especialidade e talento do que em segredo e também divulgaram seus conhecimentos e técnicas.

O historiador Jacques Barzun nos dá um resumo de como isso acontecia na época:

“Ávidas por novidade em todos os quadrantes da vida, confiantes em possuir vastas quantidades de novos conhecimentos, orgulhosas de sua sabedoria e de outros métodos originais para adquiri-la, as gerações humanistas, equipadas com a nova técnica tipográfica, dispuseram-se a educar o mundo em todas as artes e ciências. Da anatomia à aritmética e da pintura à metalurgia, os prelos não paravam de imprimir sucessivos compêndios, manuais e tratados. Quanto mais recente fosse a data menos provável era que eles fossem escritos em latim; o vernáculo de cada país era mais fácil para o impressor, e o público leitor já deixara de ser exclusivamente clerical [...] Do final do século XV em diante, estimulados por um nascente individualismo e pelo declínio do espírito corporativo, todos esses trabalhadores intelectuais passaram a confiar mais no talento do que em segredos para proteger o valor de seus serviços. Beneficiando-se das invenções de outros, divulgaram as suas próprias em manuais que forneceram as mais recentes novidades técnicas.”¹¹⁵

¹¹⁵ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 90.

Uma conseqüência relevante da utilização da imprensa foi a padronização do conhecimento, permitindo paradoxalmente que conhecimentos de diversos autores fossem comparados e criticados. Sob o ponto de vista de Peter Burke, esclarecemos este fato:

“Basta aqui dizer que a importância do novo meio, não se limitou à difusão mais ampla do conhecimento e a publicidade de conhecimentos relativamente privados ou mesmo secretos (de segredos técnicos a segredos de Estado). A imprensa também facilitou a interação entre diferentes conhecimentos. Ela padronizou o conhecimento ao permitir que pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas. Também estimulou o ceticismo [...] ao permitir que a mesma pessoa comparasse e contrastasse explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento.”¹¹⁶

Resultado da invenção da imprensa foi também a criação de uma série de profissões ampliadas pelas oportunidades de carreiras abertas aos letrados. Além dos letrados-impressores e editores-impressores tornam-se eruditos leigos alguns escritores, professores universitários, que desejavam ser independentes do clero e estavam comprometidos com o ideal de autonomia e imparcialidade tanto em relação à Igreja como ao Estado. Havia também um grupo pequeno que pode ser chamado de “intermediários da informação”¹¹⁷, porque punham estudiosos de diferentes lugares em contato entre si e os “administradores do conhecimento”¹¹⁸, porque organizavam o material, além de coletá-lo. Entre esses nomes, nos séculos XVI a XVIII podemos citar: Francis Bacon, Denis Diderot, Samuel Hartlib, Gottfried Wilhelm Leibniz e outros.

A carreira de intelectual poderia ser seguida de formas diferenciadas: membro assalariado de organizações ligadas ao conhecimento, diretor de sociedades de eruditos combinado com outras atividades e também como conselheiro ou historiador oficial de um governante. A profissão de jornalista também é fruto desse período. A título de ilustração vejamos o que Peter Burke comenta de representativos nomes desta época, que permanecem até hoje como conhecidos cientistas (termo que passou a ser utilizado somente a partir do século XIX):

“A partir de 1700 aproximadamente, passou a ser possível seguir uma carreira de intelectual não só como professor ou escritor, mas também como

¹¹⁶ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.19.

¹¹⁷ Termo utilizado por Peter Burke. Cf. BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.p. 31.

¹¹⁸ Termo utilizado por Peter Burke. Cf. BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 31.

membro assalariado [...] das Academias de Ciências fundadas e financiadas em Paris, Berlim, Estocolmo e São Petersburgo [...]

Indivíduos da estatura de Gottfried Leibniz e Isaac Newton dirigiam sociedades de eruditos, combinando estes postos com outras ocupações. Leibniz, por exemplo, tinha atividade de bibliotecário [...] Jean Racine (historiador de Luís XIV) John Dryden (de Carlos II), Samuel Pufendorf (dos governantes da Prússia e Suécia) e até Voltaire (de Luís XV).”¹¹⁹

2.6. A VOCAÇÃO DOS HUMANISTAS

Ressaltamos aqui o sentido do trabalho como vocação. Para os letrados, a sua vocação está associada à *busca da verdade e do conhecimento*, como atesta Peter Burke ao falar da diferenciação estrutural que o conhecimento promove entre os letrados europeus do período.

“Os letrados do período começavam a ver seu trabalho como uma vocação. Na Inglaterra do início do século XVII, mais de dois séculos antes da famosa reflexão de Max Weber sobre o tópico Isaac Barrow, diretor do Trinity College em Cambridge, discutia o estudo como vocação ou “chamamento” em seu trabalho *Da indústria*, argumentando que *o ‘negócio’ dos acadêmicos era «encontrar» a verdade e alcançar o conhecimento*. Por conhecimento Barrow entendia não a informação sobre ‘questões óbvias e vulgares’, mas sobre ‘temas sublimes, abstrusos e intrincados, distantes da observação e do senso comuns’. Membros de profissões cultas específicas às vezes viam seu trabalho como uma vocação, inclusive o historiador alemão Johann Sleidan e o historiador francês Henri de La Popelinière.”¹²⁰

O período apoiado no desenvolvimento da imprensa e do conhecimento, que criou as bases da Idade Moderna corresponde a três séculos de mudança cultural. Os três principais movimentos desse período – o Humanismo associado ao Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo tornaram-se possíveis pela divulgação e padronização do acesso à informação, que permite às pessoas de várias especialidades obterem uma perspectiva intelectual diferenciada. Assim, concordamos com Peter Burke.

“[...] As revoluções intelectuais dos primórdios da Europa Moderna – o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo – não foram mais que

¹¹⁹ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.32-33.

¹²⁰ Ibidem. p. 31. (grifo nosso).

o surgimento à luz do dia (e mais especialmente em palavra impressa) de certos tipos de conhecimento popular ou prático, com a conseqüente legitimação por certas instituições acadêmicas. Tal afirmação, por exagerada que seja, não seria mais unilateral que o pressuposto mais convencional que identifica conhecimento com o saber dos acadêmicos. O conhecimento colhido pelos europeus em outros continentes, por exemplo, nem sempre foi resultado da observação direta da natureza e da sociedade, tendo muitas vezes dependido de informantes locais.

Em busca de um exemplo das interações entre acadêmicos e artesãos, podemos nos voltar para a Itália renascentista. [...] Especialistas na arquitetura do Renascimento discutiram a interação entre as tradições artesanais dos mestres-de-obras e o conhecimento humanista dos patronos, que às vezes encomendavam suas casas com cópias do Vitruvius nas mãos. De fato, é difícil imaginar como o texto desse antigo tratado romano sobre arquitetura poderia ter sido editado e ilustrado, como o foi na Itália renascentista, sem algum tipo de colaboração entre conhecedores do latim clássico e conhecedores da arte da construção. Quando o texto foi editado e traduzido pelo patricio veneziano Daniele Barbaro, em 1556, o foi com a ajuda do arquiteto Palladio, que fora treinado como pedreiro”¹²¹

Ressaltaremos alguns aspectos importantes da caracterização dos três principais movimentos do período. Em primeiro lugar, trataremos do movimento humanista associado ao Renascimento.

Um grupo de letrados, denominados humanistas, desenvolveu idéias fora do ambiente das Universidades. Esses ambientes denominavam-se “academia” e tinham o propósito de explorar a inovação. Esses grupos tornaram-se instituições, com membros fixos, estatutos e horários reguladores de encontro e passaram em cinco a seis anos a desempenhar um papel importante no sentido da inovação nas universidades. Tinham o apoio real quando em algumas situações encontravam oposição em certos círculos intelectuais. Novas universidades foram influenciadas pelas idéias humanistas do período, inclusive a Universidade de Wittenberg, fundada em 1502 em linhas bastante tradicionais e que mais tarde, talvez não por acaso, tem como professor Lutero, o iniciador da Reforma Protestante.

Peter Burke ao falar desse período nos dá maiores detalhes de como o movimento humanista desenvolveu-se.

“O movimento humanista associado ao Renascimento foi, pelo menos, nas intenções um movimento menos de inovação do que de ressurgimento, o ressurgimento da tradição clássica. Mas esse movimento foi inovador, e consciente disso, no sentido de se opor a muito do saber convencional dos “escolásticos”, em outras palavras, dos filósofos e teólogos que dominavam

¹²¹ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 22.

a Idade Média. Os próprios termos “escolásticos” e Idade Média foram invenções dos humanistas dessa época, a fim de definir a si mesmos mais claramente por contraste com o passado. [...] Inspirada em Platão, a academia estava mais próxima do antigo simpósio ou banquete [...] Mais formal e duradoura que um círculo (os discípulos de Petrarca, por exemplo) mas menos formal que um departamento universitário, a academia era a forma social ideal para explorar a inovação.[...] Por volta de 1600, aproximadamente 400 academias haviam sido fundadas apenas na Itália, e poderiam ser encontradas por toda a Europa, de Portugal à Polônia.”¹²²

Voltemos por um momento a um evento que está inserido neste período e influenciaria mais fortemente o sentido do trabalho: a Reforma Protestante.

2.7. A VOCAÇÃO DA REFORMA

Hannah Arendt, em seu livro *A condição humana*, inclui a Reforma Protestante como um dos eventos que simbolizam o caráter da Idade Moderna.

“No limiar da era moderna há três grandes eventos que lhe determinaram o caráter: a descoberta da América e subsequente exploração de toda a Terra; a Reforma que, expropriando as propriedades eclesiais e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social; e a invenção do telescópio, ensejando o desenvolvimento de uma nova ciência que considera a Terra do ponto de vista do universo. Não são eventos modernos tal como os conhecemos desde a Revolução Francesa; e embora não possam ser explicados por alguma corrente de causalidade, como nenhum evento pode sê-lo, continuam a desenrolar-se ainda hoje em perfeita continuidade na qual podemos identificar precedentes e predecessores.”¹²³

Mas será que Lutero, o iniciador da Reforma Protestante, imaginava o que iria provocar ao atender o chamado da responsabilidade individual de confrontar uma prática da Igreja Católica? Vejamos a resposta a esta pergunta de acordo com Jacques Barzun.

¹²² BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento**: De Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 40.

¹²³ ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. 10 ed. p. 260.

“Lutero, ao pregar suas 95 propostas na porta da igreja em Wittenberg em 31 de outubro de 1517, a última coisa que ele queria fazer era fragmentar sua Igreja, a católica (que significa “universal”), e dividir o seu mundo em aguerridos campos opostos.”¹²⁴

Se Lutero não tinha pensado em desencadear tal fragmentação na Igreja Católica, muito provavelmente estava empenhado como a maioria dos homens letrados da época na “busca da verdade e do conhecimento”, como citamos acima utilizando Peter Burke. Jacques Barzun corrobora nossa provável explicação:

“Ele ‘apenas quis trazer à tona a verdade sobre o sacramento da penitência’. Uma questão inocente mas oportuna, por causa da venda corrente de indulgências. Estas eram uma espécie de cheque certificado, sacado pelo Papa sobre ‘o tesouro de mérito acumulado pelos santos’. Na crença popular, comprar uma indulgência habilitava o portador a driblar a penitência e abreviar seu tempo de permanência no Purgatório – ou o de um amigo ou parente. Lutero queria saber se qualquer substituto sincero e a penitência ativa podia ser comprado no mercado aberto. Pensava ele que o único tesouro da Igreja era o Evangelho.”¹²⁵

A busca da verdade de Lutero incluía declarações que limitavam o poder da Igreja, ao criar uma *ligação direta do homem com Deus* quando declarou “*todo homem é um sacerdote, um senhor livre, e nada de igreja*” e, ainda para não provocar a anarquia acrescentou, “*um cristão é um servo de todos perfeitamente obediente, submisso a todos*”; ou seja, *à sociedade secular governada por príncipes*”¹²⁶.

A afirmação de Lutero não somente nos demonstra a mudança de paradigma na relação do homem com Deus e o mundo, como também nos remete ao que realmente alterou a relação do homem com o sentido do trabalho no que se refere a uma vertente da Reforma Protestante, o protestantismo ascético.

É fundamental dizer que do protestantismo ascético originou-se o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas nascidas do movimento anabatista.

Introduziremos a explicação de Antônio Flávio Pierucci sobre o conceito de ascese intramundana e protestantismo ascético, segundo Max Weber.

¹²⁴ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 24. (grifo nosso).

¹²⁵ Ibidem. p. 25.

¹²⁶ Ibidem. p.25.(grifo nosso).

“Ascese em grego, a palavra *áskesis* quer dizer ‘exercício físico’. Ascese, ascetismo ou ascética é o controle austero e disciplinado do próprio corpo por meio da evitação metódica do sono, da comida, da bebida, da fala, da gratificação sexual e de outros tantos prazeres deste mundo. Weber distingue dois tipos principais de ascese: a ascese do monge, que se pratica “fora do mundo”, chamada ‘extramundana’, e a ascese do protestante puritano que é ‘intramundana’ e faz do trabalho diário e metódico um dever religioso, a melhor forma de cumprir, “no meio do mundo” a vontade de Deus. É por isso que na sociologia de Weber as formas puritanas de protestantismo recebem o rótulo de ‘protestantismo ascético.’”¹²⁷

Incluiremos um breve relato sobre o calvinismo por este movimento estar ligado, segundo Weber, tanto direta como indiretamente ao puritanismo.¹²⁸

Além disto, segundo Max Weber, “o calvinismo foi a fé em torno da qual se moveram as grandes lutas políticas e culturais do século XVI e XVII nos países capitalistas mais desenvolvidos – Os Países Baixos, a Inglaterra e a França”.¹²⁹

Esse movimento foi iniciado por outro homem letrado chamado João Calvino. Em 1536, Calvino publicou o seu primeiro livro, *Ensinamentos da Religião Cristã*, conhecido hoje como *Institutio*. Jacques Barzun explica-nos como Calvino divulgou suas idéias:

“Contrariamente à crença comum, Calvino não era amante do poder. Sua saúde era, de um modo geral, precária, preferia dedicar-se ao estudo [...]. Calvino guiou, ameaçou e conciliou alternativamente para manter o protestantismo vivo. Sob tais condições, nenhum detalhe prático era trivial

¹²⁷ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 279-280.

¹²⁸ **Puritanismo** – movimento religioso inglês dos séculos XVI e XVII, inicialmente, determinado a tornar o cristianismo na Inglaterra o mais “puro” possível, praticado por uma Igreja “purificada” de todo o resíduo papista e de todo o oficialismo estatal, uma Igreja de doutrina absolutamente “pura” conforme a Sagrada Escritura – daí o nome “puritanos”. Os primeiros alvos do inconformismo puritano foram a pompa das cerimônias litúrgicas da Igreja da Inglaterra, o luxo de seus paramentos e o excesso de dias festivos. Entre os “pais peregrinos” pioneiros que em 1620 partiram para se fixar nas colônias da Nova Inglaterra, havia mais de 200 mil puritanos. Sua pedra de toque: a valorização da liberdade de consciência. Coloquialmente, é verdade, o termo “puritano” seleciona em sua conotação moral as características do moralismo em excesso, austeridade formalista e rigidez em matéria de costumes, sobretudo em se tratando de comportamento sexual, contra toda liberalidade nessa área, até a maneira de vestir-se. No uso weberiano, o termo engloba os movimentos do protestantismo ascético que floresceram na Inglaterra e nos Países Baixos, nos séculos XVI e XVII, nomeadamente: *congregacionalistas, *batistas, *menonitas, *quakers, e * independentes. Para Weber, portanto, o puritanismo é cria (nem sempre direta) do que inclui em seus preceitos o trabalho como forma de ascese intramundana.

¹²⁹ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 90. (grifo nosso).

demais para sua atenção, assim como nenhuma apostasia era vista como insignificante para o seu senso moral. O seu *Institutio*, hoje um clássico em latim e em francês, atingiu sua extensão total de 1535 a 1559, quando as necessidades de instrução aumentaram com o fluxo de estudantes que acudiam a Genebra para ouvi-lo. Ele fez da cidade uma segunda Wittenberg.

A façanha de Calvino foi combinar na prática dois enunciados de Lutero a respeito da liberdade do cristão: a salvação individual através da fé e a submissão à sociedade como antídoto para a anarquia. A segunda cláusula significa o controle da moral e das maneiras pelo Estado, um sistema que Calvino levou a efeito sem qualquer planejamento.”¹³⁰

O alcance dos ensinamentos de Calvino foi influenciado pela fundação de uma Academia ou colégio em Genebra para treinar ministros que fez da cidade um centro de cultura e ensino a qual afluíam diversos estudantes interessados nos ensinamentos calvinistas.

Para entender como os ensinamentos calvinistas influenciaram o sentido do trabalho na época e muito tempo depois, temos que nos remeter primeiramente ao dogma da predestinação. Para isto, em primeiro lugar, vamos observar como é explicitado seu conteúdo em alguns capítulos da Confissão de Westminster de 1647, não citados em ordem numérica sequencial:

“Capítulo IX (da livre vontade), no. 3: O homem por sua queda no estado de pecado, perdeu por inteiro toda a capacidade de sua vontade para qualquer bem espiritual que o leve à salvação. Tanto que um homem natural, estando totalmente afastado desse bem e morto no pecado, não é capaz, por seu próprio esforço, de converter-se ou de preparar-se para tanto.

Capítulo III (do decreto eterno de Deus), no. 3: Por decreto de Deus, para manifestação de Sua glória, alguns homens [...] são predestinados à vida eterna, e outros preordenados à morte eterna. no. 5: Aqueles do gênero humano que estão predestinados à vida, Deus, antes de lançar o fundamento do mundo, de acordo com Seu desígnio eterno e imutável, Sua secreta deliberação e o bel-prazer de Sua vontade, escolheu-os em Cristo para Sua eterna glória, por livre graça e por amor, sem qualquer previsão de fé ou boas obras, ou de perseverança numa e outras, ou qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que O movessem a tanto, e tudo em louvor da Sua gloriosa graça. no. 7 Aproveu a Deus, segundo o desígnio insondável de Sua própria vontade, pela qual Ele concedeu ou nega misericórdia como bem Lhe apraz, deixar de lado o resto dos homens para a glória de Seu poder soberano sobre Suas criaturas, e ordená-los à desonra e à ira por seus pecados, para louvor de Sua gloriosa justiça.

Capítulo X (da vocação eficaz), no. 1: Todos aqueles que Deus predestinou à vida, e somente aprouve-Lhe chamá-los eficazmente [...] por Sua palavra e Seu espírito, na hora apontada e aprazada, retirando-lhes o coração de pedra

¹³⁰ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 57.

e dando-lhes um coração de carne; renovando-lhes a vontade e, por Sua onipotência, determinando-os para o que é bom [...]”¹³¹

Segundo a doutrina da predestinação como esclarecida em pormenores acima, somente Deus é responsável pela escolha dos eleitos para receberem a sua graça. Esse dogma não foi aceito, assim como não o é até hoje, para muitos movimentos protestantes. No entanto, para Calvino esta doutrina era tida como de significação única, sendo inclusive incluída nos seus Estudos de Ensinamentos Cristãos (Institutio) em 1543.

Essa doutrina coloca às pessoas a seguinte pergunta: Como sei se sou eleito ou não? Como sei se sou um escolhido por Deus? O que nos remete à explicação do que pensaria Calvino segundo Max Weber:

“Ora, o problema para nós decisivo é antes de tudo: como foi *suportada* essa doutrina numa época em que o Outro Mundo era não só mais importante, mas em muitos aspectos também mais seguro do que os interesses da vida neste mundo. Uma questão impunha-se de imediato a cada fiel individualmente e relegava todos os outros interesses ao segundo plano: Serei *eu* um dos eleitos? E como *eu* vou poder ter certeza dessa eleição? Para Calvino pessoalmente, isso não era problema. Ele se sentia uma ‘ferramenta’ de Deus e tinha certeza do seu estado de graça. Assim sendo, para a pergunta de como o indivíduo poderia certificar-se de sua própria eleição, no fundo ele tinha uma resposta só: que devemos nos contentar em ter o decreto de Deus e perseverar na esperança em Cristo operada pela verdadeira fé. Ele rejeita que por princípio que nos outros se possa reconhecer, pelo comportamento, se são eleitos ou condenados, presunçosa tentativa de penetrar nos mistérios de Deus. Nesta vida, os eleitos em nada diferem externamente dos condenados, e mesmo todas as experiências dos eleitos também são possíveis nos condenados – como *ludibria spiritus sancti* (ardilezas do Espírito Santo) - a única exceção é a firme confiança de quem crê e persevera *finaliter* (até o fim). [...]”¹³²

Ora, se vivemos nesta época e adotamos esta crença que não é Deus que existe para os seres humanos, mas os seres humanos que existem para Deus e vivemos para aumentar a glorificação da majestade de Deus, temos que achar uma forma de glorificar a Deus, uma vez que nos sentimos isolados porque não sabemos se somos eleitos.

A resposta é dada no sentido do trabalho tanto individual quanto socialmente. Individualmente pela ascese intramundana ao tornar o trabalho profissional no mundo a forma

¹³¹ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 91-92.

¹³² WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 100.

de glorificar a Deus. Socialmente, pelo cumprimento de um mandamento cristão de amor ao próximo.

“É que, por estranho que possa parecer de início, tal superioridade é simplesmente resultado daquela conotação específica que ‘o amor ao próximo’ cristão deve ter assumido sob a pressão do isolamento interior do indivíduo exercido pela fé calvinista. (A princípio ela é de fundo dogmático) O mundo está destinado a isto (e apenas a isto): a servir à autoglorificação de Deus, o cristão (eleito) existe para isto (e apenas para isto): para fazer crescer no mundo a glória de Deus, cumprindo, de sua parte, os mandamentos Dele. Mas Deus quer do cristão uma obra social porque quer que a conformação social da vida se faça conforme seus mandamentos e seja endireitada de forma a corresponder a esse fim. O trabalho social do calvinista no mundo é exclusivamente trabalho *in majorem Dei gloriam* (para aumentar a glória de Deus). Daí por que o trabalho numa profissão está a serviço da vida intramundana da coletividade também apresenta este caráter. [...] O ‘amor ao próximo’ – já que não só lhe é permitido servir à glória de Deus e não à da criatura – expressa-se em primeiro lugar no cumprimento da missão vocacional-profissional [...]”¹³³

Há, portanto, para Max Weber, uma superioridade do calvinismo na organização social, no que se refere ao trabalho numa profissão, uma vocação.

2.8. A VOCAÇÃO DO TRABALHO MUNDANO

Acreditamos que a utilização da técnica da imprensa, o movimento humanista associado ao Renascimento, a Reforma Protestante e os seus desdobramentos no mundo religioso no século XVI e posteriores, representaram uma grande transformação para o mundo do trabalho. Seus efeitos são apenas ilustrados e nunca exauridos no aqui exposto.

Estabelece-se uma nova ordem na informação e comunicação entre as pessoas de várias profissões e, igualmente, um mundo mais secular no sentido de o homem se colocar em posição central.

Os conceitos advindos da Reforma – de ascese intramundana por meio do trabalho – advogam um novo sentido para o trabalho, diferente do tradicionalismo já existente.

Não se pretende aqui afirmar que vem da Reforma o conceito de capitalismo como adotamos hoje. Ou se o “espírito do capitalismo” está vinculado ao protestantismo. Isto não é o nosso objeto de estudo.

¹³³ Ibidem. p. 98-99.

Pretende-se mostrar como o eixo da visão do trabalho mundano passa a ser visto após a Reforma Protestante. E o conceito de vocação diferencia-se do significado anterior dado pelos “homens letrados”.

Max Weber explica-nos o conceito de vocação. Apesar de longo, optamos por mantê-lo no original devido à sua relevância para o tema do sentido do trabalho.

“Não dá para não notar que já na palavra alemã *Beruf*, e talvez de forma ainda mais nítida no termo inglês *calling*, pelo menos ressoa uma conotação religiosa – a de uma missão dada por Deus – e quanto mais enfaticamente acentuamos a palavra num caso concreto, mais ela se faz sentir. E, ao acompanharmos a palavra ao longo da história e através das línguas de diferentes culturas, constata-se em primeiro lugar que os povos predominantemente católicos ignoram uma expressão de colorido análogo para aquilo que (em alemão) chamamos *Beruf* (no sentido de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido), tal como ignorou a Antiguidade clássica, ao passo que ela está presente em todos os povos predominantemente protestantes. Constata-se, ademais, que aí não se acha implicada nenhuma peculiaridade etnicamente condicionada das respectivas línguas, como por exemplo a expressão de um “espírito do povo germânico”, mas que a palavra, em seu sentido atual, provém das traduções da Bíblia [...] Na tradução luterana da Bíblia, parece que ela foi usada pela primeira vez numa passagem do Eclesiástico (11, 20-21) no exato sentido que hoje lhe conferimos. Não tardou desde então a assumir o seu significado atual na língua profana de todos os povos protestantes, sendo que antes disso não se notava na literatura profana nenhum indício de semelhante sentido léxico, nem mesmo na prosa dos pregadores, com a única exceção, ao que parece, de um dos místicos alemães cuja influência sobre Lutero é conhecida. E assim como o significado da palavra, assim também – como é amplamente sabido – a idéia é nova, e é um produto da Reforma. Não que certos traços dessa valorização do trabalho cotidiano no mundo, inerente a este conceito de *Beruf* [vocação] não estivessem presentes já na Idade Média ou mesmo na Antiguidade... Uma coisa antes de mais nada era absolutamente nova: a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a auto-realização moral é capaz de assumir. Isso teve sua conseqüência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia e conferiu pela primeira vez ao conceito de *Beruf* [vocação] esse sentido. No conceito de *Beruf*, portanto, ganha expressão aquele dogma central de todas as denominações protestantes que condena a distinção católica dos imperativos morais em “*praecepta*” e “*consilia*” e reconhece que o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantar a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual se torna a sua “vocação profissional” ... Ora a conduta da vida monástica é encarada não só como evidentemente sem valor para a justificação perante Deus, mas também como produto de uma egoística falta de amor que se esquivava aos deveres do mundo. Em contraste com isso, o trabalho profissional mundano aparece como expressão exterior do amor ao próximo... Trata-se, como se vê, de argumento essencialmente escolástico que logo é abandonado, cedendo o passo à referência cada vez mais enfática

ao cumprimento dos deveres intramundanos como a única via de agradar a Deus em todas as situações, que esta e somente esta é a vontade de Deus, e por isso toda profissão lícita vale muito e vale igual perante Deus.”¹³⁴

Há aqui, portanto, uma novidade no sentido do trabalho diário, visto como vocação dada por Deus, a melhor forma de “no meio do mundo” agradar a Deus.

Ilustramos ainda as explicações acima ao citar novamente Jacques Barzun que interpreta Max Weber e Richard H. Tawney:

“Weber e Tawney fundaram suas teses em bases psicológicas e sociais. O protestantismo, ao deixar o crente em dúvida acerca de sua salvação, embora acenando com a possibilidade da graça, encoraja-o a agir como se já fosse um eleito – sério, zeloso, trabalhador incansável. O seu código moral faz dele um permanente calculista – o homem de negócios ideal. Na terra e para além dela, enfrenta o risco com fortaleza de ânimo, ao mesmo tempo em que adota todas as precauções maduramente pensadas. O católico, em comparação, é um acomodado, paga seu conforto espiritual com “obras” simbólicas, que, em sua grande maioria, não tem qualquer efeito prático na terra. Em vez de exaltar o trabalho como virtude, o católico vê-o como a maldição de Adão. Sua igreja condena como usura qualquer pedido de juros sobre empréstimos. E o homem modelo não é aquele que se realiza por meio do seu sucesso material; pelo contrário, pobreza e humildade são a marca da santidade.”¹³⁵

Nesse momento, é importante realçarmos o conceito de vocação por julgarmos de extrema importância para o “sentido do trabalho”. Apesar deste conceito possuir uma profundidade maior e diferente no que tange à ascese intramundana iniciada na Reforma Protestante, a vocação para exercer uma atividade – sabemos – é fundamental para dar sentido a qualquer trabalho humano que seja exercido por qualquer pessoa, homem ou mulher de negócios, empresário, professor, cientista ou um especialista.

Como vimos anteriormente, os homens letrados já diziam que a sua vocação era a busca da verdade e do conhecimento, seguido pelos puritanos que viam como vocação o trabalho feito para glorificar a Deus e ajudar o próximo.

Adicionaremos o conceito de vocação do cientista, característico dos desdobramentos dos movimentos nos quais estava inserido o trabalho dos séculos XVI ao século XIX, que se mantém até os nossos dias. De acordo com Max Weber, a vocação do cientista está

¹³⁴ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 71-73.

¹³⁵ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 60.

intimamente ligada à especialização e ao fato de conseguir algo que permaneça, já que o progresso científico pressupõe uma evolução em que todas as coisas se tornam obsoletas dentro de algum tempo.

“[...] Em nossos dias e referida à organização científica, essa vocação é determinada, antes de tudo, pelo fato de que a ciência atingiu um estágio de especialização que ela outrora não conhecia e no qual, ao que nos é dado julgar, se manterá para sempre. A afirmação tem sentido não apenas em relação às condições externas do trabalho científico, mas também em relação às disposições interiores do próprio cientista, pois jamais um indivíduo poderá ter a certeza de alcançar qualquer coisa de verdadeiramente valiosa no domínio da ciência sem possuir uma rigorosa especialização. [...] Só a especialização estrita permitirá que o trabalhador científico experimente por uma vez, e certamente não mais que uma vez, a satisfação de dizer a si mesmo: desta vez consegui algo que *permanecerá*. Em nosso tempo, obra verdadeiramente definitiva e importante é sempre obra de especialista. [...] Sem essa embriaguez singular, de que zombam todos os que se mantêm afastados da ciência, sem essa paixão, sem essa certeza de que ‘milhares de anos se escoaram antes de você ter acesso à vida e milhares se escoarão em silêncio’ se você não for capaz de formular aquela conjectura; sem isso, você não possuirá *jamais* a vocação de cientista e melhor será que se dedique a outra atividade.”¹³⁶

Segundo Weber são dois os fatores incondicionais para a vocação: a paixão e a inspiração, independentemente da profissão em que o indivíduo atue.

“Com efeito, para o homem, enquanto homem, nada tem valor a menos que ele possa fazê-lo com paixão.

Outra coisa, entretanto, é igualmente certa: por mais intensa que seja essa paixão, por mais sincera e mais profunda, ela não bastará, absolutamente, para assegurar que se alcance êxito. Em verdade, essa paixão não passa de requisito da “inspiração”, que é o único fator decisivo. Hoje em dia, acha-se largamente disseminada, nos meios da juventude, a idéia de que a ciência se teria transformado numa operação de cálculo, que se realizaria em laboratórios e escritórios de estatística, não com toda a ‘alma’, porém apenas com o auxílio do entendimento frio, à semelhança do trabalho em uma fábrica. Ao que se deve desde logo responder que os que assim se manifestam não têm, freqüentemente, nenhuma idéia clara acerca do que se passa numa fábrica ou num laboratório. Com efeito, tanto num caso como no outro, é preciso que algo ocorra ao espírito do trabalhador – e precisamente a idéia exata – pois, de outra forma, ele nunca será capaz de produzir algo que encerre valor. Essa inspiração não pode ser forçada”.¹³⁷

Desta forma chegamos aos requisitos essenciais para atuar-se em uma profissão com vocação: paixão e inspiração, além de, obviamente, muito trabalho.

¹³⁶ WEBER, Max. **Ciência Política: Duas Vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2007. p. 24-25. (grifos do autor)

¹³⁷ WEBER, Max. **Ciência Política: Duas Vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2007. p. 25.

Devemos ter em mente o sentido da vocação como o trabalho que a pessoa sente prazer em realizar. Felizes são os homens para nós que podem trabalhar de acordo com a sua vocação porque neste caso seu trabalho se torna mais “leve”, pois é feito com dedicação e paixão e neste caso não é somente trabalho, mas também “diversão”.

2.9. O PROGRESSO CIENTÍFICO ILIMITADO

Já explanamos sobre o humanismo associado ao Renascimento e do principal movimento histórico – a Reforma Protestante – que mudou o significado e sentido do trabalho. Ainda resta-nos falar da Revolução Científica e do Iluminismo que juntamente com a Reforma antecederam as transformações que dariam início à Revolução Industrial.

Chamamos esse mundo de pré-operário, pois ainda vivia-se em um contexto de transição para o mundo essencialmente operário devido ao surgimento do sistema de fábricas com a Revolução Industrial.

A Revolução Científica é denominada desta forma porque tenta incorporar conhecimentos alternativos ao conhecimento estabelecido. Ou seja, tenta atuar nas ciências a partir do conhecimento tradicional, mas superando-o. Desta forma, a química devia muito à tradição artesanal da metalurgia, a botânica aos jardineiros e outras ciências aos saberes estabelecidos pelas competências de artesãos anteriores. A palavra ciência é aqui utilizada na acepção que lhe atribuímos como hoje.

Peter Burke em seu livro *A História Social do Conhecimento* denomina a Revolução Científica de “nova filosofia”, “filosofia natural” ou “filosofia mecânica” e menciona *que “foi um processo mais autoconsciente de inovação intelectual do que o Renascimento, pois envolvia a rejeição tanto da tradição clássica quanto da medieval”*¹³⁸.

Aparentemente temos uma reorientação no ramo de estudo adotado com mais ênfase para desvendar a natureza.

¹³⁸ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 42.(grifo nosso).

Foram fundadas nesta época organizações científicas dissociadas das universidades, à maneira das academias humanistas. São exemplos destas organizações: A Academia Del Cimento (Academia do Experimento), em Florença (1657), a Royal Society, em Londres (1660), a Académie Royale des Sciences, em Paris (1666).

Algumas outras instituições foram fundadas dentro das próprias universidades, eram consideradas “ilhas de inovação” dentro das estruturas tradicionais, como por exemplo a “nova universidade de Leiden possuía um jardim botânico em 1587, um anfiteatro de anatomia em 1597, um observatório em 1633 e um laboratório em 1669”¹³⁹.

Além das instituições mencionadas acima, foram fundadas instituições de baixo para cima, por grupos de pessoas afins que formavam uma sociedade, como por exemplo, os filósofos naturais ou Lincei (Linces) de Roma no século XVII. Surgiram ainda pequenos museus formados por pessoas que transformavam parte de suas casas em local para exibição de exotismos ligados à natureza.

Ainda instituições que foram criadas de cima para baixo, pelos governos, cujos recursos eram necessários para grandes projetos. São exemplos a Academia Francesa de Ciências, o Observatório de Paris (1667), fundados por Luis XIV e o Observatório Real de Greenwich (1676) por Carlos II.

O interesse pelo desvendamento dos segredos da natureza dissemina-se não somente no mundo intelectual, mas também em todos os níveis sociais e políticos. Mas o fator mais importante era como esse processo de desvendamento se processava. Recorremos novamente a Peter Burke em sua *A História Social do Conhecimento*.

“O que era comum a esses novos ‘lugares e bases de cultura’, como os chamava Bacon (ou ‘bases de conhecimento’, nas palavras do baconiano Thomas Sprat, historiador da Royal Society), era o fato de que ofereciam oportunidades para inovação – novas idéias, novas abordagens, novos tópicos – e para os inovadores, fossem ou não academicamente respeitáveis. O incentivo à discussão nesses lugares também merece destaque. Os debates intelectuais devem muito às formas de sociabilidade e, portanto, aos contextos sociais em que têm lugar, desde a sala de seminários até as mesas de café. Nos primórdios da Europa moderna, as sociedades de estudiosos ajudaram a criar uma identidade coletiva para os letrados e encorajaram o desenvolvimento de comunidades intelectuais, tanto os pequenos grupos

¹³⁹ Ibidem. p. 44.

mais íntimos quanto a comunidade mais ampla da República das Letras ligadas por visitas e sobretudo por correspondências.”¹⁴⁰

Conforme mencionamos acima, para Hannah Arendt a descoberta do telescópio por Galileu é também considerada um dos fatores que dão caráter à Era Moderna e está incluída dentro do movimento chamado Revolução Científica. Em suas palavras, este evento foi o menos percebido, contudo ultrapassa a Reforma Protestante e as descobertas das navegações, por colocar a ciência em um novo patamar – a ilimitação do progresso científico.

“[...] o menos percebido de todos foi a introdução de um novo instrumento, inútil a não ser olhar para as estrelas, embora fosse o primeiro instrumento puramente científico a ser concebido. No entanto, se nos fosse dado medir o *momentum* da História como medimos os processos naturais, talvez verificássemos que aquilo que originalmente teve o menor impacto – o primeiro passo experimental do homem na direção da descoberta do universo – vem adquirindo impulso e força cada vez maiores, chegando hoje a eclipsar não só a expansão da terra habitada, contida unicamente pelos limites do próprio globo, mas também o processo de acúmulo econômico, que aparentemente continua ilimitado”.¹⁴¹

2.10. O MUNDO OPERÁRIO NO ILUMINISMO

Assim como o humanismo associado à Renascença e a Revolução Científica, o Iluminismo é um marco na história do conhecimento que influencia o trabalho e a apreensão do seu sentido.

A consolidação do Iluminismo dá-se pela racionalidade, pela necessidade de explicar o mundo, as ciências, artes e ofícios de forma sistemática.

O *modus operandi* utilizado foi semelhante ao do humanismo associado à Renascença e à Revolução Científica somente realizado de forma mais intensa. Houve a multiplicação de academias e a criação de organizações de fomento à pesquisa e investigação. O conhecimento deveria ser, nas palavras de Peter Burke, “sistemático, profissional, útil e cooperativo”. Havia

¹⁴⁰ BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 47.

¹⁴¹ ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. 10 ed. p. 261-262.

a necessidade de complementar-se a educação e a busca de conhecimento em instituições alternativas.

O estudo de Peter Burke permite entendermos como se deu a evolução deste momento: a partir da metáfora do livro de Bacon, *Nova Atlântida*, e com o envolvimento dos governantes até chegarmos ao “surgimento do cientista”.

“[...] A famosa visão de Bacon da “Casa de Salomão” em seu romance filosófico *Nova Atlântida* (1626) descreve um instituto de pesquisas com uma equipe de trinta e três (sem contar os assistentes), observadores, experimentadores, compiladores, intérpretes e assim sucessivamente. Algo como isso, numa escala mais modesta, já existia em alguns lugares da Europa. A visão de Bacon talvez deva mais do que a atribuída em geral à Academia dos Linceus em Roma, de que Galileu era membro; ao observatório de Tycho Brahe em Uraniborg, com seu complexo de prédios e assistentes; ou a Casa de Contratación em Sevilha, onde se coletavam dados e atualizavam mapas.

A posição de Bacon, por sua vez, provavelmente estimulou mudanças nas instituições. A Royal Society, repleta de admiradores de Bacon, esperava criar um laboratório, um observatório e um museu. Também patrocinava a pesquisa de Robert Hooke e Nehemiah Grew recolhendo subscrições. Numa escala mais ampla, Colbert, ministro de Luís XIV, gastou 240 mil libras em pesquisas dentro da Academia de Ciências, parcialmente na forma de salários para certos estudiosos, os *pensionnaires* (bolsistas), a fim de permitir que levassem adiante projetos coletivos como uma história natural das plantas.

Essas iniciativas da década de 1660 foram levadas mais adiante no século XVIII, a era das academias, em geral com apoio dos governantes, que pagavam salários aos sábios para que realizassem suas investigações, permitindo que seguissem carreiras fora das universidades pelo menos em tempo parcial. O cientista profissional do século XIX surgiu a partir de uma tradição semiprofissional. Aproximadamente setenta sociedades de estudiosos ocupadas por inteiro ou parcialmente com a filosofia natural foram fundadas no século XVIII, as mais famosas dentre elas as academias de Berlim, São Petersburgo e Estocolmo.¹⁴²

Além de todo o contexto histórico e social indicado acima, há a difusão de obras que foram determinantes para a constituição do Iluminismo que merecem ser destacadas.

São três as principais obras e seus respectivos conteúdos que se tornaram fundamentais para entendermos o Iluminismo e sua influência na história do conhecimento.

¹⁴² BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: De Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 49.

A primeira delas é a de Pierre Bayle denominada *Dicionário Histórico e Crítico*, a outra é o *Dicionário Filosófico* de Voltaire, e finalmente a *Enciclopédia*, que deve sua compilação a Diderot.

Pierre Bayle foi um crítico da revelação cristã. Na época não se criticava a ética de amor e a fraternidade advindas do Cristianismo, mas sim sua história sobrenatural, a teologia e a Igreja. O *Dicionário Histórico e Crítico* de Bayle era um enorme compêndio que comparava e questionava as partes mais conhecidas da revelação cristã e causou um enorme ceticismo ou um escândalo para aqueles que acreditavam no Novo Testamento. A divulgação das idéias do dicionário foi feita por Voltaire que culminaram na criação do *Dicionário Filosófico* de sua própria autoria. Jacques Barzun nos conta como isto ocorreu.

“O Dicionário era uma obra que atrairia principalmente os intelectuais. Não surpreende que Jefferson o possuísse em cinco volumes, *in-folio*. Mas coube a Voltaire levar sua mensagem ao leitor educado comum, ao burguês abastado, aos homens e mulheres da alta sociedade e ao sortido grupo de freqüentadores de *salons*.

A sua mensagem era simples: o Livro de Gênesis não está errado num ponto: Deus criou o universo, mas ninguém sabe como, e Ele pôs em funcionamento de acordo com regras – as leis da ciência – com as quais Ele não tem razões para interferir. Isso é deísmo, a religião do homem racional. [...] Para transmitir este credo Voltaire usou de todos os recursos e estratagemas ao seu alcance; podia estar furtivamente inserido num panfleto político, na refutação de um ataque pessoal, numa tragédia em cinco atos, num breve poema ocasional, numa edição de um clássico ou numa carta particular. Finalmente, Voltaire condensou o argumento numa série de artigos em ordem alfabética – de quatro ou cinco páginas cada, sobre tópicos tais como Anjo, Ateu, Estado, Fanatismo, Igualdade, Messias, Milagre, Moisés – ao todo 73 verbetes intitulados *Dicionário Filosófico*.”¹⁴³

A quantidade e a diversidade do conhecimento produzido nas academias, instituições, bases de conhecimento era imensa. As inovações e as novas idéias necessitavam ser organizadas de forma racional. Surgiu, então, a necessidade de reunir todo o novo conhecimento em *um único lugar acessível* que se denominou *Encyclopédie*.

Criar a *Enciclopédia* foi um empreendimento que absorveu 26 anos da vida de Diderot. Foram incluídos no empreendimento um matemático, D'Alembert, e o Chevalier de Jacourt – um incansável pesquisador e prolífico redator de esboços de verbetes. Envolveu um total de quatro mil assinantes, que ajudaram financeiramente os editores e queriam “*acolher doutrinas*

¹⁴³ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 396-397.

contrárias à tradição e à ortodoxia; nenhum pensamento verdadeiramente novo recebeu tão ampla recepção”¹⁴⁴. Diderot completou 28 volumes da Enciclopédia que mais tarde recebeu uma adição de 7 volumes de outro editor. A versão final da Enciclopédia tinha 35 volumes e reunia a maior diversidade de conhecimento disponível na época.

Diderot registrava os métodos e recursos utilizados no trabalho. Ilustramos o ocorrido com as informações de Jacques Barzun.

“[...] Mostrar ao mundo seus métodos e recursos marca uma data na história da *techne*: os ofícios tinham sido até então propriedade secreta de cada guilda. Mas, em meados do século XVIII, as invenções por pessoas de fora e a comunicação rápida tinham debilitado o controle das guildas; Diderot visita as oficinas sem impedimentos. Orientando o seu desenhista, ele tomava notas para as legendas explicativas. Sua atitude estava de acordo com a dos cientistas: o livre intercâmbio; e com a dos economistas esclarecidos: o livre comércio: Sobre os direitos editoriais, Diderot também tinha uma palavra a dizer. Sua Carta sobre o comércio de publicar é uma apresentação clássica das condições então existentes da emancipação que deveria ocorrer para o bem do público e do autor.”¹⁴⁵

Naturalmente esses acontecimentos não possuem uma total linearidade. Como observamos o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento e da técnica caracterizam-se principalmente pela criação de entidades periféricas como as academias, bases de conhecimento e outros, sustentados pelo interesse das pessoas, naquele momento, de explicar os fenômenos pela utilização da razão. O conhecimento passa a ser adquirido, transmitido e principalmente “produzido”. Era importante que os mistérios da natureza e das profissões fossem decifrados, explicados e conhecidos pelo homem comum e não pela crença dos homens em deuses sobrenaturais.

Max Weber, em seu livro *Ciência e Política – Duas vocações* oferece-nos uma explicação elucidativa do que passa a significar o domínio das ciências pelo intelecto humano.

“O progresso científico é um fragmento, o mais importante indubitavelmente do processo de intelectualização a que estamos submetidos desde milênios e relativamente ao qual algumas pessoas adotam, em nossos dias, posição estranhamente negativa.

Tentemos, de início, perceber claramente o que significa, na prática, essa racionalização intelectualista que devemos à ciência e à técnica científica. Significará por acaso que todos os que estão reunidos nesta sala possuem, a

¹⁴⁴ Ibidem. P. 407.

¹⁴⁵ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 408.

respeito das respectivas condições de vida, conhecimento de nível superior ao que um hindu ou um hotentote poderiam alcançar acerca de suas próprias condições de vida? É pouco provável. Aquele, dentre nós, que entra num trem não tem noção alguma do mecanismo que permite ao veículo pôr-se em marcha – exceto se for um físico da profissão. Aliás, não temos necessidade de conhecer aquele mecanismo. Basta-nos poder “contar” com o trem e orientar, conseqüentemente, nosso comportamento; mas não sabemos como se constrói aquela máquina que tem condições de deslizar. O selvagem, ao contrário, conhece, de maneira incomparavelmente melhor, os instrumentos de que se utiliza. [...] A intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos. Significam, antes, que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando o que quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível que interfira com o curso de nossa vida; em uma palavra, que podemos dominar tudo, por meio da previsão. Equivale isso a despojar de magia do mundo. Para nós, não mais se trata, como para o selvagem que acredita na existência daqueles poderes, de apelar a meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, mas de recorrer à técnica e à previsão. Tal é o significado da intelectualização.”¹⁴⁶

Podemos dizer que a esta altura temos um quadro de como o conhecimento desenvolveu-se, instaurou-se, divulgou-se e organizou-se. Os acontecimentos descritos anteriormente lançaram uma nova base para os desdobramentos que viriam a seguir na transformação do mundo do trabalho – a Revolução Industrial.

2.11. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: “Um Século Para Ser Fechado Na Fábrica”

A revolução que mais alterou o mundo do trabalho é a Revolução Industrial. Utilizo o verbo no presente, pois, os aperfeiçoamentos das técnicas na indústria continuam desde o século XVIII até os nossos dias.

É difícil encontrar uma data comum e exata entre os vários historiadores sobre a data do início da Revolução Industrial, mas quase todos eles concordam que foi na Grã-Bretanha que esta Revolução iniciou-se.

¹⁴⁶ WEBER, Max. **Ciência Política**: Duas Vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2007. p.30-31.

Eric J. Hobsbawm resume as condições que descrevemos anteriormente que deram suporte para que esta revolução acontecesse:

“[...] qualquer que fosse seu status, as atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante. O Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII, a Grã-Bretanha, devia plenamente seu poderio ao progresso econômico, e por volta da década de 1780 todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional estavam conseqüentemente fomentando o crescimento econômico, e especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável. As ciências, ainda não divididas pelo academicismo do século XIX em uma “ciência pura” superior e outra “aplicada” inferior, dedicavam-se à solução de problemas produtivos, sendo que os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria. A grande Enciclopédia de Diderot e D'Alembert não era simplesmente um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico. Pois, de fato, o “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza – de que estava imbuído o século XVIII – derivou sua força primordialmente do evidente progresso técnico da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica, que acreditamos estar inevitavelmente associado a ambos. E seus maiores progressistas, os que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente iluminados, os administradores sociais e econômicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários.”¹⁴⁷

Não foi uma técnica específica, mas um conjunto de técnicas que somadas e alteradas funcionalmente, muitas vezes em pequenos detalhes, observados no dia-a-dia de sua utilização que foram pouco a pouco alterando os modos de produção, aperfeiçoando as invenções, as máquinas, que criaram condições suficientes para o desenvolvimento da indústria num novo patamar de produção.

São três os princípios citados por David S. Landes, em seu livro *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, que estão subjacentes à abundância e à variedade das inovações que permitiram as intensas alterações da Revolução Industrial: “(1) a substituição da habilidade e do esforço humano por máquinas – rápidas, regulares, precisas, incansáveis; (2) a substituição de fontes animadas por fontes inanimadas de força, em particular, a invenção de máquinas para converter o calor em trabalho, abrindo assim uma quase ilimitada oferta de energia; e (3) o

¹⁴⁷ HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 36-37.

*uso de novas e muito mais abundantes matérias-primas, em particular, a substituição de substâncias vegetais ou animais por materiais minerais e, finalmente, artificiais”.*¹⁴⁸

Os três princípios acima citados estão todos interligados, por isso podemos destacar um deles de forma a entendermos os seus desdobramentos nos outros dois e assim compreendermos as relações que uma ou outra inovação projetou em termos de evolução para a técnica, bem estar e desenvolvimento da sociedade.

Queremos agora destacar aquele a que nos referimos ao falarmos da utilização do moinho d'água, do qual nos falou Marc Bloch, e agora David S. Landes, que é o segundo princípio “a substituição de fontes animadas por fontes inanimadas de força, em particular, a invenção de máquinas para converter o calor em trabalho, abrindo assim uma quase ilimitada oferta de energia”. Este princípio está relacionado com a oferta de energia e o domínio do homem sobre as forças da natureza.

Não vamos neste momento tecer a evolução das transformações de energia, porque este não é o foco principal desta discussão e até porque sabemos que as diferentes energias conviveram durante muito tempo juntas de acordo com a evolução do seu uso em cada civilização.

Seria um trabalho inesgotável tentarmos explorar todas as invenções, aperfeiçoamentos e técnicas introduzidas que garantiram o sucesso da Revolução Industrial. Tentaremos explorar aqueles, que pensamos serem os mais relevantes para a alteração do mundo industrial, e que influenciaram fortemente a realização e o sentido do trabalho.

Essas inovações não aconteceram de imediato. De acordo com David S. Landes, algumas, como no caso do desenvolvimento da máquina a vapor para utilização na indústria, demoraram 75 anos para serem implantadas e dois séculos para se estabelecerem como fontes de energia para navios e veículos terrestres.

Entre o primeiro engenho a usar vapor em 1698 e James Watt, considerado o inventor da máquina a vapor em 1768, decorreram 60 anos e foram necessários mais 15 anos para adaptá-la às rodas da indústria. Conforme iam sendo utilizadas, descobriam-se novas

¹⁴⁸ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 206.(grifo nosso).

necessidades e aplicações que tornavam a invenção mais útil para outras aplicações em outras circunstâncias.

“Veja-se o caso da energia a vapor. O primeiro engenho a usar vapor para criar um vácuo e fazer funcionar uma bomba foi patenteado na Inglaterra por Thomas Savery em 1698; a primeira máquina a vapor propriamente dita (com pistão) foi a de Thomas Newcomen em 1705. A máquina atmosférica de Newcomen (assim chamada porque dependia exclusivamente da pressão atmosférica), por sua vez, provocava um substancial desperdício de energia porque o cilindro esfriava e tinha que ser reaquecido a cada curso. A máquina, portanto, funcionou melhor no bombeamento de água para fora de minas de carvão, onde o combustível era quase um artigo gratuito.

Um longo período – sessenta anos – transcorreu antes de James Watt inventar uma máquina com o condensador separado do cilindro (1768), cuja eficiência era suficientemente boa para produzir vapor fora das minas, nas novas cidades industriais; e mais 15 anos foram necessários para adaptar a máquina ao movimento rotativo, de modo a poder impulsionar as rodas da indústria.”¹⁴⁹

No que se refere ao desenvolvimento de técnicas que impulsionaram a Revolução Industrial, devemos mencionar uma técnica relacionada ao princípio número três explicitado acima: “o uso de novas e muito mais abundantes matérias-primas, em particular, a substituição de substâncias vegetais ou animais por materiais minerais e, finalmente, artificiais”: que foi o aprimoramento da técnica de obtenção do aço comum realizada por Henry Bessemer em 1856, que igualmente transformou a indústria e os transportes após 75 anos de tentativas experimentais. O aço era uma matéria-prima muito cara até então, como podemos observar pela citação de David S. Landes:

“Enquanto este dispendioso metal tinha sido outrora utilizado na confecção de pequenos objetos – armas, navalhas de barba, molas, algumas ferramentas, como limas – agora podia ser usado na fabricação de trilhos e construção de navios. Os trilhos de aço duravam mais e tinham mais capacidade de transporte; os navios de aço tinham cascos mais finos e mais capacidade de transporte.”¹⁵⁰

Para completarmos o entendimento dos princípios subjacentes à Revolução Industrial, devemos explorar o princípio de número um, já indicado acima, “a substituição da habilidade e do esforço humano por máquinas – rápidas, regulares, precisas, incansáveis” que se relaciona com a utilização da força motriz e que apesar de utilizada desde a Idade Média, agora se associa à nova maquinaria e ganha um novo impulso.

¹⁴⁹ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 208.

¹⁵⁰ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 208.

“A própria máquina é simplesmente um dispositivo articulado para mover uma ferramenta (ou ferramentas) de tal modo que faça (ou façam) o trabalho da mão. Sua finalidade pode ser aumentar a força e velocidade de quem opera, por exemplo, uma impressora, uma perfuratriz ou uma roda de fiar. Ou pode canalizar a sua ferramenta de modo a executar movimentos uniformes e repetitivos, como num relógio. Ou pode alinhar uma bateria de ferramentas de forma a multiplicar o trabalho desempenhado por um único movimento. Na medida em que as máquinas são manualmente operadas, é muito fácil reagir às inevitáveis guinadas e arrancos; o operário tem apenas que suspender a ação, deixando de girar a manivela ou puxando uma alavanca. A força motriz muda tudo.”¹⁵¹

Todos os três princípios que fundamentam a Revolução Industrial aplicados levaram a uma maior produtividade e uma maior renda dos envolvidos. O crescimento, a partir de então, passa a ser auto-sustentado. Pela primeira vez, a economia e o conhecimento cresciam juntos para gerar um constante fluxo de crescimento.

Como disse Ortega y Gasset, citado no início da nossa explanação sobre a técnica, o homem não parou de inquietar-se e continuou a criar, inovar e fabricar uma nova vida.

Coincidem as opiniões da maioria dos historiadores que a Revolução Industrial iniciou-se na indústria têxtil – mais especificamente a manufatura britânica de algodão que possibilitou que o sistema de fábrica fosse instalado. Adotaremos a conceituação de David S. Landes do que se entende por “*fábrica (factory): “um complexo unificado de produção (trabalhadores reunidos sob supervisão, usando uma fonte central, tipicamente inanimada, de energia. Sem a energia, temos uma manufatura”*”.¹⁵²

De acordo com Eric J. Hobsbawn, a indústria algodoeira britânica desenvolveu-se não somente devido ao mercado interno existente, mas também devido ao comércio colonial.

“A indústria algodoeira foi assim lançada, como um planador, pelo empuxo do comércio colonial ao qual estava ligada; um comércio que prometia uma expansão não apenas grande, mas rápida e sobretudo imprevisível, que encorajou o empresário a adotar as técnicas revolucionárias para lhe fazer face. Entre 1750 e 1769, a exportação britânica de tecidos de algodão aumentou mais de dez vezes. Assim, a recompensa para o homem que entrou primeiro no mercado com as maiores quantidades de algodão era astronômica e valia o risco da aventura tecnológica.”¹⁵³

¹⁵¹ Ibidem. p. 211.

¹⁵² LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 206, nota do autor.(grifo nosso).

¹⁵³ HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 36-37.

Na indústria algodoeira foram avanços simples, de caráter mecânico que promoveram a aceleração da produção: o bastidor para a malha, o tear “holandês” ou tear “mecânico”, o tear de trena e as máquinas para torcer fio de seda. Dentre os quais podemos citar os exemplos dados por David S. Landes:

– a introdução do pedal para mover a roda de fiar, liberando assim as mãos da fiadeira para manipular o fio e cuidar dos fusos; ou, no caso do tear, para acionar os liços que erguem o fio de urdimento enquanto a lançadeira vai conduzindo o fio da trama;

– a invenção do volante (a roda saxônia), que aumentou a torcedura, bobinando o fio ao mesmo tempo em que gira o fuso, mas a uma velocidade diferente;

– a realização da fiação e bobinagem unidirecional e contínua;

A soma destas mudanças quadruplicou ou melhorou a produção das máquinas de fiar.

O passo seguinte foi a mecanização da fiação, replicando de alguma forma os gestos do tecelão na operação manual, o que exigiu simplificação mediante a decomposição da tarefa numa sucessão de processos suscetíveis de repetição. Isso parece muito lógico, mas não foi fácil. O sucesso só foi conseguido quando os inventores aplicaram estes dispositivos a uma fibra vegetal dura, o algodão. Isso levou dezenas de anos de tentativas e erros desde a década de 1730 à de 1760. Quando a fiação mecânica chegou ao algodão, a indústria têxtil deu um giro de 180 graus.¹⁵⁴

De acordo com o mesmo autor, impulsionada por outros progressos tecnológicos detalhadas abaixo, todo o processo de consolidação da indústria têxtil, no entanto, demorou um século, de 1770 até 1870.

“A rápida mudança começou com a fiadeira de vários fusos (*jenny*) de James Hargreaves (c. 1766), seguida pela máquina de fiar algodão operada com energia hidráulica (*water frame*) de Thomas Arkwright (1769) e a *mule*, uma máquina de fiar intermitente de Samuel Crompton (1779), assim chamada porque era um cruzamento entre *jenny* e *water frame*. Com a *mule*, era possível fiar tanto material de fibra fina quanto grossa, melhor e mais barato que qualquer fiadeira. Depois, em 1787, Edmund Cartwright construiu o primeiro tear mecânico bem sucedido, que transformou gradualmente a fiação, primeiro de fio grosso, que resistia melhor ao vaivém da lançadeira, e em seguida do fio fino; e, em 1830, Richard Roberts, um experiente construtor de máquinas, criou – a pedido do seu empregador – uma máquina de fiar de funcionamento automático (*self-acting mule*), que libertava a fiação da força e dependência da força e da habilidade especial de uma indócil aristocracia operária [...] Essa seqüência de invenções demorou cerca de sessenta anos e dominou por completo a tecnologia mais antiga – ao invés

¹⁵⁴ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 211.

da máquina a vapor que, durante muito tempo, conviveu com a energia hidráulica. A nova técnica gerou uma acentuada queda em custos e preços, e um rápido aumento na produção e consumo de algodão. Nessa base, a Revolução Industrial britânica percorreu em cerca de um século, digamos, desde 1770 até 1870, “todo o intervalo entre a antiga ordem e o estabelecimento de relações bastante estáveis dos diferentes aspectos da indústria sob a nova ordem”¹⁵⁵

2.12. DE CAMPONESES PARA OPERÁRIOS ESPECIALIZADOS

Até este momento, tomamos conhecimento do processo de inovação tecnológica que foi instaurado durante um século nas fábricas. Agora é momento de falarmos dos principais atores e da nova realidade de vida inserida nesta Revolução Industrial.

Antes de existir a fábrica, segundo Max Weber, a vida em geral era regida por um trabalho tradicional que gerava uma vida bem pacata.

“Até por volta da metade do século passado (século XIX), a vida de um empresário da produção em domicílio, ao menos em muitos ramos da indústria têxtil continental, era bastante cômoda para os padrões de hoje. Pode-se imaginar seu dia-a-dia mais ou menos assim: os camponeses vinham à cidade onde morava o empresário trazendo seus tecidos – produzidos em grande parte ou inteiramente (no caso do linho) com matéria-prima manufaturada por eles próprios – e, após meticulosos exames de qualidade dos panos, muitas vezes de caráter oficial, recebiam em paga o preço usual. Os fregueses do empresário, seus intermediários para todos os mercados mais distantes, vinham igualmente até ele para comprar, na maioria das vezes não pelas amostras, mas pela tradição de qualidade do que ele tivesse no estoque ou então, e nesse caso com bastante antecedência, faziam a encomenda que, se fosse o caso era repassada aos camponeses. A visita pessoal à clientela era feita, se tanto, de quando em quando com longos intervalos, bastando de início a troca de correspondência e o envio de amostras, prática que se difundiu pouco a pouco e cada vez mais. O número de horas no escritório, modesto: talvez cinco ou seis horas por dia, por vezes muito menos, e na temporada, se temporada houvesse, mais; os ganhos, razoáveis, suficientes para levar uma vida decente e, em tempos de vacas gordas, fazer um pé-de-meia; no geral, um clima de grande cortesia entre os concorrentes graças a uma concordância relativamente grande quanto aos princípios básicos do negócio; generosa visita diária à taberna ou ao café

¹⁵⁵ Ibidem. p. 214. Este trecho de Landes encerra com uma referência do autor a Peyrefitte.

para o trago do fim da tarde e o encontro com amigos. Pacato andamento de vida, no geral.”¹⁵⁶

No momento em que se instaura o mundo da fábrica, a realidade da vida cotidiana é outra, as novas técnicas necessitam de operários diferentes e o empresário que entra primeiro no mercado recebe grandes lucros. É importante entendermos como se deu a transição para o mundo da fábrica.

“Um dia, porém, esse aconchego foi repentinamente perturbado, e muitas vezes sem que a forma de organização sofresse nenhuma alteração fundamental – a transição, digamos, para a fábrica fechada, para o tear mecânico ou coisas do gênero. Em vez disso, o que se deu o mais das vezes foi simplesmente isto: um jovem qualquer de uma das famílias desses empresários da produção em domicílio muda-se da cidade para o campo, seleciona a dedo os tecelões de que necessita, aumenta ainda mais sua dependência e o controle sobre eles, fazendo, dos camponeses, operários; por outro lado, assume totalmente as rédeas do processo de vendas por meio de um contato mais direto possível com os consumidores finais: comércio a varejo, granjeia pessoalmente os clientes, visita-os regularmente a cada ano, mas sobretudo, passa a adaptar a qualidade dos produtos exclusivamente às necessidades e desejos deles para “agradá-los” e pautar-se ao mesmo tempo pelo princípio do “menor preço, maior giro”. Repete-se, então o que sempre e em toda parte é a conseqüência de um tal processo de “racionalização”: quem não sobe, desce. O idílio desaba sob a encarniçada luta concorrencial que ensaia os primeiros passos, as vultosas fortunas amealhadas não mais são postas a render juros, mas reinvestidas no negócio, a antiga cadência de vida pacata e aconchegante se rende à rígida sobriedade, tanto daqueles que acompanharam o passo e ascenderam porque queriam não consumir, mas lucrar, como daqueles que permaneciam presos aos velhos hábitos porque foram obrigados a se conter.”¹⁵⁷

A transição foi como sempre difícil de ser incorporada. A mecanização de processos, assim como qualquer mudança na rotina do dia a dia de quaisquer pessoas, o novo momento – industrial – teve que ser acolhido com as suas novas características pelos artesãos e camponeses; e os trabalhadores passaram a contar com uma nova perspectiva de viver. No entanto, como sabemos, não havia mais o caminho de volta ao velho sistema.

De acordo com o autor David S. Landes, apesar de muitos quererem agarrar-se aos antigos padrões, a própria dinâmica da vida industrial não tornou este fato possível. Algumas profissões como a de tecelão manual deixaram de existir.

¹⁵⁶ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p. 58-59.

¹⁵⁷ WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 60.

“Deve-se distinguir aqui entre os setores de fiação e tecelagem da indústria. Na fiação de algodão, a maquinaria simplesmente eliminou por completo as mais antigas técnicas manuais. Até a fiandeira italiana, trabalhando por uma pequena fração dos salários ingleses, teve que desistir em face da fiação mecânica. Na tecelagem, porém, o tear mecânico levou décadas para atingir o ponto em que se podia trabalhar com o fio mais delicado. Assim, os tecelões de tear manual agarram-se obstinadamente a sua própria técnica, reduzindo para sempre a expectativa e o padrão de vida no esforço de permanecerem fora das fábricas, até que a morte ou velhice os eliminasse. Na segunda metade do século XIX, mesmo aqueles que tinham razões especiais para contratar tecelões de tear manual não puderam encontrar mais nenhum. As pessoas mais jovens não estavam mais dispostas a ingressar numa profissão agonizante.”¹⁵⁸

É necessário acrescentar uma outra perspectiva em relação ao novo mundo do trabalho. As condições de trabalho eram precárias. Os salários eram baixos e as jornadas de trabalho chegavam até a 80 horas semanais. Os trabalhadores estavam sufocados por uma vida extenuante, dedicada ao trabalho.

Nem só de invenções se construiu a Revolução Industrial. Começam a surgir novas técnicas de gestão, conhecidas hoje como Teoria da Administração Científica. Estas idéias foram desenvolvidas por um grupo de estudiosos da administração e engenheiros dos quais um dos mais conhecidos é Frederick Taylor (1856-1915).

“Taylor baseou seu sistema de administração no estudo de tempos nas linhas de produção. Ao invés de confiar nos métodos tradicionais de trabalho, ele analisou e cronometrou os tempos dos movimentos dos operários siderúrgicos realizando uma série de trabalhos. Usando como base o estudo de tempos, ele dividiu cada função em seus componentes e projetou os métodos melhores e mais rápidos para executar cada um desses componentes. Com isso, Taylor estabeleceu quanto os trabalhadores deveriam ser capazes de produzir com o equipamento e materiais disponíveis. Também encorajou os patrões a pagar para os empregados mais produtivos uma tarifa (taxa de pagamento por unidade produzida) mais alta que para os demais. A tarifa mais alta era cuidadosamente calculada e baseada no maior lucro que resultaria da maior produção. Assim, os trabalhadores eram incitados a ultrapassar seus padrões de desempenho anteriores para ganhar mais. Taylor chamou seu plano de sistema de tarifas diferenciadas. Ele acreditava que os trabalhadores que alcançassem os padrões mais elevados não precisariam ter medo de ser despedidos, porque as empresas se beneficiariam de sua maior produtividade. Pagamentos maiores eram assegurados porque as tarifas eram “cientificamente corretas”, estabelecidas num nível que era melhor para a empresa e para o trabalhador. Ele insistia em que ninguém seria prejudicado pelo sistema diferenciado,

¹⁵⁸ LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações**: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed. p. 214, nota do autor.

porque os trabalhadores que produzissem abaixo do padrão encontrariam outro trabalho em “um ou dois dias” por causa da falta de mão-de-obra.”¹⁵⁹

Em 1893, Taylor colocou suas idéias em prática na Simonds Rolling Machine Company e obteve os seguintes resultados “35 inspetoras faziam o trabalho realizado por 120; a precisão aumentou em dois terços; os salários cresceram de 80% a 100%; a satisfação das trabalhadoras aumentou”¹⁶⁰. Ele conseguiu e divulgou resultados obtidos em outros clientes.

Tais melhoras causaram resistências e oposição na época. Temia-se que os avanços em produtividade e salários provocados pela utilização dos métodos de Taylor acabassem com o trabalho disponível e causassem demissões.

Os empregadores estavam felizes com os aumentos de produtividade conseguidos por Taylor. No entanto, de acordo com Luzia Margareth Rago e Eduardo F. P. Moreira, a perspectiva dos trabalhadores era diferente.

“Na perspectiva dos trabalhadores, a padronização das tarefas era percebida como um roubo de sua autonomia, já que pressupunha a centralização do desenvolvimento das normas de produção nas mãos da direção e a criação de um rígido código de procedimentos a serem obedecidos por todos os trabalhadores. O aparecimento dos cronometristas e dos apontadores foi motivo particular de revolta [...]”¹⁶¹

Em 1912, o avanço do taylorismo provocou uma greve no Watertown Arsenal, em Massachusetts, e congressistas oponentes aos métodos de Taylor chamaram-no para explicar suas idéias e técnicas.

“Taylor havia escrito dois livros ‘*Shop Management*’ e ‘*The Principles of Scientific Management*’ e baseou sua filosofia em quatro princípios:

1. O desenvolvimento de uma verdadeira ciência da administração, de modo que pudesse ser determinado o melhor método para realizar cada tarefa.
2. A seleção científica dos trabalhadores, de modo que cada um deles ficasse responsável pela tarefa para a qual fosse mais bem habilitado.
3. A educação e o desenvolvimento científico do trabalhador.

¹⁵⁹ STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999. 5. ed. p. 24.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 25.

¹⁶¹ RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. p. 42.

4. A cooperação íntima e amigável entre a administração e os trabalhadores.”¹⁶²

Taylor era, na realidade, um obcecado pela produtividade. Seus métodos, sem dúvida, foram essenciais para o aumento da produtividade e são ainda utilizados. No entanto, deixou de levar em conta que nem sempre os interesses entre os empresários e os trabalhadores são harmônicos. Acreditava que “*a administração e os trabalhadores tinham um interesse comum no aumento de produtividade*”¹⁶³.

Diferentemente pensava Marx, que via neste processo de divisão do trabalho causa de danos, em especial às forças intelectuais do indivíduo. Ilustraremos este fato com as suas interpretações das idéias de Adam Smith.

“O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam (um pode ter ganho o que o outro perdeu). É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e força a servir ao capital. [...]

Depois de A. Smith descrever o aparvalhamento do trabalhador parcial, prossegue:

“A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente também a coragem de sua mente. [...] Ela destrói mesmo a energia de seu corpo e o incapacita a empregar as suas forças com vigor e perseverança, a não ser na operação parcial para a qual foi adestrado. Sua habilidade em seu ofício particular parece assim ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas, em toda sociedade industrial e civilizada, esse é o estado no qual necessariamente tem de cair o pobre que trabalha (the labouring poor), isto é, a grande massa do povo”.¹⁶⁴

No entanto, o processo de divisão de tarefas incorporado na rotina das fábricas, organiza o trabalho para evitar o desperdício do tempo, aumenta a produtividade e combate a anarquia. Inaugura-se a utilização da função repetitiva, que utilizada de forma extensiva e intensiva desumaniza os trabalhadores.

¹⁶² STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999. 5. ed. p. 25.

¹⁶³ Ibidem. p. 25.

¹⁶⁴ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender, coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. pp. 283-284, que inclui a menção que Marx faz a Adam Smith.

Não havia mais volta, pois o modo de produção havia se alterado e se instaurado como definitivo.

Toda a realidade circundante estava alterada e o sentido do trabalho passou a ser a “especialização”, com todas as vantagens e desvantagens que se confere ao tema. Discutimos no primeiro capítulo alguns dos aspectos negativos da fragmentação do trabalho e voltaremos ao tema no terceiro capítulo quando nos referirmos ao sentido do ócio.

“Especialização” e “racionalização” são as novas palavras de ordem do trabalho. Associada às invenções, novas técnicas de produção são incorporadas na fábrica.

Um fato importante a relatar é que a busca crescente da produtividade e da racionalidade no sistema fabril desenvolveu-se mais nos Estados Unidos, devido especialmente à maior necessidade de mão-de-obra especializada, que era mais farta na Europa e não na nação recém-independente.

Somada às novas formas de executar o trabalho e ao desenvolvimento das invenções já existentes no mundo, a criação de novidades torna-se ilimitável. Em especial, aquelas que alteravam particularmente a realidade do dia-a-dia das pessoas.

2.13. UM NOVO SENTIDO DE TRABALHO

Associada às novas técnicas e à necessidade diante da economia em custos, com o carvão em especial, surgiu uma nova invenção que iria transformar as indústrias de bens de capital, pois impulsionaria os transportes de forma inusitada e modificaria completamente a paisagem.

Eric J. Hobsbawn demonstra o entusiasmo da época com a ferrovia.

“Esta imensa indústria (do carvão, em 1800 a Grã-Bretanha deve ter produzido perto de 10 milhões de toneladas de carvão, ou cerca de 90% da produção mundial) embora provavelmente não se expandindo de forma

suficientemente rápida rumo a uma industrialização realmente maciça em escala moderna, era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas não só necessitavam de máquinas a vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque. A linha férrea ou os trilhos sobre os quais corriam os carros era uma resposta óbvia; acionar estes carros por meio de máquinas era tentador; acioná-los ainda por meio de máquinas móveis não parecia muito impossível. Finalmente os custos de transporte terrestre de grandes quantidades de mercadoria eram tão altos que provavelmente os donos das minas de carvão localizadas no interior perceberam que o uso desse meio de transporte de curta distância podia ser estendido lucrativamente para longos percursos. A linha entre o campo de carvão de Durham e o litoral (Stockton-Darlington 1825) foi a primeira das modernas ferrovias. Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra. George Stephenson começou a vida como “maquinista” em Tyneside, e durante anos todos os condutores de locomotivas foram recrutados nesse campo de carvão.

Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular.”¹⁶⁵

A locomoção pela força a vapor, a estrada de ferro e a primeira viagem pelos trilhos que promoveu a magia das ferrovias como meio de transporte para pessoas aconteceu na Inglaterra em 15 de setembro de 1825 e foi muito bem sucedida.

“Nessa viagem inaugural, os patrocinadores do engenheiro George Stephenson embarcaram com altos funcionários do governo e seus convidados, incluindo o duque de Wellington e William Huskinson, economista muito bem conhecido e presidente do Board of Trade (o equivalente a um Ministério do Comércio). Trinta e três carros os transportaram em oito trens puxados por igual número de locomotivas. A “vertiginosa” viagem de 25 para 30 quilômetros por hora levou-os através dos campos e sobre um vasto pântano, Chat Moss, que todo o mundo dizia ser intransponível onde fatalmente afundariam os carros e a empresa. Mas Stephenson descobriu um processo de fazer os trilhos permanecerem à superfície do pântano e o cortejo não hesitou sequer diante do suposto obstáculo.”¹⁶⁶

No entanto, nem tudo foram glórias. O primeiro acidente ferroviário aconteceu neste mesmo dia da inauguração.

¹⁶⁵ HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. pp. 60 e 61.

¹⁶⁶ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 587.

“[...] entre exclamações de admiração e prazer, um numeroso grupo de convidados desceu do trem que abria a coluna, enquanto outro trem passava lentamente pela outra via. Huskisson, de pé na porta aberta do carro em que viajava o duque de Wellington, ficou confuso com o grito de “Subam! Subam!” Ao debruçar-se para ver o que estava acontecendo foi colhido pela locomotiva e mortalmente ferido, embora tivesse recebido socorro médico em 25 minutos.”¹⁶⁷

Outro acidente ocorreu doze anos após a data da inauguração na linha Paris-Versalhes. Um incêndio provocado pela quebra do eixo das rodas dianteiras da primeira locomotiva matou cinquenta pessoas, que estavam “trancadas em uma locomotiva por segurança”.

À semelhança da fábrica, as estradas de ferro demandaram uma nova forma de organização do trabalho e uma infra-estrutura diferenciada que deveria se instalar.

Este novo sistema de máquinas, deslumbrante pelo que oferecia ao viajante, lidava, no entanto, com a possibilidade maior de acidentes e de provocar morte aos seus usuários.

De acordo com Jacques Barzun, os trabalhadores teriam que ter um perfil diferenciado: *“os trabalhadores ferroviários constituíram um vasto exército, com funcionários administrativos e um manual de regras. Executavam suas tarefas sob constante pressão e uma severa disciplina, além de estarem também sujeitos às penalidades da lei por infrações que resultassem em acidente ou morte”*¹⁶⁸.

O mesmo autor define as novas habilidades que se tornaram necessárias dentro deste contexto de trabalho, para dar subsídio à segurança do passageiro, que dependia do perfeito funcionamento de todas as peças da “engrenagem”.

“A ferrovia desenvolveu uma aristocracia do trabalho marcada pelo vigor físico, perícia e capacidade de julgamento de inteiramente novas espécies. No que se refere à crescente segurança do passageiro por meio de novos regulamentos ou dispositivos, no começo não se considerava que isso fosse um dever do governo. Na Inglaterra, onde o progresso seguia em ritmo célere, um grupo de brilhantes engenheiros (alguns provenientes do exército) decidiu abordar a tarefa de estudar cada acidente, publicando recomendações para as companhias concorrentes; não eram conclusões com força de lei. Desde então, a viagem aérea tem sido tratada da mesma forma liberal.”¹⁶⁹

¹⁶⁷ Ibidem. pp. 587-588.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 589. (grifo nosso).

¹⁶⁹ BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 589.

O caráter de assegurar a vida de outro era uma responsabilidade elevadíssima e na esfera de atuação do trabalho nas ferrovias, o profissional deveria estar vinculado de forma *prioritária* ao trabalho. Isso conferiu ao trabalho realizado nas ferrovias um sentido de contribuição à sociedade, pois tentava-se ao máximo assegurar a vida das pessoas que utilizavam o meio de transporte.

2.14. O CONSUMO EM MASSA

Esta nova configuração do mundo, a existência de novos conhecimentos e novas invenções determina a potencialidade de dar maior acesso às pessoas mais comuns aos meios e instrumentos facilitadores da vida moderna. O exemplo mais impressionante de alteração no acesso da sociedade de consumo às novas tecnologias verifica-se no pioneirismo de Henry Ford na indústria automobilística.

Na visão de Henry Ford, o carro deveria ser um veículo para ser usado pelas pessoas comuns e no maior número possível, não somente um artigo de luxo para ricos e milionários. Utilizou para implantar a sua visão técnicas modernas de produção, inclusive os métodos de Frederick Taylor. Como exemplo da utilização do taylorismo na indústria automobilística, podemos citar a linha de montagem da bobina de magneto.

“A primeira peça da moderna linha de montagem foi o conjunto da bobina do magneto. No passado um trabalhador – necessariamente um operário qualificado – fazia um magneto de volante do início ao fim. Um bom empregado poderia fazer 35 ou 40 por dia. Agora, entretanto, havia uma linha de montagem para os magnetos, dividida em 29 operações diferentes. No velho sistema, demorava-se 20 minutos para fazer um magneto; agora, demorava-se 13.”¹⁷⁰

¹⁷⁰ STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999. 5. ed. p. 25.

A idéia de Ford era trazer a mesma racionalidade ao resto da fábrica. Assim, devido a um gargalo na linha de produção – a montagem final do veículo –, acontece o fenômeno da linha de montagem, que foi pensado da seguinte forma:

“Se os homens pudessem permanecer parados enquanto o carro inacabado passasse por eles, através da linha, menos tempo dos trabalhadores – ou seja, tempo de Ford – seria desperdiçado”¹⁷¹.

Dessa forma, introduziu-se a linha de montagem na indústria automobilística.

“Charles Sorensen, que havia se tornado um dos mais graduados homens de produção de Ford, iniciou a linha de montagem puxando lentamente por um guincho um chassi de Modelo T, através de 73 metros do solo da fábrica e cronometrando concomitantemente o processo. Atrás dele andavam seis trabalhadores, pegando peças de pilhas cuidadosamente espaçadas no chão e montando-as no chassi. Logo as soluções espetaculares vieram cada vez mais rápido... Instalando uma correia transportadora automática, Ford, em dado momento, conseguiu montar um carro em 93 minutos... Apenas alguns anos antes, na época da montagem com o chassi estacionário, o melhor tempo de montagem de um carro fora 728 homens hora.”¹⁷²

A visão de Ford estava concretizada: custos baixos de produção permitiram aumentar a venda de seus produtos. A 260 dólares, muitos tiveram acesso ao Ford Modelo T. Um total de 15 milhões de carros foi vendido em 19 anos, até se parar a produção do modelo T.

Consolidava-se a produção em massa precursora do consumo em massa e toda uma nova realidade se impôs ao homem comum.

Supremacia técnica, inovação, divulgação de idéias associadas ao racionalismo, desde o século XVIII até o século XX, transformaram o mundo como nunca antes fora feito e continuam a transformá-lo até os dias de hoje.

Para se ilustrar a grandeza dos novos tempos em termos de praticidade no dia-a-dia, pode-se citar o impacto da ciência na vida cotidiana:

“Em 1800, as pessoas viajavam à velocidade de cavalos, liam à luz de velas, esperavam por semanas para receber respostas de alguém muito distante. Costurava-se à mão e fazia-se seu próprio sabão. Uma dor de dente poderia ser uma sentença de morte. Melhores instrumentos e métodos de pesquisa criaram avanços na medicina: da anestesia aos anti-sépticos à aspirina. Todas

¹⁷¹ Ibidem. p. 25. (grifo nosso)

¹⁷² Ibidem. p. 25.

estas invenções foram inventadas uma a uma, porém a uma inacreditável velocidade. Os séculos anteriores também tinham obtido um grande avanço nas ciências, mas muito deste progresso era acadêmico. Saber que a terra girava em torno do sol não aquecia nenhum lar ou salvaria qualquer criança doente. Mas com o início da Revolução Industrial, os produtos da ciência tornaram-se práticos e úteis no dia a dia dos indivíduos [...] Enquanto o automóvel, o telefone e avanços na medicina tinham um impacto no nível pessoal, mudando a sociedade um por um, um outro fator a ser considerado foi a existência de “abundância” – a produção e o consumo em massa, com aumentos em escala de todos os tipos. As estradas de ferro ampliaram-se na Europa e na América. Prédios foram levantados a centenas de metros das ruas, fato possível devido às bombas de água, aquecedores e a segurança do elevador. E foi nesta esfera que a produção em massa realmente deixou sua marca.”¹⁷³

2.15. A NOVA INTERPRETAÇÃO DO MUNDO

O século XIX foi um século de intensa atividade no campo das invenções e das ciências. A técnica fazia-se presente e possibilitava uma ascendência sem limites à nova “vida fabricada”.

É muito oportuno ouvirmos as palavras de Edmund Wilson, em seu livro *Rumo à Estação Finlândia*. Neste livro, é narrado como o historiador, Jules Michelet, descreve em um pequeno livro denominado *O povo* a análise da sociedade industrial moderna. Em que direção julgava ele – Michelet – que o progresso da humanidade havia se manifestado, e viria a se manifestar?

“Examinando as classes individualmente, o autor mostra de que modo todos fazem parte da rede socioeconômica – cada uma delas, exploradora ou explorada, e normalmente ao mesmo tempo extorsionária e vítima, gerando, por meio das próprias atividades necessárias à sobrevivência, antagonismos irreconciliáveis com suas vizinhas, porém incapaz de subir na escala para fugir à degradação geral. O camponês, eternamente devendo dinheiro ao agiota ou advogado, sempre com medo de ser despejado, inveja o operário de indústria. O operário, praticamente confinado e desprovido de vontade própria devido a sua subjeção à máquina, desmoralizando-se ainda mais, nos poucos momentos de liberdade que lhe permitem, na dissipação, inveja o artesão. Este, no entanto, quando aprendiz, pertence a seu mestre, é ao mesmo tempo criado e trabalhador, e tem inquietantes aspirações burguesas. Na burguesia, por sua vez, o industrial, tomando dinheiro emprestado ao

¹⁷³ SANDLER, Craig. **The Illustrated Timeline of Inventions**: A crash course in words & pictures, printed in China. New York: Sterling Publishing Co. Inc., 2007. Pp. 54-55. Tradução nossa.

capitalista, sempre ameaçado de ser arruinado pela superprodução, comanda seus empregados como se o demônio o controlasse. Passa a odiá-los, por serem eles os únicos elementos incertos que impedem o funcionamento perfeito do mecanismo; os empregados, em compensação, detestam o capataz. O comerciante, pressionado por seus fregueses, que estão sempre tentando levar vantagem, pressiona o industrial para que este lhe forneça produtos malfeitos; ele talvez seja o que leva a vida mais infeliz de todos, obrigado a ser servil para com seus fregueses, odiado por seus concorrentes, e odiando-os também, sem produzir nada nem organizar nada. O funcionário público, mal pago, lutando para conservar sua respeitabilidade, sempre sendo transferido de um local para outro, não apenas tem que ser cortês, como o comerciante, mas também certificar-se que suas idéias políticas e religiosas não desagradam o governo. Por fim, os burgueses ociosos dependem dos capitalistas, os membros da nação dotados de menos espírito cívico, e vivem eternamente com pavor do comunismo. Já perderam o contato com o povo. Fecharam-se em sua classe, e por trás de suas portas bem trancadas só há frio e vazio.”¹⁷⁴

Para desenharmos o quadro que se apresentava na época com maiores detalhes, incluo Ortega y Gasset, que em seu livro *A Rebelião das Massas* nos oferece uma visão extremamente apurada do que acontecia na época e explica o novo fenômeno provocado pela abundância do mundo da técnica que provocou o acesso de multidões a novos produtos, novos serviços, novos hábitos:

“A vida pública não é apenas política e sim, ao mesmo tempo e até antes, intelectual, moral, econômica, religiosa; compreende todos os hábitos coletivos, inclusive o modo de se vestir e o modo de se divertir. [...] As cidades estão cheias de gente. As casas, cheia de inquilinos, os hotéis cheios de hóspedes. Os trens, cheios de passageiros. Os cafés, cheios de consumidores. Os passeios cheios de transeuntes. Os consultórios dos médicos famosos, cheios de espectadores. As praias, cheias de banhistas. O que antes não costumava ser problema começa a sê-lo quase que de forma contínua: encontrar lugar.”¹⁷⁵

No entanto, esta visão não corresponde ao que acontece ao indivíduo em particular. O que se tornaram as pessoas, os trabalhadores no mundo capitalista? O homem tornou-se *homem massa*. Ressaltamos que este termo não está associado a uma classe de trabalhadores, mas sim ao comportamento de indivíduos em diferentes classes sociais. Adotaremos a definição segundo Ortega y Gasset.

“O conceito de multidão é quantitativo e visual. Se o traduzirmos para a terminologia sociológica, sem alterá-lo, encontraremos a idéia de massa

¹⁷⁴ WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**: Escritores e autores da história. Prefácio de Jed Perl. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 45.

¹⁷⁵ ORTEGA y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Marylene Pinto Michael. Revisão da tradução de Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 3. ed. (Coleção Tópicos). pp. 41-42.

social. A sociedade é sempre uma unidade dinâmica de dois fatores, minorias e massas. As minorias são indivíduos ou grupos de indivíduos especialmente qualificados. A massa é o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. Portanto, não se deve entender por massas, nem apenas, nem principalmente, ‘as massas operárias’. Massa é o ‘homem médio’. Desse modo converte-se o que era apenas quantidade – a multidão – em uma determinação qualitativa; é a qualidade comum, é o monstro social, é o homem enquanto não diferenciado dos outros homens, mas que representa um tipo genérico. Mas aonde chegamos, com essa conversão de quantidade em qualidade? Muito simples: por meio desta compreendemos a gênese daquela. É evidente, até óbvio demais, que a formação normal de uma multidão implica a coincidência de desejos, de idéias, de modo de ser dos indivíduos que a integram. Pode-se objetar que isso é o que acontece com qualquer grupo social, por mais seletivo que pretenda ser. De fato; mas há uma diferença essencial.

Nos grupos que se caracterizam por não serem multidão e massa, a coincidência efetiva de seus membros, consiste em algum desejo, idéia ou ideal, que por si só exclui o grande número. Para se formar uma minoria, seja qual for, é preciso que, antes, cada um se separe da multidão por razões especiais, relativamente individuais. Sua coincidência com os outros que formam a minoria é, pois, secundária, posterior ao fato de singularização de cada um, e, portanto, é em boa parte uma coincidência em não coincidir. [...]

A rigor, a massa pode definir-se como fato psicológico, sem necessidade de esperar o aparecimento dos indivíduos em aglomeração. Diante de uma só pessoa, podemos saber se é massa ou não. Massa é todo aquele que não atribui a si mesmo um valor – bom ou mau – por razões especiais, mas que se sente ‘como todo mundo’ e, certamente, não se angustia com isso, sente-se bem por ser idêntico aos demais. Imagine-se um homem humilde que, ao tentar se avaliar por razões especiais – ao se perguntar se tem talento para isso ou aquilo, se se destaca em algum aspecto – conclui que não possui nenhuma qualidade fora do comum. Esse homem se sentirá medíocre e vulgar, mal dotado; mas não se sentirá “massa”.¹⁷⁶

Identificado o homem massa, quem não é massa deveria, portanto, ser minoria. Ser minoria para Ortega y Gasset significa exigir-se muito de si e se acumular de deveres, que normalmente nos levam a um nível de consciência de nós mesmos que permite que não sigamos simplesmente os usos e costumes, técnicas e inovações porque todas as pessoas os utilizam e sim porque fazem ou não diferença para cada um em especial.

“[...] quando se fala de minorias especiais, a habitual má fé costuma distorcer o sentido dessa expressão, fingindo ignorar que o homem especial não é o petulante, que se julga superior aos outros, mas o que exige mais de si mesmo que a maioria, ainda que não consiga atingir essas exigências superiores. E é indubitável que a divisão mais radical que deve ser feita na humanidade é dividi-la em duas classes de criaturas: as que exigem muito de

¹⁷⁶ ORTEGA y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Marylene Pinto Michael. Revisão da tradução de Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 3. ed. (Coleção Tópicos). pp. 44-45.

si mesmas e se acumulam de dificuldades e deveres, e as que não exigem de si nada de especial, para as quais viver é ser a cada instante o que já são, sem esforço para o aperfeiçoamento de si próprias, bóias que vão à deriva”.¹⁷⁷

O homem ao viver numa nova relação com o mundo, encontra-se rodeado pela técnica, que fornece ordem e significado para o seu cotidiano.

Ele não sabe mais se identificar senão a partir do seu trabalho. E será que isto é totalmente bom, apesar de ser esta a nova realidade que os acontecimentos da Revolução Industrial provocaram? Umberto Galimberti em seu livro *Psique e Techne* tenta aproximar-nos do real sentido da técnica ou do trabalho na era moderna.

“Nesse sentido dizíamos que hoje, diferentemente do que ocorria na antiguidade, a técnica não pode mais ser compreendida numa definição puramente instrumental e antropológica, porque hoje, diferentemente do que acontecia na antiguidade, *a técnica não é um meio a serviço do homem, que compreendia a si mesmo a partir de um horizonte mítico ou religioso, mas é o horizonte a partir do qual o homem compreende a si mesmo.*

Aí está a diferença radical entre técnica antiga e técnica moderna, e daí dependem aquelas transformações antropológicas devidas ao fato que o homem percebe a si mesmo a partir, não mais das suas idéias míticas, religiosas, filosóficas ou científicas, mas a partir do aparato técnico que dispôs para ele o mundo de instrumentos, no seio do qual é dado ao homem ler e entender a si próprio.

A forma desse mundo é a disponibilidade de todas as coisas nas direções indicadas pela técnica, como se as coisas, e o homem com elas, tivessem perdido a sua intrínseca natureza para encontrá-la onde as possibilidades técnicas a indicam. Quando um carpinteiro entra na floresta, não vê as mesmas coisas que um poeta vê. A técnica, da qual o carpinteiro é um funcionário, faz com que a floresta apareça não como uma paisagem, mas como um fundo de reserva à disposição daquele uso que o carpinteiro bem conhece das árvores. Assumindo o aspecto que o olhar técnico confere, a floresta muda de face e adquire aquele significado que a possibilidade do uso técnico lhe atribui.

Aí a técnica, antes de ser instrumento nas mãos dos homens, é visão do mundo que decide a natureza da coisa e a qualidade do olhar. Nesse nível, nenhuma definição puramente instrumental ou antropológica da técnica capta nem sua essência nem seu alcance. O homem, de fato, pode empregar as coisas como meios e como instrumentos só onde a técnica evidenciou a instrumentalidade de todas as coisas, e por isso, quando percebe e age tecnicamente, o homem nada mais faz que co-responder ao modo como o mundo se manifesta quando é disposto pela técnica.

Por isso, dizemos que na disposição do mundo e não na instrumentalidade, deve ser identificada a essência da técnica.”¹⁷⁸

¹⁷⁷ Ibidem. p. 45.

É como se o homem tivesse acordado para uma nova realidade, um novo mundo em que ele se insere de forma diferente e que sem saber ele mesmo construiu e está aí disposto de forma para que se faça com ele o melhor. Que não se torne homem massa, mas sim um indivíduo com responsabilidade frente aos novos deveres e desafios que o trabalho e a vida pedem para que ele confronte.

É na disposição do mundo em que tem de atuar que o homem deve achar um novo equilíbrio para aquilo que está desordenado – excesso de consumo, excesso de trabalho, excesso de especialização, excesso de racionalização, excesso de possibilidades inúteis de diversão que fazem com que a vida passe como em um campo de concentração disfarçado diante das várias facilidades e possibilidades que nos colocaram às mãos.

Será que há alguma alternativa para equilibrar o sentido do trabalho após a Revolução Industrial e Segunda Guerra Mundial que se tem tornado cada vez mais “sem sentido”, como nas palavras de G. Anders:

“Mudar o mundo não basta. Nós o fazemos de qualquer maneira. E, em larga medida, essa mudança acontece até sem a nossa colaboração. Nossa tarefa é também interpretá-lo. E isso precisamente para mudar a mudança. A fim de que o mundo não continue a mudar sem nós. E, afinal, não mude para um mundo sem nós.”¹⁷⁹

Talvez a resposta seja ainda uma cega esperança, como Ésquilo, por meio de Prometeu nos diz:

“PROMETEU: Impedi que os homens previssem o seu destino mortal.

CORO: Que tipo de remédio achaste para essa doença?

*PROMETEU; Coloquei neles cegas esperanças”.*¹⁸⁰

A busca de tal remédio será o assunto do nosso terceiro e último capítulo.

¹⁷⁸ GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. pp. 392-393. (grifo nosso).

¹⁷⁹ ANDERS, G. **L'uomo è antiquato**: Sulla distruzione Della vita nell'epoca Della terza rivoluzione industriale. p. 1. apud GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p. 599.

¹⁸⁰ GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p.58.

3. O PARADOXO DO ÓCIO

“Sem trabalho toda a vida não é válida. Mas quando o trabalho é sem alma a vida não se desenvolve e morre”.

Albert Camus¹⁸¹

O historiador inglês Theodore Zeldin, em seu livro *Uma História Íntima da Humanidade*, relata-nos várias histórias de pessoas em circunstâncias diversas de vida. Retrata a trajetória de artistas e pessoas comuns; seus medos, angústias, e momentos de felicidade em busca de uma vida mais plena e feliz. Cada história contada pelo autor é emblemática não somente por ser não-fictícia, mas principalmente pela análise histórica e social que ele realiza de cada uma.

O relato dos movimentos humanos que levaram aqueles protagonistas a chegar até aquela história de vida é detalhado e analisado do ponto de vista histórico geral e do específico. Nesse sentido, vemos refletidas na série de histórias possibilidades diferentes de viver a vida. Enfim, uma composição que nos leva a refletir sobre nossa própria trajetória de vida.

A história do capítulo vinte narrada tem o seguinte título: “Por que as pessoas são incapazes de encontrar tempo para viver várias vidas”. Conta a história de uma mulher que exerce a profissão de cirurgiã e é profundamente respeitada em seu ambiente profissional, mas que não se sente realizada enquanto exerce sua profissão no dia-a-dia e sim quando, em seu tempo livre, exerce outra atividade, a atividade de escritora.

Para dar o tom da narração, reproduziremos abaixo um pequeno trecho da história como nos conta Theodore Zeldin.

¹⁸¹ FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work**: labor, leisure and the implications of automation. New York: Free Press of Glencoe, 1961. [p. vii.] Epígrafe. Tradução nossa.

“Minha vida só começará de fato quando eu parar com essa simulação”. O mundo acredita que ela seja uma cirurgiã. Na verdade, passou em todos os exames, venceu muitos concursos e faz seu trabalho com perícia. Mas se julga covarde porque continua cirurgiã.

Para ser cirurgiã é preciso desempenhar sua parte. Os colegas não têm misericórdia. Você não deve demonstrar fraqueza; se cometer um erro, não espere piedade. Seus pacientes sabem que basta um simples desvio da mão, um instante de distração, para ficarem paralíticos ou morrerem. Esperam que você se comporte como um deus infalível. E por isso ela é uma pessoa diferente na sala de cirurgia. Para seus pacientes, é sempre fria, prática, confiável, tranqüilizadora, interessada nos problemas de cada um, jamais negligenciando os doentes terminais: “Nunca me esquivei de um paciente moribundo em minhas rondas, como alguns colegas fazem”.

[...] Mas a cirurgia é basicamente uma técnica. As emoções não entram. E, no entanto, são ‘as emoções que nos impedem de morrer de tédio; nada somos sem elas; a vida não teria interesse se não existissem’. O que a aflige sobre as emoções é que não consegue decidir se os seres humanos são meras partículas de emoção agregadas, se não passam de marionetes governadas por forças externas, até que ponto podem modificar seu destino e se os sentimentos são inatos. Em suas horas de folga, escreve histórias curtas, que lhe permitem decidir o destino dos personagens criados, os quais, quase sempre, lutam para fugir ao destino. [...] Escritos com grande força e sentimento, seus contos revelam uma imaginação solta e invariavelmente acabam de forma surpreendente – o fascínio do inesperado.”¹⁸²

O impacto da história narrada acima está justamente no uso que a cirurgiã faz do seu tempo livre. Ela simplesmente não descansa seu corpo em uma rede de dormir, ou assiste TV, ou fica com a sua família. Realiza uma atividade intelectual que lhe dá prazer. Este é um dos diferentes comportamentos adotados diante da questão sobre o que se fazer com o tempo livre.

Esclarecer que neste capítulo iremos conhecer algumas idéias sobre o uso do tempo livre com o objetivo de refletirmos sobre o sentido do trabalho que está diretamente ligado ao sentido do ócio em nossas vidas e sobre como esta reflexão pode ser o início de um remédio para uma ação mais *racional* no mundo.

Normalmente, quando pensamos em ócio, vem a nossa mente um local que nos agrada, uma praia, de preferência deserta, ou um campo, onde refugiar-se da velocidade do dia-a-dia dos centros urbanos. Depois, normalmente aquela sensação de languidez, que nos faz sentir com o corpo relaxado para podermos aproveitar o local. Pensamos em trajés confortáveis, em não termos compromissos com horários e aproveitarmos ao máximo a sensação de conforto, em especial para o corpo.

¹⁸² ZELDIN, Theodore. **Uma História Íntima da Humanidade**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Editora Best Seller Ltda., 2008. (Edições BestBolso).pp. 419-423.

Mas essa idéia do que pensamos ser o “ócio” ou o “lazer” (ambos são usados como sinônimos na linguagem comum) pode estar distante, por exemplo, das suas bases históricas, na própria tradição ocidental inclusivamente, como nos explica o filósofo alemão Josef Pieper:

“Ao assumir tudo de forma tão radical neste momento que nossa nova casa vai ser reconstruída baseada na tradição Ocidental – um pensamento tão questionável que se poderia quase dizer que é uma decisão pendente na balança – é essencial começar por relembrar o fato de que um dos fundadores da cultura Ocidental é o ócio. Isso é o que pode se apreender do primeiro parágrafo da *Metafísica* de Aristóteles. E mesmo a história da palavra atesta o fato: *leisure* em grego é *skole*, e em Latim *Scola*, a palavra *School* em inglês. O mundo costuma designar que o lugar onde somos educados e ensinados é derivado de uma palavra que quer dizer “ócio”. “*School*” propriamente não quer dizer escola e sim ócio.

O conceito original de ócio, como nasceu no mundo civilizado grego, tem, entretanto, tornado-se irreconhecível num mundo de diligência planejada e de ‘trabalho total’; e com a finalidade de termos uma noção mais clara do que é ócio ou lazer devemos começar colocando de lado o preconceito – nosso preconceito – que vem de superestimar a esfera do trabalho.”¹⁸³

Antes de discutirmos como o “ócio” afeta nossas vidas e nosso trabalho, temos de observar que existem várias definições para o conceito de “idéia”. Portanto é necessário termos uma definição prévia do que entendemos por idéias e crenças para explanarmos sobre o sentido que damos ao nosso tempo livre.

3.1. IDÉIAS E CRENÇAS

Como diz Ortega Y Gasset, “*Las ideas se tienen; en las creencias se está. – ‘Pensar en las cosas’ y ‘contar con ellas’*”¹⁸⁴. Há, portanto, para o filósofo uma diferença entre os dois termos – idéias e crenças. Vejamos como ele nos explica os conceitos. Optamos por

¹⁸³ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. pp. 1-2. Tradução nossa.

¹⁸⁴ ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005. p. 23. Têm-se as idéias; se está nas crenças. – “pensar nas coisas” e “contar com elas”, respectivamente. Tradução nossa.

reproduzir a maior parte da explicação devido à originalidade do autor e à complexidade do tema.

“Quando se quer entender um homem, a vida de um homem, procuramos antes de tudo averiguar quais são suas idéias. [...] Como não vão influenciar na existência de uma pessoa, suas idéias e as idéias de seu tempo ? É óbvio que sim. Perfeitamente, mas também é equívoca, a meu ver, a insuficiente clareza sobre o que se busca quando perguntam sobre as idéias de um homem – ou de uma época – impede-se que se obtenha a clareza sobre a sua vida, sobre a sua história.

Com a expressão ‘idéias de um homem’ podemos nos referir a coisas muito diferentes. Por exemplo: os pensamentos que lhe ocorrem sobre isto ou aquilo e aqueles pensamentos que ocorrem ao próximo e ele repete e adota. Estes pensamentos podem possuir os graus mais diversos de verdade. Inclusive podem ser “verdades científicas”. Tais diferenças, no entanto, não importam muito, somente importam um pouco para a pergunta muito mais radical que colocamos agora. Pois, sejam pensamentos vulgares, sejam rigorosas “teorias científicas”, sempre são ocorrências que surgem em um homem e que são originalmente suas ou do próximo. Mas isto implica evidentemente que o homem estava já aí antes que lhe ocorresse ou adotasse a idéia. Esta idéia brota, de um ou outro modo, dentro de uma vida que preexistia a ela (a idéia). Pois bem, não há vida humana que não esteja desde logo constituída por certas crenças básicas e, pode-se dizer, alicerçada sobre elas. Viver é ter que ter as crenças em algo – com o mundo e consigo mesmo. Mas este mundo e este ‘si mesmo’ com os quais o homem se encontra aparecem-lhe já debaixo de uma interpretação, de ‘idéias’ sobre o mundo e sobre ‘si mesmo’.

Aqui nos confrontamos com outro estrato de idéias que um homem tem. Mas, quão diferente daquelas idéias que lhe ocorrem ou que adota! Essas ‘idéias’ básicas que chamo ‘crenças’ – já se verá porquê – não surgem em um dia e hora qualquer *dentro* de nossas vidas, não chegamos a elas por um ato particular de pensar, não são em suma, pensamentos que temos, não são ocorrências nem sequer daquela espécie mais elevada por sua perfeição lógica e que denominamos raciocínio lógico. É o contrário: essas idéias que são, na verdade, ‘crenças’ constituem o continente de nossa vida e, por isso, não possuem o caráter de conteúdos particulares dentro de nossa vida. Cabe dizer que não são idéias que temos, senão idéias que somos. Mais ainda; precisamente porque são crenças radicais se confundem para nós com a própria realidade – são o nosso mundo e o nosso ser – perdem, portanto, o caráter de idéias, de pensamentos nossos que poderiam muito bem não nos ter ocorrido.

Quando se leva em conta a diferença existente entre estes dois estratos de idéias aparece, sem mais, clara a diferença que fazem em nossa vida. E, prontamente, a diferença de origem funcional. Das idéias-ocorrências – e conste que incluo entre elas as verdades mais rigorosas da ciência – podemos dizer que as produzimos, sustentamos discutimos, divulgamos, combatemos a seu favor e somos capazes até de morrer por elas. O que não podemos é... viver delas. São obra nossa e, por isto mesmo, supõem a nossa vida, a qual se assenta em idéias-crenças que não produzimos nós mesmos, que, em geral, nem sequer formulamos e que, claro está não discutimos, divulgamos

ou sustentamos. Com as crenças propriamente não *fazemos* nada, senão que simplesmente, *estamos* nelas. Precisamente o que não nos passa jamais – se falamos cuidadosamente – com nossas ocorrências. [...] Com efeito, na crença se está, e a ocorrência se tem e se sustém. Mas a crença é quem nos tem e sustém a nós próprios.

Há, pois, idéias com que nos encontramos – por isto as chamo ocorrências – e idéias em que nos encontramos, que parecem estar aí já, antes que nos ocupemos em pensar.

Uma vez dito isto, o que surpreende é que se chamem ambas de idéias.”¹⁸⁵

O autor continua a discussão do tema apresentado e coloca a questão de tanto as “idéias-crenças” como as “idéias-ocorrências” serem ambas denominadas “idéias” por efeito do uso que a psicologia faz do termo para ambos os conceitos¹⁸⁶.

Para Ortega, o mais importante é que se use o termo “idéias” para designar tudo aquilo que em nossa vida aparece como resultado de nossa ocupação intelectual. E que se faça o uso oposto com relação ao termo “crenças”.

“[...] não chegamos a elas (crenças) com um trabalho de entendimento, senão que elas já operam em nosso íntimo quando começamos a pensar em algo. Por isso, não costumamos formulá-las, e contentamo-nos com aludirmos a elas como costumamos fazer com tudo que é realidade para nós. [...] Nas crenças, não pensamos agora ou em algum instante posterior: nossa relação com elas consiste em algo muito mais eficiente, consiste em... contar com elas, sempre, sem pausa.

Parece-me de excepcional importância para agregar, por fim, clareza na estrutura da vida humana esta contraposição entre pensar em alguma coisa e contar com ela.”¹⁸⁷

O autor utiliza como exemplo para explicar uma crença a resolução de alguém que decidiu sair para a rua. No momento em que se resolve sair à rua, não se pergunta se a rua está ou não lá. Simplesmente, conta-se com o fato de que a rua esteja lá. A surpresa causada, caso a rua não estivesse lá e não se tivesse feito questão de pensar sobre o assunto (a existência da rua), descreve até que ponto a existência da rua atuava em seu estado anterior (como uma

¹⁸⁵ ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005. pp. 23-27. Tradução nossa.

¹⁸⁶ É importante comentarmos que adotamos a definição de Idéias e Crenças de Ortega y Gasset, mas existe uma proximidade com o termo ideologia utilizado pelo filósofo inglês Terry Eagleton (nascido em 1943). Das seis proposições que o filósofo apresenta a mais próxima de Ortega y Gasset é a seguinte: “idéias e crenças, verdadeiras ou falsas, que sintetizam as condições e experiências de vida de um grupo socialmente significativo (essa é uma definição que poderíamos assimilar à de “visão de mundo”) [...] Cf. EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997. apud MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia**. São Paulo: Editora Ática, 2005. p 97.

¹⁸⁷ ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005. pp. 26-27. Tradução nossa.

crença), até que ponto contava-se com a rua, ainda que não se pensasse nela e precisamente porque não se pensava nela.

Novamente, sem querer argumentar com a psicologia que poderia explicar o fato acima como um pensamento habitual. Ortega y Gasset define crença e sua influência sobre o comportamento humano.

“Pois bem, a este modo de interferir algo em nossa vida sem que pensemos, chamo de “contar com ele”. É este o modo próprio de nossas efetivas crenças.

O intelectualismo, como havia dito, inverte o valor dos conceitos. Com efeito, o intelectualismo tendia a considerar como o mais eficiente em nossa vida o que é mais consciente. A máxima eficácia sobre o nosso comportamento reside nas implicações latentes de nossa atividade intelectual, em tudo aquilo com que contamos e em que, de puramente contar com isso, não pensamos. [...]

As crenças constituem a base de nossa vida, o terreno sobre o qual a vida acontece. Porque elas nos colocam diante do que para nós é a própria realidade. *Toda nossa conduta, inclusive a intelectual, depende de qual é o sistema de nossas crenças autênticas.* Nas crenças ‘vivemos, nos movemos e somos’ [...]¹⁸⁸

O autor define a associação entre razão e inteligência, que também influenciam o comportamento.

“Não se pode negar, sem dúvida, que nos é normal reger nosso comportamento conforme as muitas ‘verdades científicas’. Sem considerá-lo heróico, vacinamo-nos, exercemos usos, empregamos instrumentos que, a rigor, parecem-nos perigosos e de cuja seguridade não temos maior garantia que a da ciência. [...] Trata-se simplesmente de recordar (ao leitor) que entre as crenças do homem atual é uma das mais importantes sua crença na ‘razão’, na inteligência. Não iremos precisar agora as modificações que nestes últimos anos tem experimentado essa crença. Sejam quais forem, é indiscutível que o essencial desta crença subsiste, quero dizer, que o homem continua contando com a eficiência de seu intelecto como uma das realidades que existem, que integram a sua vida. Mas tenha-se a serenidade de reparar que uma coisa é fé na inteligência e outra crer nas idéias determinadas que esta inteligência cria. Em nenhuma destas idéias se crê com fé diretamente. Nossa crença refere-se à ‘coisa’ inteligência, assim de forma geral, e essa fé não é uma fé na inteligência. Compare-se a precisão desta fé na inteligência com a imprecisa idéia que quase todas as pessoas têm de inteligência.”¹⁸⁹

¹⁸⁸ ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005. pp. 28-29. Tradução e grifo nossos.

¹⁸⁹ Ibidem. pp. 28-29. Tradução nossa.

Ortega y Gasset propõe-nos a abordagem que nos interessa para este capítulo ao dizer que se quisermos tomar a história também como ciência, deveríamos procurar definir com a maior precisão possível qual era a fé na razão que se conhecia em cada época e quais eram as suas conseqüências para a vida.

“Aqui está um exemplo esplêndido do que se deverá, sobretudo, interessar a história quando se resolve a ser ciência, a ciência do homem. Em vez de ocupar-se somente em fazer a história – quer dizer, em catalogar a sucessão – das idéias sobre a razão desde Descartes até esta data, procurará definir com precisão como era a fé na razão que efetivamente operava em cada época e suas conseqüências para a vida. Pois é evidente que o argumento do drama em que a vida consiste é distinto se se está na crença de que um Deus onipotente e benévolo existe, ou se se “está” na crença oposta. E também é distinta a vida, ainda que a diferença seja menor, de quem crê na capacidade absoluta da razão para descobrir a realidade, como se acreditava ao final do século XVII na França, e quem crê, como os positivistas de 1860, que a razão é por essência conhecimento relativo.”¹⁹⁰

Diferentes crenças e idéias sobre o trabalho e o ócio levaram a diferentes modos de vida, cada povo em sua respectiva época. Diversos autores pensaram e divulgaram as suas idéias sobre o tema. Nossa abordagem sobre o tema do ócio estará principalmente centrada em autores que elaboraram suas idéias durante e depois da consolidação da Revolução Industrial.

Iremos expor um pequeno panorama de como evoluíram alguns elementos formadores do tempo livre desde a Idade Média.

3.2. DO USO DO TEMPO LIVRE AO CONSUMO: A CEGA ESPERANÇA

Adotaremos como referência para este panorama as idéias de Johan Huizinga que em seu livro *Homo Ludens* define como elemento central da vida humana o jogo e suas variações como força de distensão, escape da vida material e oposição à seriedade racional do trabalho.

¹⁹⁰ ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005. p. 33. Tradução nossa.

De acordo com Johan Huizinga, antes da consolidação da Revolução Industrial que tornou o trabalho o ídolo da sociedade da época, a vida na Idade Média era permeada de mais jogos, arte e poesia.

“A vida medieval estava saturada de jogo. Ora são jogos populares desenfreados, permeados de elementos pagãos, que haviam perdido seu significado sagrado para se transformarem em puro humor e bufoneria, ora os solenes e pomposos jogos de cavalaria, os jogos sofisticados do amor cortês etc.[...] Porque a Idade Média herdou da antigüidade clássica suas grandes formas culturais nos domínios da poesia, do ritual, do saber, da filosofia, da política e da guerra, e essas eram formas fixas. A cultura medieval era sob muitos aspectos rude e pobre, mas não pode ser considerada primitiva. Sua tarefa era a elaboração de material tradicional, cristão ou clássico, sob uma forma nova. Só quando não se enraizava na antigüidade, nem era alimentado pelo espírito eclesiástico ou greco-romano, havia lugar para uma intervenção do fator lúdico e para a criação de alguma coisa inteiramente nova. Em resumo, a Idade Média conheceu uma influência extraordinária do espírito lúdico, não quanto à estrutura interna das instituições, que era de origem predominantemente clássica, mas quanto ao cerimonial através do qual essa estrutura era expressa e ornamentada.”¹⁹¹

Sobre o Renascimento e o Humanismo, que foram também responsáveis pela consolidação do conhecimento que revolucionou a ciência e posteriormente a técnica como indicamos no segundo capítulo, Huizinga diz-nos o seguinte com relação ao elemento lúdico:

“Se houve alguma vez uma minoria plenamente consciente de sua superioridade, que se esforçou por se separar do vulgo para viver a vida como se fosse um jogo de perfeição artística, essa minoria foi a elite cultural do Renascimento. Mais uma vez aqui é necessário sublinhar que o jogo não exclui seriedade. O espírito do Renascimento estava muito longe de ser frívolo, e a vida como imitação da antigüidade era um jogo levado inteiramente a sério. A veneração pelos ideais do passado em matéria de criação plástica e de investigação intelectual caracterizava-se por uma violência, uma profundidade e uma pureza que ultrapassavam tudo o que podemos imaginar. Seria difícil imaginar. [...] Essa busca da beleza e da nobreza da forma, ao mesmo tempo sofisticada e espontânea, é um exemplo de jogo cultural. [...]

A palavra ‘Humanismo’ desperta imagens menos coloridas, ou mais sérias, se se quiser, do que o Renascimento. No entanto, tudo o que dissemos sobre a ludicidade do Renascimento se aplica também ao humanismo. Era, em grau ainda maior que ele, exclusivo de um círculo de iniciados e pessoas ‘por dentro’. Os humanistas cultivavam um ideal de vida formulado no mais rigoroso acordo com uma antigüidade imaginária.”¹⁹²

¹⁹¹ HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos). pp. 200-201.

¹⁹² Ibidem. pp. 201-202.

O autor apresenta ainda suas interpretações sobre a época industrial na vida social, que se revestem de extrema seriedade. Devido principalmente à importância dada aos fatores econômicos e à evolução da tecnologia, os homens afastaram-se do lúdico, representado principalmente pelo desaparecimento do jogo como parte do imaginário humano.

“Parece haver pouco lugar para o jogo no século XIX. Já no século XVIII o utilitarismo, a eficiência prosaica e o ideal burguês do bem-estar social (elementos que foram fatais para o barroco) haviam deixado uma forte marca na sociedade. Estas tendências foram exacerbadas pela revolução industrial e suas conquistas no domínio da tecnologia. O trabalho e a produção passam a ser o ideal da época, e logo depois o seu ídolo. Toda a Europa vestiu roupa de trabalho. Assim, as dominantes da civilização passaram a ser a consciência social, as aspirações educacionais e o critério científico. [...] A ciência analítica e experimental, a filosofia, o reformismo, a igreja e o estado, a economia, tudo no século XIX se revestia da mais extrema seriedade [...]. Jamais se tomou uma época tão a sério, e a cultura deixou de ter alguma coisa a ver com o jogo.”¹⁹³

Entende-se que o homem, pouco a pouco, perde a sensação da importância do tempo livre e deixa-se envolver pela urgência do trabalho. Ao envolver-se no trabalho intensamente, esquece-se de si mesmo e tem uma percepção alterada da realidade.

Mas, segundo Domenico de Masi, a percepção do que *realmente* aconteceu no mundo industrial entre os envolvidos no processo foi muito lenta e consolidou-se a partir de 1850.

“[...] quando se passou da sociedade rural à sociedade industrial, foram necessários muitos anos para que pudesse ser apreciado o núcleo da metamorfose que se tinha dado: nem Proudhon nem Owen, que era um proprietário de fábrica, falam de ‘sociedade industrial’. Só na segunda metade do século XIX se tomará consciência da totalidade da mudança não apenas nos códigos, dos modos de produzir, ou da maneira de iluminar as cidades.”¹⁹⁴

“Por muito tempo a mudança é percebida apenas em partes pelos estudiosos. Há quem, como Owen, denuncie a exploração; quem como Fourier, fantasie utopias; outro ainda, como Smith enfatize o tamanho das fábricas, e há quem, como Engels, Dickens e, em seguida Zola, preste atenção na miséria dos trabalhadores. A consciência de que foi toda a sociedade que mudou só aflora, aqui e acolá, em torno de 1850. É então que se começa a falar não mais somente de indústrias, mas de ‘sociedade industrial’, e percebe-se a globalidade da mudança da época que acabou de acontecer.”¹⁹⁵

¹⁹³ HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos). pp. 212-213.

¹⁹⁴ MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. pp. 71-72.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 49.

Somente para recordarmos, enquanto o trabalho era artesanal, o tempo e o espaço cotidianos confundiam-se com a vida, assim como o tempo dedicado ao ócio e ao trabalho não eram divididos e separados. De Masi explica-nos como era a estrutura da vida no mundo artesanal.

“A primeira etapa é a do trabalho artesanal: trabalho e vida coincidiam totalmente. As oficinas eram muitas, separadas umas das outras, sem interação recíproca. Numa oficina faziam-se, digamos, vasos; numa outra, objetos de ferro batido. Elas funcionavam como microempresas, freqüentemente com localizações específicas, e é por isso que ainda hoje, em Roma, encontramos a *via dei Baullari*, que no dialeto romano significa literalmente ‘rua dos fazedores de baús’, ou *via dei Sediari*, isto é, ‘rua dos fazedores de cadeiras’, entre muitas outras.

Em cada uma dessas mini-empresas conviviam a casa e a oficina: o chefe da família também era o chefe da empresa, os trabalhadores eram os membros da família e os parentes, o crescimento de uma criança coincidia com o aprendizado do ofício, o tempo dedicado ao trabalho coincidia com o tempo da própria vida (por exemplo, se rezava, se cozinhava, se dormia nos mesmos lugares em que se trabalhava).

Naquele tipo de oficina se realizava um ciclo produtivo completo, desde o projeto até a execução e venda do objeto. O mercado era pequeno e praticava-se com freqüência diretamente a troca. No mesmo bairro se vivia, se trabalhava, se rezava na igreja ao lado e no botequim vizinho os homens iam jogar com os amigos.”¹⁹⁶

Outro fator importante para que o homem dedicasse tanto tempo ao trabalho, além da perda da importância do tempo livre, foram as recompensas advindas do consumo de bens materiais até então não acessíveis à grande maioria da população. A.J. Veal em seu artigo sobre a história do trabalho resume-nos o ocorrido.

“Fatores econômicos foram determinantes para a mudança no estilo de vida das massas. Enquanto a industrialização trouxe a distribuição da pobreza e a exploração dos trabalhadores, isto (a mudança no estilo de vida) não era sentido como verdade para todos: a pobreza urbana foi freqüentemente vista como preferível à alternativa rural. Os salários para trabalhadores qualificados eram historicamente altos. Uma característica da cultura do mundo não-industrial que os industriais achavam frustrante era a tendência dos empregados de trabalharem até eles obterem certa quantia de dinheiro, suficiente para as suas necessidades e depois pararem, às vezes desaparecendo do local de trabalho por extensos períodos – um fenômeno observado hoje em situações em que a moderna indústria é imposta a uma sociedade não-industrial, como nas minas da África do Sul. No entanto, salários mais altos também significavam que pelo menos alguns trabalhadores poderiam, por meio de trabalho árduo e longas horas de

¹⁹⁶ MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. pp. 191-192.

dedicação, melhorar as suas condições materiais. Além disto, os diversos produtos da indústria significavam que cada vez mais bens produzidos poderiam tornar-se acessíveis aos trabalhadores. O capitalismo começou a oferecer uma forma de prosperidade para as massas. A idéia de riqueza obtida por meio do trabalho árduo, particularmente no Novo Mundo, transformou os desejos e aspirações de muitas pessoas comuns. Não era mais necessário persuadir as massas que o trabalho era um dever moral ou para a glória de Deus, com as suas recompensas imediatas, trabalhar agora tinha a sua própria e crescente recompensa aqui na terra”.¹⁹⁷

Assim, como já havíamos explorado parcialmente no segundo capítulo desta dissertação, observamos que a crença no trabalho como fonte de recompensas materiais foi um fator preponderante para que a sociedade industrial dedicasse tanto tempo a esta atividade.

Como o trabalho acontecia agora em um local diferente da sua casa – agora era na fábrica – criou-se a divisão do tempo entre trabalho e lazer. A vida durante o trabalho e o tempo livre são realidades diferentes, apesar de serem vividas pelo mesmo homem.

Vejamos agora como Paul Lafargue, um pensador que viveu a Revolução Industrial, protestou contra a dedicação exagerada aos deuses do trabalho e do consumo, e quais as idéias e crenças que tinha sobre como o ócio deveria ser adquirido e usufruído.

3.3. O DIREITO À PREGUIÇA

Crescentemente subordinado pela técnica e pelo trabalho que desempenha e que lhe dá cada vez mais acesso ao consumo e um sentido de vinculação social, o homem passa a trabalhar em demasia. Muitos tornam-se “homens massa” e seguem a direção do consumo sem questionarem os motivos pelos quais o fazem.

Segundo Karl Marx, a alienação do trabalho transforma o homem em “coisa” – reificação. Marilena Chauí resume a idéia contida no termo alienação do trabalho:

¹⁹⁷ VEAL. A. J. **History of Work**. In: HAWORTH, John T.; VEAL. A.J. (Ed.). **Work and Leisure**. London: Routledge, 2004 p. 24. Tradução nossa.

“Ao passar da condição humana à de uma mercadoria, ao tornar-se coisa que produz coisas e perder sua própria humanidade, o trabalhador se torna ‘outro’ que si mesmo e os produtos do trabalho se tornam coisas ‘outras’ que o próprio trabalhador. Esse tornar-se outro constitui a alienação do trabalho. Como o trabalhador é uma coisa que produz coisas, a relação social do trabalho com o capital (ou entre classes sociais) aparece-lhe como se fosse uma relação entre coisas, ocultando a verdadeira realidade”.¹⁹⁸

As preocupações com o número de horas dedicadas ao trabalho e principalmente com a especialização e a fragmentação constantes do homem fazem parte também da preocupação de Paul Lafargue, genro de Marx e criador de série de artigos que se tornaria uma brochura em 1881, cujo tema central é a recuperação do direito à preguiça dos trabalhadores por meio da redução de horas da jornada de trabalho.

Lafargue estudou e “*absorveu as ideologias do positivismo, do materialismo e do socialismo, primeiro proudhoniano e em seguida marxista*”, sendo que este último estabelece a luta de classes e a dominação do proletariado como a solução final do embate que se observa entre a burguesia e os trabalhadores”¹⁹⁹.

De acordo com essas idéias, publicou em 1880 uma série de artigos “entre 14 de junho e 4 de agosto na revista *L’Égalité*.”²⁰⁰ que darão origem, mais tarde a um panfleto *O Direito à Preguiça*.

Nessa série de artigos, o autor convoca o proletariado a não trabalhar mais que três horas por dia para que desta forma não atenda os interesses burgueses e que use o seu tempo livre para festejar a vida. Faremos, neste momento, uma breve explanação das principais idéias do texto para conhecermos as idéias e crenças de Lafargue em *O Direito à Preguiça*.

O que pensava Lafargue sobre a constituição do capitalismo? Por que, dizia, que a burguesia crê em Deus e na imortalidade da alma? Por que dessa crença a burguesia chega às idéias de justiça, caridade e bem? Vejamos as respostas nas palavras do próprio Lafargue:

“Por que os livre-pensadores fazem o processo do cristianismo e acreditam extinta a crença em Deus, base fundamental das religiões, seja qual for o nome? Supõem-se que a burguesia, classe a que pertencem, pode prescindir do cristianismo, do qual é uma manifestação evidente? Embora tenha podido

¹⁹⁸ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p. 36.

¹⁹⁹ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. p. 27. (grifo nosso).

²⁰⁰ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p.21.

adaptar-se a outras formas sociais, o cristianismo é, por excelência, a religião das sociedades que se fundam sobre as bases da propriedade individual e da exploração do trabalho assalariado. Por isso, foi, é e será, diga-se o que se disser, a religião da burguesia. [...] O mundo econômico proporciona ao burguês insondáveis mistérios que os economistas se resignam a não aprofundar. O capitalista, que graças aos sábios, conseguiu dominar as forças naturais, fica pasmado ante o efeito incompreensível das forças econômicas e as considera invencíveis, como o é Deus, e deduz que o mais prudente é suportar com resignação as desgraças que produzem e aceitar as vantagens que ocasionam. Como disse Jó: ‘o Eterno me deu, o Eterno me tirou, bendito seja o nome do Eterno’. As forças econômicas lhe parecem fantásticas, como seres benéficos e maléficos. [...] Os antropólogos atribuem a bruxaria, a crença na alma, nos espíritos e em Deus, do homem primitivo, ao seu desconhecimento do mundo social. [...]. Os incompreensíveis e insolúveis problemas sociais fazem Deus tão necessário, que o teriam inventado se não houvesse existido”.²⁰¹

Pelas considerações acima, observamos que Lafargue atribui à moral cristã como crença dos burgueses um dos maiores direcionadores do impulso ao trabalho para os proletários.

Ainda, em *O Direito à Preguiça*, na seção denominada *Preliminar*, Lafargue faz uma análise de qual foi a trajetória da classe burguesa até tornar-se exploradora da classe assalariada. Recorda ali um discurso de Thiers, na Comissão da Instrução Primária de 1849, e define a criação da moral da classe burguesa.

“Quero fazer com que a influência do clero seja toda poderosa, pois conto com ele para propagar essa boa filosofia que ensina ao homem que ele está aqui para sofrer, e não essa outra filosofia que, pelo contrário, diz a esse mesmo homem: Divirta-se! [...]”²⁰²

[...] Enquanto a burguesia lutava contra a nobreza, apoiada pelo clero, ela defendia o livre arbítrio e o ateísmo; mas, vencedora, mudou de tom e de atitude e, hoje, pretende escorar na religião sua supremacia econômica e política. Nos séculos XV e XVI, a burguesia havia prazerosamente retomado a tradição pagã e glorificava a carne e suas paixões, censuradas pelo cristianismo; atualmente, repleta de bens e prazeres, renega os ensinamentos de seus pensadores, os Rabelais, os Diderot e prega a abstinência aos assalariados.”²⁰³

Na sequência do texto, o autor convoca os socialistas revolucionários a combater a *“moral e as teorias sociais do capitalismo; têm de demolir, nas cabeças das classes*

²⁰¹ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. pp.24-25. Nota do autor: Por que cree en Dios la burguesia ? Madrid: Ediciones Júcar, 1979, p.7-8, 23-4. O texto francês original se intitula *La religion du capitalisme*, e foi escrito em 1887.

²⁰² Ibidem. p. 59.

²⁰³ Ibidem. p. 60.

convocadas à ação, os preconceitos disseminados pela classe dominante [...] se possível pacificamente; se não violentamente [...]”²⁰⁴

Diz ainda que na sociedade capitalista, “*o trabalho é a causa de toda a degeneração intelectual, de toda deformação orgânica. E que, não o desenvolvimento e o progresso, mas sim todas as misérias individuais e sociais nasceram da “paixão pelo trabalho”*”²⁰⁵.

Ele exalta o nobre selvagem de outras nações comparando-o aos trabalhadores europeus.

“Reparem no nobre selvagem, que os missionários do comércio e os comerciantes da religião ainda não corromperam com o cristianismo, a sífilis e o dogma do trabalho, e comparem-no com nossos miseráveis escravos das máquinas.”²⁰⁶

Este, no entanto é um eco do nobre selvagem de Rousseau²⁰⁷ que se revelou um mito não histórico: os “selvagens” trabalhavam também.

Promete um futuro em que “*a grande classe que abrange todos os produtores das nações civilizadas, a classe que, ao se emancipar, emancipará a humanidade do trabalho servil e fará do animal humano um ser livre*”.²⁰⁸ Com esta introdução, Lafargue continua a

²⁰⁴ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p. 60.(grifo nosso).

²⁰⁵ Ibidem. p. 60. (grifo nosso).

²⁰⁶ Ibidem. p. 64.

²⁰⁷ Cf. BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 422:

“Após o episódio do prêmio, Rousseau, então com 43 anos e de novo protestante, escreveu outro tratado, ‘On the Origin of Inequality Among Men’. É a partir daí que os outros mitos em torno de seus pontos de vista começaram a surgir. Voltaire, que se irritara com o primeiro ensaio, ficou furioso e sentiu-se ultrajado com o segundo, declarando que Rousseau queria que ‘andássemos de quatro’ como os animais e nos comportássemos como selvagens, já que acreditava serem estas criaturas perfeitas. A partir dessas interpretações, plausíveis mas inexatas, resultaram os clichês do ‘Bom Selvagem’ e do ‘Retorno à Natureza’. Vimos que dezesseis séculos após Tácito o bom selvagem foi ressuscitado como uma ajuda para os evangélicos e que a descoberta da América provou que essa criatura era um ser real; a sua sociedade tribal não tardou em inspirar as Utopias. O tipo reapareceu na quarta viagem de Gulliver como o Houyhnhnm, o sempre judicioso cavalo. *Em suma, o mito consubstancia um ideal permanente, renascido na Era Moderna e satisfazendo o anseio do primitivismo. Ressurge quando a sociedade enfrenta excessiva complexidade e a condena como artificial.*

Rousseau vociferou contra as características da alta civilização, mas não pregou um retorno ao estado selvagem. Pelo contrário, considerou-o, sob muitos aspectos, desprovidos de atrativos – sem moralidade, agindo por mero instinto sem pensamento, vivendo num determinado período sem linguagem e no nível de subsistência ou mesmo abaixo deste. O que é preferível quando sociedade e propriedade ficaram estabelecidas e a desigualdade de talentos foi revelada é que essa competência seja recompensada para vantagem da comunidade. Esse período, segundo Rousseau, é o mais feliz e mais duradouro na história da humanidade. Mas nada diz sobre retornar a ele. O que ele diz é que, com o tempo, quando riqueza e posição social não correspondem ao mérito, a disparidade converte-se numa injustiça e leva à instabilidade.” (grifo nosso).

²⁰⁸ LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p. 67. (grifo nosso).

criticar em seus artigos o exagero da dedicação ao trabalho das classes operárias nas nações capitalistas.

Acrescentado ao desejo de desmantelamento da opressão da classe burguesa, Lafargue se opunha especificamente ao trabalho nas fábricas de crianças de seis a oito anos. Para isso, utiliza a análise de Villermé:

“Doze horas de trabalho por dia, esse era o ideal dos filantropos e moralistas do século XVIII. Como superamos esse *nec plus extra!* As fábricas modernas tornaram-se casas ideais de correção, onde são encarceradas as massas operárias [...]. E dizer que os filhos dos heróis do Terror, se deixaram degradar pela religião do trabalho a ponto de aceitar, após 1848, como uma conquista revolucionária, a lei que limitava a doze horas o trabalho nas fábricas; eles proclamavam como um princípio revolucionário, o direito ao trabalho. Envergonhe-se o proletariado francês! [...]”²⁰⁹

“Não é um trabalho, uma ocupação, é uma tortura, infligida a crianças de seis a oito anos. [...] É esse longo suplício de todos os dias que mina principalmente, os operários das fiações de algodão.

E a respeito da duração do trabalho, Villermé observava que os forçados das prisões trabalhavam apenas 10 horas; os escravos das Antilhas, nove horas em média, enquanto na França – que havia feito a Revolução de 89, que havia proclamado os pomposos Direitos do Homem – havia manufaturas onde a jornada de trabalho era de dezesseis horas, das quais uma e meia destinada para as refeições.”²¹⁰

Nas declarações do autor a fábrica é exploradora da mão-de-obra, e seu *modus operandi* visa à superprodução que cria o desemprego. Na época, os trabalhadores chegavam a turnos de até quinze horas por dia.

“Todos os anos, em todas as indústrias, sobrevém o desemprego com a regularidade das estações do ano. Ao sobretalho mortal para o corpo sucede o repouso absoluto durante dois ou quatro meses; e sem trabalho, não há comida. Uma vez que o vício do trabalho está diabolicamente ancorado no coração dos operários; uma vez que suas exigências sufocam todos os outros instintos da natureza; uma vez que a quantidade de trabalho exigida pela sociedade é necessariamente limitada pelo consumo e pela abundância de matéria-prima, porque devorar em seis meses o trabalho do ano todo? Por que não distribuí-lo uniformemente pelos doze meses e forçar os operários a se contentarem com seis ou cinco horas diárias durante o ano, em vez de terem uma indigestão de doze horas durante seis meses?”²¹¹

²⁰⁹ Ibidem. p. 71.

²¹⁰ Ibidem. pp. 76-77.

²¹¹ Ibidem. p. 99

Cita mais adiante o exemplo do governo da Inglaterra que baixou uma lei proibindo estritamente o trabalho por mais de dez horas, sendo que “*a Inglaterra continua a ser a primeira nação industrial do mundo*” e pede a França que siga o exemplo inglês.²¹²

Finalmente, Lafargue deseja que os operários proclamem seu *Direito à Preguiça* e trabalhem não mais que três horas por dia e divirtam-se no tempo livre.

“Essas misérias individuais e sociais, por maiores e mais numerosas que sejam, por mais eternas que possam parecer, desaparecerão como hienas e os chacais quando o leão aparecer no dia em que o proletariado disser ‘Quero que assim seja’. Mas para que tenha consciência de sua força, é preciso que o proletariado pisoteie os preconceitos da moral cristã, econômica e livre-pensadora; é preciso que volte a seus instintos naturais, que proclame os “Direitos à Preguiça, mil vezes mais nobres e mais sagrados que os tísicos Direitos do Homem, arquitetados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa. É preciso que ele se obrigue a não trabalhar mais que três horas por dia, não fazendo mais nada, só festejando, pelo resto do dia e da noite. [...]”²¹³

Paul Lafargue limita-se, em suas próprias palavras, a “descrever males reais bem conhecidos de todos nós, infelizmente”.

Reconhece que convencer o proletariado que o trabalho é um terrível flagelo e:

“de que o trabalho só se tornará um condimento do prazer da preguiça, um exercício benéfico para o organismo humano, uma paixão útil ao organismo social, quando for sabiamente regulamentado e limitado a um máximo de três horas por dia – *isto é uma tarefa árdua e acima das minhas forças*. Somente os fisiólogos, os higienistas, os economistas comunistas poderiam realizá-la.”²¹⁴

Reproduziremos abaixo dados importantes da análise realizada por Domenico de Masi da época em que Lafargue vivia e suas conseqüências para a vida cotidiana. Em primeiro lugar, vejamos a descrição da sociedade do trabalho.

“Na época em que Lafargue escrevia seus artigos sobre o ócio, a divisão do trabalho na Inglaterra era mais ou menos a que fora levantada pelo recenseamento de 1861: uma população total de 20 milhões, dentre a qual 1.098.000 trabalhadores agrícolas e 1.600.000 operários têxteis, metalúrgicos e siderúrgicos.

²¹² LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999. p. 102.(grifo nosso).

²¹³ Ibidem. p. 84.

²¹⁴ Ibidem. p.84.(grifo nosso).

Os privilegiados (aristocratas, grandes herdeiros, empresários) tinham ao seu serviço direto ou indireto 1.200.000 indivíduos, entre os quais mordomos, garçons, cocheiros, pajens, uma multidão imponente e variada de pessoal dedicada ‘exclusivamente a satisfazer os gostos dispendiosos e fúteis das classes ricas’: bordadeiras, rendeiras, estilistas, decoradores, cabeleireiros e esteticistas de todos os tipos. A estes somavam-se militares, policiais, e magistrados ‘burocratas mantidos no ócio da improdutividade atarefada’ [...] Diante de uma desigualdade tão escandalosa, o proletariado deveria ter se rebelado, emancipando-se a si mesmo e a toda a humanidade do trabalho servil. Em vez disso, permanecia preso na armadilha montada pelo patronato, com a cumplicidade de padres, economistas e moralistas que incutiam incessantemente nos trabalhadores os valores da frugalidade, da mansidão de uma ‘paixão funesta pelo trabalho, levada ao ponto da exaustão das forças vitais’.”²¹⁵

Observemos também a análise de Domenico de Masi da realidade dos operários que se esqueciam de usufruir seu tempo livre e que se estavam se transformando em “máquinas”.

“Também não se pode afirmar que a automação tivesse ajudado o trabalhador a recuperar o seu legítimo tempo livre. ‘Enquanto uma boa operária’, calculava Lafargue, ‘realiza com o fuso não mais do que cinco malhas por minuto, alguns teares circulares fazem até trinta mil no mesmo espaço de tempo. Portanto, cada minuto da máquina equivale a cem horas de trabalho da operária; ou melhor, cada minuto de trabalho da máquina permite à operária dez dias de repouso’.

Assim sendo, no setor têxtil, como em todas as indústrias mecanizadas, já no final do século XIX existiam as condições técnicas para que se reduzisse drasticamente o expediente de trabalho e para que se restituísse os trabalhadores ao ócio. Mas, em vez disso, o que acontece? Acontece que ‘quanto mais as máquinas são aprimoradas, superando o trabalho do homem com maior rapidez e perfeição, mais o operário, em vez de prolongar em igual medida o seu repouso, redobra o ardor, como se quisesse competir com a máquina’.”²¹⁶

Se já existiam as condições para dar maior vazão ao tempo livre, quais os motivos que levaram os trabalhadores a se entregarem ao vício do trabalho? Simplesmente porque, como dissemos, a realidade circundante estava totalmente alterada e a percepção do que acontecia não era imediata. Inebriados pelas idéias de possibilidade de consumo, pelo patronato, pela vida urbana e pela própria fadiga gerada pelo trabalho, um dia era igual ao outro e a vida ia passando, sem questionamentos.

²¹⁵ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. pp. 29-30.

²¹⁶ Ibidem. pp. 29-30.

Mas os questionamentos de Lafargue também podem ter surgido de uma relativa ignorância sobre o que seria a idéia de “lazer” ou “ócio” e, principalmente, sobre o que seria o “trabalhador”, como nos aponta Josef Pieper:

“Todas as vezes que a palavra ‘trabalhador’ for mencionada, não deve ser definida como uma ocupação, como em trabalhos estatísticos; não é sinônimo de ‘proletariado’ – apesar de o fato de que as palavras sejam intercambiáveis seja significativa. Ao contrário, ‘trabalhador’ será usado do ponto de vista antropológico; implica um conceito total de ‘homem’. Ernst Niekisch utiliza a palavra ‘trabalhador’ neste sentido quando fala de ‘trabalhador’ como uma ‘figura imperial’; e Ernst Jünger utiliza o mesmo termo para sublinhar a imagem ideal que, de acordo com ele, já começou a moldar o homem do futuro.”²¹⁷

Apesar de aparentemente divergir dos raciocínios de Lafargue, Pieper também procura uma forma de libertar o “homem do futuro” de uma classificação redutora e assim compreender não só o fenômeno do trabalho, mas também o significado próprio do ócio:

“Em minha opinião tudo deve ser feito, por um lado, para obliterar um contraste deste tipo entre as classes; mas, por outro lado, é completamente errado, e realmente tolo, tentar obter esse objetivo ao procurar uma unidade social naquilo que é (pelo menos neste momento), a redução puramente terminológica do stratum educado para o nível proletário, ao invés da real abolição do proletariado. O que queremos dizer, fundamentalmente, com as palavras ‘proletariado’ e ‘desproletarização’ (deproletarization)?

Em primeiro lugar, um proletário e um homem pobre não são a mesma coisa. Um homem pode ser pobre sem ser um proletário: um mendigo na sociedade medieval não era certamente um proletário. Igualmente, um proletário não é necessariamente pobre: um mecânico, um ‘especialista’ ou técnico em um estado de total trabalho (a pessoa que está o tempo todo voltada ao trabalho, nota da autora da tradução) é certamente um proletário. Segundo, é óbvio, mas deve ser dito: o aspecto negativo da noção ‘proletário’, aquilo que temos de nos livrar, não consiste no fato de que esta condição esteja limitada a um estrato particular da sociedade; portanto o aspecto negativo desaparece uma vez que todos se tornaram proletários.”²¹⁸

Para Pieper, “o proletário é o homem que está aprisionado ao processo de trabalho”²¹⁹, o que, enfim, acaba sendo a mesma preocupação de Lafargue, mas agora dita com termos filosóficos mais rigorosos e que não são redutores. Mesmo esse “aprisionamento” pode ter várias causas, segundo Pieper :

²¹⁷ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 4-5. Tradução nossa.

²¹⁸ Ibidem. p.37 e 38. Tradução nossa.

²¹⁹ Ibidem. p.38. Tradução e grifo nossos.

“[...] A causa pode ser falta de bens (propriedades); todo aquele que não possui bens e é um assalariado é um proletário; ‘todo aquele que não possui nada exceto sua força de trabalho’, e que é forçosamente compelido a vendê-la, é um proletário. Mas estar amarrado ao trabalho pode ser consequência de uma ordem em um estado de trabalho totalitário: nesse caso todos (possuidores ou não de propriedades), que estão intimamente sujeitados ‘às necessidades de um processo de produção absolutamente econômico’, por forças externas, quero dizer, que está totalmente sujeito a forças econômicas, é um proletário.

[...] Estar amarrado ao processo de trabalho pode ser ultimamente devido ao empobrecimento interior do indivíduo: neste contexto, qualquer um que tem a vida totalmente tomada pelo trabalho (no sentido particular da palavra trabalho) é um proletário porque a sua vida está encolhida interiormente, e está implícito que ele não pode atuar significativamente fora do seu trabalho, e talvez nem possa considerar tal possibilidade.

Esta preocupação, com as correntes que nos aprisionam ao trabalho, coloca-nos outra questão: ‘ser proletário’, como entendido, seja talvez um sintoma comum da mente para *todos* os níveis da sociedade e de forma nenhuma confinada ao ‘proletário’, ao ‘trabalhador’, um sintoma geral que é meramente encontrado de forma isolada no proletariado; então devemos perguntar, conseqüentemente, se não estamos todos dos proletários e todos nós, imaturos e prontos para cair nas mãos de um Estado de trabalho coletivo e estarmos disponíveis como funcionários – apesar da explícita opinião política contrária.”²²⁰

Esse “encolhimento interior” do homem devido à alienação provocada pelo trabalho faz-nos observar que as idéias e as crenças de Lafargue não foram imediatamente absorvidas. No entanto, conhecemos os resultados positivos na diminuição de horas trabalhadas a médio e a longo prazo, como nos explicam John Haworth e A.J. Veal:

“Tendo chegado ao exagero no meio do século XIX, as horas de trabalho (3.000 horas/ano) começaram a cair substancialmente, como resultado, inicialmente, de restrições no número de horas de trabalho para mulheres e crianças, seguido pela campanha de oito horas para todos, modificado para cinco dias e meio e depois cinco dias na semana de trabalho, e o advento de remunerar-se anualmente os dias de férias gozados. Como resultado, o típico ano de trabalho para um empregado em tempo integral caiu para menos de 2.000 horas/ano após a Segunda Guerra Mundial.”²²¹

²²⁰ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 39. Tradução nossa.

²²¹ VEAL, A. J. **History of Work**. In: HAWORTH, John T.; VEAL, A.J. (Ed.). **Work and Leisure**. London: Routledge, 2004 pp. 28-29. Tradução nossa.

3.4. O ELOGIO AO ÓCIO

Outro autor, Bertrand Russel (1872-1970), publica em 1935 *O Elogio ao Ócio*, no qual questiona sua própria crença sobre o trabalho. O autor descreve-nos quais eram suas idéias atuais, diferentes daquelas que tinha absorvido.

“Como muitos homens da minha geração, fui educado segundo os preceitos do provérbio que diz que o ócio é o pai de todos os vícios. E, como sempre fui um jovem virtuoso, acreditava em tudo o que me diziam, e foi assim que a minha consciência adquiriu o hábito de me obrigar a trabalhar duro até hoje’. Mas apesar de a consciência ter controlado as minhas ações, minhas opiniões sofreram uma verdadeira revolução. Eu acho que se trabalha demais no mundo de hoje, que a crença nas virtudes do trabalho produz males sem conta e que nos modernos países industriais é preciso lutar por algo totalmente diferente do que sempre se apregouu”.²²²

A reflexão principal de Bertrand Russell está centrada na busca de equilíbrio entre as horas trabalhadas e as horas de lazer, pois o mundo moderno (industrial) já criara as condições para que tal fato ocorresse.

Neste momento, iremos conhecer suas idéias com relação à dedicação exagerada ao trabalho.

De acordo com Russell, a partir de idéias difundidas desde o início da civilização “*a idéia do dever, historicamente falando, foi um meio usado pelos detentores do poder para convencer os demais a dedicarem suas vidas em benefício de seus senhores, mais do que aos seus próprios interesses*”.²²³

“Do início da civilização até a Revolução Industrial, um homem era em geral capaz de produzir, trabalhando arduamente, um pouco mais do que o necessário para a própria subsistência e a de sua família, embora sua mulher trabalhasse não menos arduamente e os filhos também adicionassem trabalho logo que atingiam uma idade suficiente. O pouco que excedia a satisfação das necessidades básicas não ficava para os produtores, pois era apropriado pelos guerreiros e sacerdotes. Em épocas de escassez não havia excedente, mas os guerreiros e sacerdotes asseguravam-se os tributos de costume, o que levava muitos trabalhadores à morte por inanição. [...] Na Inglaterra, apesar da Revolução Industrial, ele [este sistema] se manteve em pleno vigor durante as guerras napoleônicas e persistiu até há cem anos, quando a nova

²²² MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. p. 49.

²²³ Ibidem. pp. 53-54.(grifo nosso)

classe dos fabricantes chegou ao poder. [...] Um sistema tão duradouro e de fim tão recente deve ter deixado marcas profundas no pensamento e na opinião dos homens. Muitas das idéias correntes acerca do caráter virtuoso do trabalho deriva [sic] desse sistema que, no entanto, dada a sua origem pré-industrial, não é adequado ao mundo moderno”.²²⁴

Entretanto, deve-se observar que Russell tem um pensamento anti-ciência e anti-industrialização, como evidencia em seu ensaio “Ícaro, ou o Futuro da Ciência” (1924).

Russel defende uma jornada de quatro horas de trabalho para todos os homens, mas observa que mesmo com as novas possibilidades oferecidas pela técnica o homem continua a considerar o trabalho como dever. É conveniente entendermos como o autor raciocina para chegar às quatro horas necessárias de trabalho a partir do acontecimento da Primeira Guerra Mundial.

“A técnica moderna tornou possível a drástica redução da quantidade de trabalho necessária para garantir a todos a satisfação de suas necessidades básicas. Isto ficou claro durante a Primeira Guerra Mundial. Todos os membros das forças armadas, todos os homens e mulheres engajados na produção de munições, na espionagem, na propaganda de guerra e nas funções do governo ligadas à guerra foram sacados das ocupações produtivas. Apesar disso, o nível de bem-estar físico entre os assalariados não qualificados do lado dos aliados era mais alto do que antes e até do que depois da guerra. A guerra demonstrou claramente que, por meio da organização científica da produção, uma pequena parte da capacidade de trabalho do mundo moderno é suficiente para que a população desfrute de um nível de conforto satisfatório. E se, ao final da guerra, tivesse sido preservada a organização científica criada para liberar os homens para a tarefa de lutar e municiar, e se a jornada de trabalho tivesse sido reduzida a quatro horas, estaria tudo certo. Em vez disso, foi restaurado o antigo caos – aqueles cujo trabalho era necessário voltaram às suas longas horas de trabalho, os demais foram deixados à míngua como desempregados. Por quê? Porque o trabalho é um dever, as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço”.²²⁵

Vamos conhecer as idéias do autor com relação à educação para utilização do tempo livre. É fundamental observamos que o autor considera que o tempo remanescente ao trabalho poderia ser gasto pelo trabalhador da forma que ele julgasse mais conveniente, porém admite que a “*o uso judicioso do lazer é produto da civilização e da educação*”.²²⁶

“Quando sugiro a redução da jornada de trabalho para quatro horas, não quero com isto dizer que o tempo remanescente deveria necessariamente ser gasto em frivolidades. [...] Uma condição fundamental de um tal sistema

²²⁴ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. pp. 52-53.

²²⁵ Ibidem. pp. 52-53.

²²⁶ Ibidem. p.57.(grifo nosso)

social é que a educação ultrapasse as suas atuais fronteiras e adote como parte de seus objetivos o cultivo de aptidões que capacitem as pessoas a usar seu lazer de maneira inteligente. E não estou aqui pensando apenas em atividades supostamente ‘intelectualizadas’. As danças camponesas desapareceram, salvo nas áreas rurais mais remotas, mas ainda devem existir na natureza humana os impulsos que as fizeram florescer. Os prazeres das populações urbanas se tornaram fundamentalmente passivos: ver filmes, assistir a partidas de futebol, ouvir rádio e assim por diante. Isto ocorre porque as energias ativas da população estão totalmente absorvidas pelo trabalho. Se as pessoas tivessem mais lazer, voltariam a desfrutar prazeres em que participassem ativamente.”²²⁷

O filósofo inglês considera em seu raciocínio algo que Lafargue sequer menciona em seus artigos sobre *O Direito à Preguiça* – a existência do “trabalhador intelectual”. Segundo Josef Pieper, os termos “trabalho intelectual” e “trabalhador intelectual” são “os sinais que indicam o último padrão da jornada histórica, e jornada histórica no sentido de que o moderno ideal de trabalho foi definido na sua forma extrema e final – pois os termos são relativamente modernos”. Comenta ainda o seguinte:

“A atividade intelectual costumou sempre ser considerada uma esfera privilegiada, e do ponto de vista do trabalhador manual especialmente, aparentava ser uma esfera em que ele não precisava trabalhar. Dentro desta esfera, a área de filosofia e a de cultura filosófica pareciam distantes do mundo do trabalho. Mas, atualmente, o total campo da atividade intelectual, sem exceção à área de cultura filosófica, tem sido sobrepujada pelo moderno ideal do trabalho e está à mercê dos direitos totalitários.”²²⁸

Não podemos deixar de citar um contemporâneo de Pieper, ligado à Escola de Frankfurt – que tem como seus principais representantes Adorno e Horkheimer – Herbert Marcuse criador de obras como *A Ideologia da Sociedade Industrial* e um pensador anti-industrialização. Vejamos nas palavras de Suzana Albornoz como pensava Marcuse.

“Em *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse, filósofo alemão radicado nos EUA, falecido há poucos anos, afirma que é particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida sufocar as necessidades que exigem libertação – também do que é tolerável e compensador e confortável, enquanto mantém e desculpa o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluyente. Os novos controles sociais criam nas massas, através da propaganda veiculada pelos meios de comunicação, uma carência irresistível para a produção e o consumo supérfluo. O trabalho entorpecedor, como caça para esquecer a falta de reais liberdades, se torna necessário mesmo ali onde não existe mais a necessidade real do trabalho, onde já há superprodução de riquezas. Por isto se tornam cada vez mais necessários

²²⁷ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. pp. 60 e 61.

²²⁸ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 26. Tradução nossa.

modos de lazer também entorpecedores, que dourem a pílula e ajudem a conformar-se com liberdades decepcionantes, como a de uma imprensa livre que se autocensura para se manter bem com os anunciantes ou a opinião pública predominante; ou com a pequena liberdade de escolher na estante do supermercado entre diversas marcas de engenhocas eletrodomésticas.

O trabalho, pois, segundo Marcuse, não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienado. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes. A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam mais do que suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.”²²⁹

Quando Russell escreve *O Elogio ao Ócio* em 1935, Josef Pieper era um filósofo alemão que já sentia na pele o que os “direitos totalitários” poderiam fazer com o ideal do mundo do trabalho total. É só lembrarmos que esta era a década da ascensão ao poder do partido Nazista, comandado por Adolf Hitler, um estadista que sempre alegou estar seriamente preocupado com a “qualidade de vida” do trabalhador. Pieper e Russell sabiam que havia algo a mais no “trabalho intelectual”, que não podia ser substituído pela “mera ação” (como pensavam os ideólogos nazistas). A ação também poderia ter uma “implicação social” que ajudaria na concretização de uma sociedade mais justa e igualitária:

“O trabalho como é entendido neste contexto significa a mesma coisa que serviço social. ‘Trabalho intelectual’ significaria aqui atividade intelectual tanto como contribuição social como contribuição a necessidade comum. Mas isso não é tudo o que está implícito nas palavras ‘trabalho intelectual’ e ‘trabalhador intelectual’. O real significado é aproximadamente este: como o ganhador de salário, o artesão e o proletário, o homem educado, o estudioso, também é um trabalhador, de fato um ‘trabalhador intelectual’, e ele também está ligado ao sistema social e tem a sua parte na divisão do trabalho; ele está alocado e tem seu lugar e função entre os trabalhadores; é um funcionário no mundo do ‘trabalho total’; ele pode ser chamado de especialista, mas é um funcionário. E este fato é o que realmente nos interessa e está por trás de nossas indagações com todo o seu colorido. Esse problema, é extremamente necessário que seja dito, não é somente teórico: é a raiz do problema.”²³⁰

Sem usar o termo “trabalho intelectual”, Bertrand Russell também apresenta-nos sua visão do produto significativo produzido pela “classe ociosa” para a humanidade. Para ele, a oportunidade do ócio pode incentivar a criatividade e o desenvolvimento de novidades.

“No passado havia uma pequena classe ociosa e uma grande classe trabalhadora. A classe ociosa desfrutava vantagens que não tinham qualquer

²²⁹ ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. pp. 74-76.

²³⁰ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 18. Tradução nossa.

fundamento na justiça social, o que tornou essa classe inapelavelmente opressora, limitou seu sentido de solidariedade e levou-a a inventar teorias para justificar seus privilégios. Isso fez diminuir enormemente a sua excelência, mas não a impediu de ter contribuído para quase tudo o que hoje chamamos de civilização. Ela cultivou as artes e descobriu as ciências, escreveu os livros, inventou as filosofias e aperfeiçoou as relações sociais. Mesmo a libertação dos oprimidos foi geralmente iniciada a partir de cima. Sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria emergido da barbárie.”²³¹

Há uma distinção interessante que devemos apresentar com o objetivo de observar como a idéia de ócio é percebida por Russell em diferentes situações.

“Há quem diga que o lazer só é prazeroso até certo ponto e que as pessoas não saberiam como preencher o seu dia se tivessem uma jornada de quatro horas. Considerar isto uma verdade no mundo moderno constitui uma condenação da nossa civilização. As coisas jamais foram assim. A antiga propensão para a despreocupação e o divertimento foi de certo modo inibida pelo culto da eficiência. O homem moderno acha que qualquer atividade deve ser exercida em prol de outras coisas, nunca da coisa mesma. Há, por exemplo, pessoas sisudas que condenam o hábito de ir ao cinema, dizendo que ele induz a juventude ao crime. Mas o trabalho necessário à produção dos filmes é tido como respeitável, porque é trabalho, e porque gera lucro. A noção de que atividade boa é aquela que produz lucro constitui uma completa inversão da ordem das coisas. O açougueiro que lhe vende carne e o padeiro que lhe vende pão são dignos de louvor, porque estão ganhando dinheiro. Mas se você come com deleite e vagar a comida que lhes venderam, você é um frívolo, a menos que só esteja comendo para ter energia para trabalhar. [...] O divórcio entre os fins individuais e os fins sociais da produção é o que torna tão difícil pensarmos com clareza num mundo em que a busca do lucro constitui o único incentivo ao trabalho. Pensamos demais na produção e de menos no consumo. Por isso, acabamos dando pouca importância ao desfrute e à felicidade e deixamos de avaliar a produção pela satisfação que ela proporciona ao consumidor.”²³²

Portanto, para o filósofo inglês, o ócio – e, por sua vez, o “trabalho intelectual” - é fundamental para a evolução da humanidade, tanto do ponto de vista individual como social. Ele defende que a cultura geral deve ser aliada da competência técnica para que novos horizontes, novas concepções de vida abram-se como possibilidades de um melhor aproveitamento do tempo livre e da vida prática.

“Além das situações em que cultura e utilidade imediata se podem combinar, o conhecimento que não contribui para a eficiência técnica possui diversas formas de utilidade indireta. Eu creio que muitos aspectos negativos do mundo moderno poderiam ser minimizados se houvesse mais incentivo a esse tipo de conhecimento e repúdio à procura insaciável da mera competência profissional. [...] Para que uma população ociosa seja feliz, ela

²³¹ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. p. 60.

²³² Ibidem. pp. 58-59.

deve ser uma população educada, e educada com uma visão de um deleite mental equivalente à da utilidade imediata do conhecimento técnico. Quando o componente cultural na formação do conhecimento é assimilado com êxito, ele forma o caráter dos pensamentos e desejos das pessoas, levando-as a se ocuparem, ao menos em parte, de temas amplos e impessoais, e não apenas de seus interesses imediatos. *É muito difundida a suposição fácil de que as capacidades adquiridas por meio do conhecimento serão usadas em benefício da sociedade. A concepção estreitamente utilitária da educação ignora a necessidade de os indivíduos serem tão bem treinados em seus propósitos quanto em suas qualificações.*²³³

3.5. A ANATOMIA DO TRABALHO

Outros pesquisadores, preocupados com o trabalho e o lazer, também se ocuparam do tema do perigo do trabalho ser dominado pelos “direitos totalitários”. Há um estudo realizado por Georges Friedmann (1902-1977), intitulado *The Anatomy of Work – Labor, Leisure and the Implications of Automation*, que aponta as conseqüências da divisão do trabalho e do uso exagerado das técnicas tayloristas.

Há duas idéias centrais exploradas pelo autor: a primeira é sobre como obter maior prazer nas atividades do trabalho e a segunda sobre como o tipo de atividade exercida pelo trabalhador interfere na escolha de diferentes atividades de lazer.

Podemos dizer que *a priori* a preocupação está voltada em como utilizar o tempo como um todo para obter-se sentido e significado para a vida. Observamos que as pesquisas começam a voltar-se para o real significado e sentido do trabalho e do ócio como atividades complementares para o homem que é um só enquanto trabalha e se diverte.

Conforme mencionamos acima, a percepção pelos envolvidos da nova realidade apresentada pelo mundo da fábrica data de 1850. Observamos que, já em 1848, começava a existir por parte do trabalhador a percepção de que o homem deve controlar a máquina e não

²³³ MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio**: Bertrand Russell, Paul Lafargue. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001. pp. 58-59. (grifo nosso).

ser controlado por ela. A título de ilustração vejamos o exemplo de um “discurso” de um trabalhador.

“Talvez realmente a divisão do trabalho seja um mal necessário. O trabalho tem sido simplificado ao extremo, as máquinas tomam o lugar do homem e o homem se engaja em outros trabalhos mais complexos, que ele novamente subdivide e simplifica para dar a maior parte do trabalho operacional para as máquinas. E assim se caminha. No entanto, cada vez mais e mais o domínio do trabalhador manual é invadido pela máquina, e como o sistema é estendido ao seu extremo, a função do trabalhador torna-se cada vez mais intelectual. Este ideal atrai-me muito; mas este período de transição é árduo, já que, até que novas máquinas sejam criadas, o próprio trabalhador transforma-se em uma máquina pela simplificação do seu trabalho e sofre os efeitos de uma necessária desvalorização... Vamos, então, aceitar a divisão do trabalho em quando for provado que é necessário, mas com a esperança de que a máquina cada vez mais realize todos os trabalhos mais simples; e deixe-nos insistir com a mesma urgência direcionada aos trabalhadores de outras classes, que os trabalhadores desta classe devem receber educação não somente para privá-los do torpor mental, mas também para estimulá-los a achar formas de controlar a máquina ao invés de serem eles próprios as máquinas-controladas.”²³⁴

Georges Friedmann comenta que muitas pessoas, em diferentes países, empregam o lazer de diferentes formas para realizar as próprias potencialidades que não são utilizadas no trabalho cotidiano. *“Um homem não é uma pessoa em casa e uma pessoa diferente no trabalho, ele é único e o mesmo homem. Ele projeta suas preocupações pessoais, frustrações e medos domésticos em seu trabalho e vice-versa do seu trabalho para a sua casa”*.²³⁵

Na opinião de Georges Friedmann, os trabalhos realizados pelos homens de forma racionalizada / mecânica em fábricas, escritórios, minas e oficinas carecem de interesse, significado, senso de participação e de aquisição.

É devido a esse fato e a outras tensões e influências, as pessoas escolhem as suas formas de atividades de lazer. Essas atividades variam enormemente não somente em forma, mas também em conteúdo de acordo com a região, a tradição, o modelo cultural e o nível sócio-econômico. Não é somente um ou outro fator que explica este fenômeno.

Associa-se àquelas pessoas que realizam trabalho simples com a busca de atividades de lazer que sejam mais estruturadas, que demandem certa responsabilidade e um produto

²³⁴ FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work: labor, leisure and the implications of automation**. New York: Free Press of Glencoe, 1961. [P. VII.] Epígrafe. Tradução nossa.

²³⁵ ZWEIG, Ferdynand. **The British Worker**. London: Penguin Books, 1952. p. 97. apud FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work: labor, leisure and the implications of automation**. New York: Free Press of Glencoe, 1961. 103. Tradução e grifo nossos.

acabado. Portanto, muitas destas pessoas dedicam-se a artes, artesanatos e construção de modelos reduzidos – *model-making*. Esse fenômeno é observado na Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Polônia, Tchecoslováquia. Da então U.R.S.S., o autor não possuía dados suficientes.

O autor atribui a escolha de certos ócios ao enorme desenvolvimento da técnica e a fragmentação do trabalho, em especial em países capitalistas mais desenvolvidos. Vejamos como as pessoas aproveitavam o tempo livre.

“[...] a fragmentação do trabalho não faz o trabalhador procurar atividades de lazer de maior escopo; ao contrário, o trabalhador tende a desorganizar o resto de sua vida e desenvolve hábitos agressivos muitas vezes como o consumo de estimulantes: álcool, jogos de azar, ou hábitos de desenfreado consumo e diversões perigosas como corridas de carros, espetáculos de massa disfarçados de esportes ou evento artístico, lutas de boxe, quedas de braços, disputas de velocidade em corridas e filmes de crime e horror. Essa observação refere-se a trabalhadores semi-especializados de linhas de montagem das grandes fábricas de motores em Detroit.”²³⁶

Segundo Friedmann, nos Estados Unidos o número médio de horas semanais trabalhadas em 1850 era de 70,6 horas; em 1950, caíram para 40,8 horas com dois dias completos de descanso no final de semana.

Como vimos acima, o número de horas trabalhadas diminuiu tanto nos Estados Unidos como na França e na Inglaterra, e obviamente está associado a uma perda de satisfação somente no trabalho. Portanto, muitas vezes o trabalhador tenta recuperar no lazer o sentimento de iniciativa, responsabilidade e senso de aquisição que lhe são negados em seu trabalho.

Há também a criação, especialmente na Inglaterra, de grupos de pessoas “organizados” por passatempo, como por exemplo: a corrida de cachorros, a construção de modelos e *pools* de futebol que acabam influenciando inclusive a produtividade dos trabalhadores em suas atividades. O que faz Ferdynand Zweig, em seu livro *The British Worker*, comentar: “a maioria dos homens acreditam que a função do seu trabalho, mesmo aqueles que possuem

²³⁶ FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work**: labor, leisure and the implications of automation. New York: Free Press of Glencoe, 1961. p. 104. Tradução nossa.

um trabalho interessante, é primariamente prover dinheiro para o conforto, amenidades e prazeres da vida”²³⁷.

Existem, porém, aquelas atividades que não são relacionadas ao trabalho, mas que tomam tempo livre do trabalhador: *“atividades extras relacionadas a necessidades econômicas, obrigações sociais, deveres familiares e necessidades de recreação e cultura”*.²³⁸

Podemos considerar o “tempo livre” somente o tempo em que o trabalhador está livre das atividades acima e pode exercer escolha, para expressar e desenvolver sua personalidade, se ele tiver condições para isto obviamente.

Existem dois outros fatores que também podem influenciar na escolha do lazer e que estão diretamente ligados ao trabalho: a possibilidade de avanço na carreira e o não envolvimento da personalidade em trabalhos fragmentados. No primeiro caso, podemos citar como exemplo, o indivíduo que enxerga em um futuro cargo, obtido por meio do esforço no trabalho, uma recompensa financeira, que permitirá que em anos futuros ele dedique-se ao que realmente almeja enquanto lazer. No segundo caso, podemos exemplificar com o profissional que realiza todo o processo de trabalho, pois dele depende unicamente o produto de seu trabalho, como é o caso dos escritores. O que existe na realidade é uma tentativa de equilibrar os fatores não compensatórios do trabalho no lazer. As “fugas para a natureza ao final de semana” também indicam uma busca de compensação na execução de tarefas muito estressantes.

É importante ressaltarmos a análise de Georges Friedmann sobre a pressão que a sociedade muitas vezes faz sobre os indivíduos, mesmo que eles freqüentemente não a percebam:

“Do ponto de vista social, numa sociedade competitiva e conformista, as pessoas aparentemente felizes são freqüentemente consideradas bem-adaptadas e fracassadas as pessoas de sucesso que expressam descontentamento com o seu trabalho. Assim, há pessoas que negam até a si

²³⁷ ZWEIG, Ferdynand. **The British Worker**. London: Penguin Books, 1952. p. 97. apud FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work: labor, leisure and the implications of automation**. New York: Free Press of Glencoe, 1961.p. 106.Tradução e grifo nossos.

²³⁸ FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work: labor, leisure and the implications of automation**. New York: Free Press of Glencoe, 1961. p.109. Tradução e grifo nossos.

próprias a não satisfação com o seu próprio trabalho devido a pressões sociais.”²³⁹

“Matar o tempo” é um comportamento muitas vezes adotado pelo homem massa, que realiza atividades mecânicas ou de diversão passiva. É uma forma de se esquecer de si próprio, do seu vazio e do seu extremo aborrecimento. Na grande maioria das vezes, não percebe como a insatisfação no trabalho o levou a este tipo de diversão alienante.

Josef Pieper caracteriza essa “insatisfação” como uma das ameaças que podem forçar o homem a pensar somente em idéias e crenças de um “trabalho total” e como o “ócio” pode retirá-lo deste torpor:

“O ‘trabalhador’ é caracterizado por três principais ameaças: uma extrema tensão dos poderes de ação, uma prontidão para sofrer *in vacuo* (vazio) quando não está ligado a nada, e uma completa absorção no organismo social, que está racionalmente atrelado a fins utilitários. O ócio, desse ponto de vista, aparece como algo totalmente fortuito e estranho, sem apoio ou razão e, moralmente falando: outra palavra para relaxamento, fazer nada ou preguiça.”²⁴⁰

“O ócio deve ser claramente entendido como uma atitude mental e espiritual – não é simplesmente o resultado de tempo livre, um feriado, um final de semana ou um período de férias. É, em primeiro lugar, uma atitude mental, uma condição da alma, e como tal contrário ao ideal de ‘trabalhador’ em cada um dos três aspectos sob os quais foi analisado: trabalho como atividade, como ferramenta e como uma função social.”²⁴¹

“O ponto central e a justificativa do ócio não são que o funcionário deveria funcionar sem faltas e sem paradas, mas sim que o funcionário deveria continuar a ser um único homem. E, isto quer dizer que ele não deveria estar totalmente absorvido na execução estrita de sua função. O ponto central é que ele deveria ser capaz de continuar a ver a vida como um todo e o mundo como um todo, que deveria completar-se, e utilizar toda a potência de suas faculdades, face a face com ser um todo.”²⁴²

O perigo de não sabermos o que é uma correta compreensão do “ócio” é que o homem pode deixar de ser homem. Sabemos como são raros empregos em que todos utilizem o melhor do seu potencial e envolvam a sua personalidade na criação do seu trabalho, de forma que lazer e trabalho sejam equilibrados e ajustados aos interesses individuais.

²³⁹ Ibidem. p.111.

²⁴⁰ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture.** Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 23. Tradução nossa.

²⁴¹ Ibidem. p. 26. Tradução nossa.

²⁴² Ibidem. p. 31. Tradução nossa.

Falamos até aqui do direito ao ócio para os trabalhadores industriais principalmente. Para concluirmos nossa explanação, é importante termos uma interpretação sobre o lazer e o trabalho pertinente a todos os tipos de trabalhadores, algo que unifique as idéias e as crenças de várias épocas em *uma* idéia e *uma* crença para que possamos comunicar-nos em termos racionais.

Escolhemos, para este objetivo, um momento histórico extremo e único, a reconstrução da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial.

Ilustramos esse momento histórico com Eric J. Hobsbawn, em seu livro *A Era dos Extremos*. A revolução tecnológica já era um fato e continuava a manter o interesse pela “utilidade” como padrão para o modo de vida das pessoas.

“[...] o que mais impressiona neste período é a extensão em que o surto econômico parecia movido pela revolução tecnológica. Nessa medida, multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo pré-existente, mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra. Alguns produtos revolucionários, como os materiais sintéticos conhecidos como ‘plásticos’ haviam sido desenvolvidos no período entre guerras, ou até começado a entrar em produção comercial, como o náilon (1935), poliestireno e politeno. Outros, como a televisão e a gravação em fita magnética, mal se achavam no estágio experimental. A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pelos EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor a jato e várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. Sem elas o transistor (inventado em 1947) e os primeiros computadores digitais civis (1946) teriam aparecido consideravelmente mais tarde.”²⁴³

As invenções tecnológicas traduzem-se e misturam-se, na psique humana, como a concretização tangível de idéias e de crenças que se apossariam do modelo do ser humano e, que, no fim, o desumanizaria ainda mais.

Adotaremos a seguir as idéias e crenças de Josef Pieper, elaboradas no ensaio, já citado, escrito em 1947 e intitulado *Ócio – a base da cultura* que reflete o comportamento das pessoas frente à reconstrução de suas vidas na mesma Alemanha após a Segunda Guerra Mundial.

²⁴³ HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: O Breve século XX, 1914-1991** . Tradução de Marcos Santarita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.. pp.259-260.

3.6. ÓCIO – A BASE DA CULTURA

Uma das amostras que refletem concretamente as idéias e as crenças de Pieper é um filme chamado *Alemanha Ano Zero*, de Roberto Rossellini, que retrata justamente o momento do ano de 1947 – a base dos pensamentos que iremos apresentar. É um filme que denuncia a situação de Berlim no pós-guerra.

O filme narra a história de uma criança, Edmund Koeler, que trabalha para sustentar o pai e os irmãos mais novos. O pai de Edmund está doente. Ao visitar e conversar com um ex-professor, Edmund entende que deveria matar seu pai, que se considerava um peso para a família, e o faz. A sua relação com a realidade não é nada agradável. Uma vida em uma cidade destruída, na qual valores morais e de sobrevivência são questionados a todo o momento. Para algumas, pessoas não há saída, porque as interpretações da realidade estão destituídas de um norteador de suas ações. O filme termina com o suicídio do garoto. Um fato trágico, sem dúvida, mas que está fundamentado em uma percepção do garoto de uma realidade em que as alternativas são mínimas e o valor da vida é questionado.

A fala de introdução do filme resume o contexto histórico que é apresentado.

“Este filme, rodado em Berlim no verão de 47, espera poder retratar de forma objetiva e fiel esta imensa cidade destruída onde 3,5 milhões de pessoas vivem uma terrível vida, uma vida de desespero quase sem nem se darem conta.

Elas vivem como se a tragédia fosse um elemento natural, mas não por serem fortes ou por terem fé, mas por estarem cansadas.

Não se trata de uma acusação contra o povo alemão nem de uma defesa.

É uma simples constatação dos fatos.

Mas se alguém após assistir a história de Edmund Koeler passar a achar que algo deve ser feito, e que as crianças alemãs precisam reaprender a amar a

vida. Então, os esforços daqueles que fizeram este filme serão imensamente recompensados.”²⁴⁴

O filme de Rossellini e o ensaio de Pieper são obras que refletem sobre a mesma época histórica e a mesma situação – a falta de sentido na vida.

Nesse contexto, em que a vida não tem sentido, Josef Pieper alerta os alemães para o perigo do trabalho em excesso, que pode novamente causar a alienação das pessoas. Obviamente, naquele momento histórico, em que as pessoas não sabiam o que fazer com o vácuo interior de suas almas, a idéia mais difundida na época era que elas deveriam aplicar-se ao máximo ao trabalho na reconstrução material da vida. Pieper inicia seu ensaio discordando desta idéia:

“Deixe-me começar com uma objeção, uma objeção do tipo que os escolásticos chamam um *Videtur quod non*. Agora, entre todos os tempos, nos anos do pós-guerra, não é hora de falar de ócio. Estamos, afinal de contas, ocupados construindo nossas casas. Nossas mãos estão cheias e há trabalho para todos. E seguramente, até que nossa tarefa esteja pronta e nossas casas reconstruídas, a única coisa que importa é distender cada nervo nesta tarefa.

Esta não é uma objeção que se coloque facilmente de lado.

Mesmo assim, em todos os momentos nossas tarefas nos levam hoje para a manutenção de uma existência básica e a satisfação de nossas necessidades imediatas, uma vez que estamos enfrentando a tarefa de reorganizar nossos ativos: intelectual, moral e espiritual. Então, antes de discutir esse problema em detalhe, um novo começo e novos princípios – chamo a atenção de vocês para uma defesa ao ócio.”²⁴⁵

O apelo de Josef Pieper é uma síntese das idéias e das crenças de Lafargue, Russell e Friedmann. É a idéia e a crença que os une numa mesma preocupação: O que fazer do homem? O nó górdio da problemática relação entre a *idéia do trabalho total* e a visão do homem promulgada pela Revolução Industrial é a crença em uma mudança na própria natureza humana. De acordo com Pieper, isso deve ser mudado e deve-se também buscar uma restauração em uma crença que remonta às próprias bases da tradição ocidental:

“Uma nova e modificada concepção da natureza do homem, uma nova e modificada concepção do real significado da existência humana – que é o que vem a luz para expressar a moderna noção de ‘trabalho’ e ‘trabalhador’.

²⁴⁴ ALEMANHA **Ano Zero**. Roteiro: Roberto Rossellini, Sergio Amidei, Max Kolpé. Direção de Roberto Rossellini. Itália, França e Alemanha (co-produção): Versátil, 1948.

²⁴⁵ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 1. Tradução nossa.

Essas grandes e profundas mudanças em nossa escala de valores, e no significado do valor, não são fáceis de serem detectadas e praticadas, e podem certamente não serem vistas de um relance. E, se quisermos obter sucesso em nosso propósito e não nos atentarmos para esta grande mudança, um tratamento histórico do assunto será totalmente inadequado; torna-se necessário ir mais fundo às raízes do problema e, então, basear nossas conclusões numa concepção filosófica e teológica do homem.”²⁴⁶

É por isto que Pieper, assim como Bertrand Russell, defende o conceito de “trabalhador intelectual” como forma “restaurada” de ver o homem. O ser humano não pode ser visto apenas como um “funcionário”:

“É lógico que a existência de especialistas e profissionais é normal, uma das formas em que os homens participam do mundo; o ‘trabalho’ é normal, um dia de trabalho é um dia normal. Mas a pergunta é: se o mundo definido como o mundo do trabalho, é exaustivamente definido, o homem pode desenvolver-se totalmente sendo um ‘funcionário’ ou trabalhador e nada mais; pode uma existência estar contida em uma exclusiva existência de trabalho diário? [...] Os planejadores doutrinários do mundo do ‘trabalho total’ devem responder ‘Não’. O mundo dos trabalhadores, como Ernst Jünger coloca, é a negação do livre estudo e do questionamento.”²⁴⁷

Com isso, vem a pergunta inquietante: “*É possível, daqui para frente, manter e defender, ou mesmo reconquistar, o direito e as reivindicações do ócio em face da reivindicação do ‘trabalho total’ que invade todas as esferas da vida?*”²⁴⁸

Para Pieper, isso só pode acontecer com a recuperação do “trabalho intelectual” como uma forma nobre de vida, muito próxima daquilo que os filósofos antigos chamam de *vita contemplativa*²⁴⁹, ou, como nós modernos gostamos de chamar, *educação*:

²⁴⁶ Ibidem. p. 5.

²⁴⁷ PIEPER, Josef. **Leisure**: the basis of culture. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 20. Tradução nossa.

²⁴⁸ Ibidem. p. 33. Tradução e grifo nossos.

²⁴⁹ ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. 10 ed. p. 316: “O trabalho torna perecível e estraga a excelência do que permanecia eterno enquanto era objeto da mera contemplação. Portanto, a atitude adequada em relação aos modelos que guiam o trabalho e a fabricação, isto é, em relação às idéias platônicas, é deixá-las como são e como se apresentam aos olhos interiores da mente. Se o homem renunciar à sua capacidade de trabalhar e nada fizer, pode contemplá-las, e assim participar de sua eternidade. Neste particular, a contemplação é bem diferente do estado de embevecimento e espanto com o qual o homem reage ao milagre do Ser como um todo; é e continua a ser parte integrante de um processo de fabricação, embora se tenha divorciado de toda atividade e ação; nela, a contemplação do modelo, que agora não orientará ação alguma, é prolongada e usufruída pelo prazer que oferece apenas por si mesma. Na tradição da filosofia, foi este segundo tipo de contemplação que passou a predominar. Assim, a imobilidade que, no estado de admiração muda, não é mais que resultado acidental e inintencional da absorção, passa a ser a condição e, conseqüentemente, a primeira característica da *vita contemplativa*. Não é o assombro que subjuga o homem e o lança na imobilidade, mas é através da cessação consciente da atividade, da atividade da fabricação, que o estado contemplativo é atingido. Pelo que lemos de fontes medievais sobre as alegrias e deleites da contemplação, parece que os filósofos queriam a todo custo que o homo faber lhes ouvisse o apelo e deixasse cair as armas, percebendo afinal que o seu maior desejo, o desejo de permanência e imortalidade, não pode ser satisfeito pela atividade, mas somente quando se compreende que o belo e o eterno não podem ser fabricados.)

“Na tentativa de conhecermos a origem da noção de ‘trabalho intelectual’, observamos que podemos conhecê-la principalmente devido a duas idéias: a primeira é a que apresenta o conhecimento como exclusivamente atribuível ao pensamento discursivo; a segunda é a que atribui à argumentação o esforço que o conhecimento requer para se provar como critério da sua verdade.

Mas e o conhecimento? O conhecimento espiritual da mente? Existe este tipo de coisa como puramente uma atitude receptiva da mente na qual nos tornamos perceptíveis da realidade imaterial e das relações invisíveis? Existe esta tal coisa como pura “contemplação intelectual”? – para adotar a terminologia acadêmica? Na antiguidade, a resposta dada era sempre sim; na filosofia moderna, para a grande maioria, a resposta dada é não.

Contudo, de acordo com Kant, o conhecimento do homem é realizado no ato de comparar, examinar, relacionar, distinguir, abstrair, deduzir, demonstrando – todas estas são formas de esforço intelectual ativo. Conhecimento, espiritualidade do homem, conhecimento intelectual (tal é a tese de Kant) é atividade, exclusivamente atividade. Sob esta base, Kant estava pronto a chegar à conclusão que conhecer e filosofar (filosofar em particular, já que está bem distante da percepção física) devem ser relacionados e entendidos como “trabalho”.

Os filósofos da antiguidade pensavam de outra forma sobre este assunto. Os gregos – Aristóteles e não menos Platão – tanto quanto os grandes pensadores medievais sustentavam que não somente a percepção física e sensitiva, mas também a espiritualidade do homem e o conhecimento intelectual incluíam um elemento de pura e receptiva contemplação, ou como Heráclito diz: de ‘ouvir a essência das coisas’.

Já a Idade Média faz uma distinção entre o entendimento da razão e o do intelecto. Razão é o poder do pensamento discursivo e lógico, de pesquisar e examinar, de abstrair, de definir e concluir. Intelecto, de outra forma, é o nome do entendimento assim como é a capacidade de ‘simplex intuitus’, daquela simples visão que a verdade oferece por si só como atrativa ao olhar. A faculdade de pensar, o conhecimento do homem, são estas duas coisas em uma só, de acordo com a Antiguidade e a Idade Média, simultaneamente razão e intelecto; e o processo de conhecimento é a ação dos dois juntos. O modo do pensamento discursivo é acompanhado e impregnado por uma percepção ‘sem esforço’, a contemplativa visão do intelecto, que não é ativa, mas passiva, ou melhor, receptiva, a atividade da alma em que ela concebe aquilo que vê.

Deve, no entanto, ser adicionado que mesmo os filósofos da Antiguidade (os gregos e aqueles da Idade Média) olhavam o ativo esforço do pensamento discursivo como o elemento propriamente humano em nosso conhecimento. É a razão que eles confirmam como algo distintivamente humano e o intelecto que eles consideravam como sendo algo além da esfera alocada ao homem.

A tradição filosófica da Antiguidade, portanto, reconhece o elemento de trabalho, na maneira de conhecimento do homem, como especificamente humana. Para o uso da razão, o pensamento discursivo, requer verdadeiro “trabalho árduo”.

A conclusão que ‘conhecimento é trabalho’ – porque saber é atividade, pura atividade – tem dois aspectos: expressa um direito sobre o homem e um direito pelo homem. Se você quer conhecer alguma coisa, então você deve trabalhar; em filosofia há a lei que ‘a razão adquire suas posses por meio do trabalho’, um direito feito pelo homem. Se saber é trabalhar, então o conhecimento é fruto de nosso próprio esforço e atividade; então o conhecimento não inclui nada que não seja feito pelo esforço do homem, e não há nada gratuito nele, nada ‘inspirado’, nada oferecido.

Para resumir: a essência da cognição humana, desse ponto de vista, é aquela que é exclusivamente um ativo e discursivo trabalho da razão. E, a noção de trabalho intelectual e trabalhador intelectual adquirem um peso especial se aceitamos esse ponto de vista.²⁵⁰

Antes de seguirmos devemos nos lembrar de uma idéia anteriormente discutida no capítulo primeiro desta dissertação ao explorarmos as idéias de Viktor E. Frankl “*o principal mal dos tempos modernos associados ao trabalho é o vácuo existencial.*”²⁵¹: [...] “*O grande vilão do mundo moderno, no entanto, não é o trabalho como meio e sim o fato de ele ter sido tornado “fim” na vida e da vida: o vácuo existencial. Este vácuo existencial consiste na “incompetência” humana de lidar com o seu tempo livre.*”

Da mesma forma, Pieper faz aos seus leitores um apelo para que evitem cair no vácuo existencial. Independente de ser operacional ou intelectual dedicar-se exclusivamente ao trabalho faz com que o ser humano perca o seu sentido de vida.

Entendemos, de acordo com as idéias e as crenças de Josef Pieper, que, por exemplo, a preocupação maior dos alemães envolvidos na reconstrução de suas casas deveria ser em primeiro lugar não se entregar a um trabalho coletivo somente porque o Estado determinava aquilo naquele momento, mas que não se esquecessem o quanto é fundamental também o ócio para que se possa ser um homem por inteiro e não somente um homem voltado para o trabalho.

Assim, o que está em jogo é a noção de homem não só como um ser que busca a mera sobrevivência, mas também alguém que deseja ser um “homem educado”, no sentido *lato* do termo. Pieper cita o Cardeal John Henry Newman (1801-1890):

²⁵⁰ PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture.** Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 11-12. Tradução nossa.

²⁵¹ FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida:** fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171. Capítulo 1.8 – O vácuo existencial. p. 167. (grifo nosso).

“Como o Cardeal Newman dizia: ‘O conhecimento é mais verdadeiramente livre quando é conhecimento filosófico’. Com esta frase, os direitos da educação estão aqui expostos: a educação oposta a treinamento, cultura oposta a instrução, portanto, é algo mais e algo diferente do treinamento para a profissão ou o comércio. Um funcionário é treinado. Treinamento é definido como estando relacionado com alguma parte ou aspecto do homem, relativo a um assunto específico. Educação concerne ao homem como um todo; um homem educado é um homem com um ponto de vista que carrega para o mundo todo. Educação refere-se ao homem como um todo, o homem *capax universi*, capaz de lidar com a totalidade das coisas existentes.

Já foi explicado que o termo ‘trabalhador intelectual’ adiciona expressão às reivindicações do mundo do trabalho. Mas um moderno dicionário alemão mantém, ao contrário, esse relativamente moderno termo ‘trabalho intelectual’ e ‘trabalhador intelectual’ como valiosos porque ‘eles realmente não levam em consideração a distinção antiga, ainda hoje enfatizada nos tempos modernos, entre o trabalhador manual e o homem educado’. Ora, se essa designação não for aceita ou pelo menos aceita com uma pequena reserva, realmente implica certa concepção desses contrastes sociais? A recusa em permitir a validade do termo ‘trabalhador intelectual’ certamente quer dizer uma coisa: quer dizer que o denominador comum ‘trabalho’ e ‘trabalhador’ não é considerado uma base apropriada ou possível sobre a qual se pode ligar o contraste das classes da sociedade. Mas não quer dizer algo mais? Não quer dizer que a diferença entre a classe educada que é livre para buscar o conhecimento como um fim em si mesmo e o proletário que não conhece nada além do tempo livre raramente suficiente para renovar as forças necessárias para o trabalho diário – não quer dizer logicamente, do nosso ponto de vista, que esta diferença está de fato necessariamente aprofundada e aumentada, independentemente de qualquer ponto de vista e intenções que possam existir no trabalho?”²⁵²

Portanto, de acordo com Pieper, o ócio deve ser baseado na cultura (no sentido amplo que conhecemos hoje, no *cultivo* do espírito humano), para que todos os “proletários” (aqueles que estão aprisionados ao processo de trabalho) se tornem um o homem completo e sobrepujem a condição de dedicação total ao trabalho.

²⁵² PIEPER, Josef. **Leisure**: the basis of culture. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 35-36. Tradução nossa.

3.7. O SENTIDO DO ÓCIO

Apresentamos dessa forma as idéias e crenças, em nosso julgamento, mais contundentes do sentido do ócio desde a virada do século XIX até o pós-guerra.

Mas voltemos um instante para o início do capítulo, para a história da cirurgiã que no seu tempo livre era escritora.

Após a apresentação das idéias dos autores que contemplamos fica muito mais fácil entender as motivações da cirurgiã.

Em primeiro lugar, a cirurgia era para ela uma técnica que desempenhava muito bem, porém, como Theodore Zeldin afirma, o sentido de sua vida não estava atribuído a uma atividade simplesmente técnica.

Podemos justificar tal afirmação a partir da análise de Georges Friedmann, que defende o não envolvimento das pessoas em trabalhos fragmentados exercidos tanto em fábricas como em escritórios. Podemos, porém, estendê-lo ao hospital, onde trabalha a cirurgiã.

“eu sugiro que há uma forte conexão entre o não envolvimento da personalidade em trabalhos fragmentados requeridos na fábrica e no escritório e a necessidade de auto-expressão que é igualmente excluída das várias obrigações da vida cotidiana.”²⁵³

Em segundo lugar, a cirurgiã usa o seu tempo livre, como Bertrand Russell sugeriu, para sair do círculo vicioso do trabalho, pois aparentemente tivera educação para usufruir da utilização do tempo livre de forma inteligente.

Finalmente, escrever em seu tempo livre era a forma que ela encontrava para lidar com a sua necessidade de atividade intelectual criativa. Como Josef Pieper afirmou, somente por meio do exercício da obtenção de cultura em nosso tempo livre é que conseguiremos educação suficiente para nos libertarmos da dedicação total ao trabalho. Não por acaso, o filósofo alemão gostava de citar um conterrâneo seu, o escritor que também era cientista, Johann Wolfgang Goethe, que era, por sua vez, o exemplo do “homem educado” e que

²⁵³ FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work:** labor, leisure and the implications of automation. New York: Free Press of Glencoe, 1961. p.110. Tradução nossa.

sempre buscou, entre o trabalho científico e o trabalho intelectual, a completude de sua vida, como nos fala a seguinte anedota:

Goethe disse a Friedrich Soret em 1830, *‘de qual forma eu fui útil à sociedade como um todo; contentei-me em expressar o que reconhecia como bom e verdadeiro. Isso foi certamente útil em um grande círculo, mas este não era o objetivo; era o resultado necessário’*²⁵⁴

Paul Lafargue, Bertrand Russell, Georges Friedmann e, finalmente, Josef Pieper apresentam suas idéias e crenças de formas diversas, mas é inegável que em todas elas está presente a idéia e a crença de que o trabalho não possui nenhum sentido se não tivermos uma “perspectiva do ócio” como base da cultura onde vivemos. Sem ele, jamais teremos o “resultado necessário” almejado por Goethe, mas, sobretudo, perderemos a alma que dá vida ao trabalho e que, se não fizermos algo perderemos a nossa própria vida, como sugere Albert Camus na epígrafe que abre este capítulo.

²⁵⁴ PIEPER, Josef. **Leisure**: the basis of culture. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998. p. 21. Tradução e grifo nossos.

CONCLUSÃO

“É verdade, a situação do século XX se distingue fundamentalmente daquela do século XIX. Se numa das frases mais famosas do século passado se dizia que a maioria da humanidade da época “não tinha nada a perder, a não ser as suas cadeias”, hoje é preciso dizer que a maioria *crê que possui tudo graças às suas cadeias (das quais não se apercebe)*. Dado que faz parte da natureza dessas cadeias o não serem percebidas por quem as carrega (tal como se fossem um a priori), naturalmente não se chega nunca ao medo de perdê-las.”²⁵⁵

“Considera agora, lhe disse, quais seriam as conseqüências da libertação desses homens, depois de curados de suas cadeias e imaginações, se as coisas se passassem do seguinte modo: vindo a ser um deles libertado e obrigado imediatamente a levantar-se, a virar o pescoço, andar e olhar na direção da luz, não apenas tudo isso lhe causaria dor, como também o deslumbramento o impediria de ver os objetos cujas sombras até então ele enxergava. Como achas que responderia a quem lhe afirmasse que tudo o que ele vira até ali não passava de brinquedo e que somente, voltado para o que é mais real é que ele via com maior exatidão; e também se o interlocutor lhe mostrasse os objetos, à medida que fossem desfilando, e o obrigasse, à custa de perguntas, a designá-los pelos nomes? Não te parece que ficaria atropalhado e imaginaria ser mais verdadeiro tudo o que ele vira até então do que quanto naquele instante lhe mostravam ?

Muito mais verdadeiro respondeu. [...]

E então? Quando se lembrasse de sua primitiva morada, da sabedoria lá reinante e dos companheiros de prisão, não te parece que se felicitaria pela mudança e lastimaria a sorte deles todos?

Sem dúvida.”²⁵⁶

Depois de percorrido o caminho do nosso raciocínio e pensamento ao longo dos três capítulos antecedentes devemos considerar o tema da *fabricação da realidade* pelo homem como fundamento da conclusão do nosso entendimento final desta dissertação.

Retrospectivamente, vimos como o homem perdeu o sentido do trabalho e da vida e a busca da *felicidade* tornou-se um alvo mais imediato, de curto prazo ao invés de ser

²⁵⁵ ANDERS, G. **L' uomo à antiquato**: Sulla distruzione della vita nell'epoca Della terza rivoluzione industriale. [S.l.: s.n.], 1980. v. II. p. 47. apud GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p. 680.(grifo nosso).

²⁵⁶ PLATÃO. **Diálogos**: A República ou sobre a Justiça, Gênero Político. Tradução direta do grego de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 2000. 3. ed. 515 c,d-516 c.

considerada, na breve vida que temos, como o *elemento essencial*. O homem deixou de ter uma vida mais plena de sentido, ao envolver-se demasiadamente com o trabalho.

O progresso técnico inevitável e fugaz aliado ao desejo de poder humano, mostrado no conto “Evolução” de Machado de Assis, fez com que a deliberação, escolha e ação do homem estivessem pautados na maioria das vezes por interesses puramente individuais. Desta forma, as virtudes morais apresentadas por Aristóteles tão fundamentais para que o homem viva o bem supremo perderam a sua aplicação no cotidiano mundano.

A aplicação de tais virtudes foi obliterada também por um entendimento parcial da racionalidade . Razão em oposição à fé, que é a forma como muitos de nós até hoje encaramos a questão da razão.

Elucidamos que mesmo em sua origem com os gregos e no seu renascimento no século XVI a razão não era um “jogo de idéias” e acreditava-se que pela razão física a natureza cósmica disparava no homem se não a presença pelo menos a possibilidade da existência do transcendente.

Por isso, deixamos claro no primeiro capítulo que o termo razão que utilizaríamos como base para as nossas explicações seria a do sentido orteguiano, toda a ação intelectual que nos põe em contato com a realidade, por cujo intermédio nos encontramos com o transcendente

No entanto, o homem da técnica elimina da razão o transcendente e passa a ser o autor da explicação de todo o conhecimento, porque desta forma o transcendente, pelo menos aquele existente na natureza, tornar-se-á palpável e explicará a natureza de forma acurada. Surgiu o especialista.

O mundo de especialização instaurado pelo trabalho torna-se a *alma do negócio*, não somente para explicar, mas também para criar os objetos necessários ao “reino da necessidade.”

As necessidades multiplicam-se de forma variada em todas as classes: os proprietários de terras, os burgueses e os proletários, sendo o elemento que os interliga o *trabalho*. Ao confrontar-se com uma *realidade* alterada e que estava sendo construída pela técnica, cada classe ajusta-se, obviamente de acordo com os seus respectivos interesses, à nova realidade social.

É o operário quem mais sofre as conseqüências diretas criadas por este novo mundo do trabalho industrial. Na Revolução Industrial as jornadas de trabalho são extensas, chegando a quinze horas dentro de uma fábrica. E, pior, o trabalho era imposto inclusive a crianças de seis a oito anos de idade.

Os sentidos do trabalho que tinham evoluído desde o final da Idade Média de economia de esforço à busca da verdade e do conhecimento, da ascese intramundana à vocação perderam-se no cotidiano dominado pelo trabalho sem sentido, levando a uma realidade fabricada.

Três são os motivos, no nosso entendimento, da *fabricação da realidade* que apresenta conseqüências devastadoras para o ser humano nesse período histórico: a utilização da razão descartada do fator transcendente, o desejo de poder humano e a especialização intensificada no trabalho. Notamos que nesta dissertação o leitor deve se imaginar como público de uma peça de teatro onde o palco é a História Social e os bastidores são as matérias interdisciplinares apresentadas. Pretende-se que esta metáfora ajude a ciência, como na citação de Thomas Kuhn.

“A metáfora desempenha papel essencial ao estabelecer conexões entre a linguagem científica e o mundo.[...] Ela nos lembra que uma outra linguagem pode localizar articulações diversas, que ela pode seccionar o mundo de outro modo.”²⁵⁷

A utilização da razão descartada do fator transcendente e o desejo de poder humano foram linguagens implícitas utilizadas *pelos* atores, assim como a especialização intensificada foi o movimento definido *para* os atores. A decoração do palco é a técnica com todas as suas belezas e vicissitudes. Todos os elementos adequados estão reunidos para criar um novo espetáculo.

²⁵⁷ KUHN, Thomas **La Metafora nella scienza**. Milão, apud GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne: o homem na idade da técnica**. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006. p. 680.

E qual o tema central subjacente ao roteiro escrito para este espetáculo? A identificação total do homem com o trabalho. Sem se dar conta que o palco da História introduz novas indumentárias, novas linguagens, os atores tornam-se prisioneiros às cadeias que eles próprios criaram nesse espetáculo.

Um fator preponderante que fez com que as cadeias se tornassem despercebidas foi o consumo em massa. O acesso a novas categorias de produtos fez com que o consumo criasse o círculo vicioso no qual muitas pessoas ficaram enredadas por muito tempo, sendo a ferrovia e o automóvel dois dos maiores representantes desta nova categoria de “invenções” que alteraram profundamente a paisagem do mundo cotidiano.

As novas invenções criaram conforto para os seres humanos, economizaram esforços, construíram maravilhas inimagináveis, mas também tiveram o seu lado devastador na História ao criar o homem massa.

O homem massa de Ortega y Gasset é o indivíduo desintegrado que não pensa e aceita a realidade apresentada sem questioná-la. Um claro exemplo deste fenômeno está no documentário “O Triunfo da Vontade” requisitado por Hitler em 1934 e dirigido por Leni Riefenstahl. Ressaltamos que o homem massa deste filme não está representado somente no povo alemão, mas também em seus dirigentes da época como Heinrich Himmler e Josef Goebbels entre outros.

Sabemos que nos campos de concentração na Segunda Grande Guerra havia uma placa com os dizeres: “O trabalho liberta” (*Arbeit macht frei*). Acreditamos que este seja o ponto máximo de *distorção* do trabalho.

E, no entanto, passada a Segunda Grande Guerra os homens continuaram *atrelados ao processo do trabalho*. E nesta esfera, incluímos também o trabalhador intelectual.

Perguntamos, portanto, qual o remédio que curaria esta *fabricação* que se torna *distorção da realidade*, remédio que faria o homem ver a realidade como se apresenta e libertaria das cadeias impostas pelo trabalho?

Como resposta temos o óbvio frequentemente despercebido. Este remédio é o ócio.

Mas não é o ócio que simplesmente o corpo necessita, mas aquele ócio que resgata o ser humano de sua ignorância da realidade ou, como dissemos, da *fabricação* transformada em *distorção da realidade*.

A fonte deste ócio está na utilização sábia do tempo livre na educação dos homens.

Óbvio e redundante? Sim, mas a única saída para o homem aprender a dar sentido ao trabalho e à sua existência. É o investimento de tempo na sua formação enquanto ser humano.

Desta forma, o homem poderá sair da caverna da ignorância e depois de reconhecer deslumbrado que há vida além do muro do trabalho, escolher viver a vida real, plena de sentido e significado.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS CONSULTADOS.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. 10 ed.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007. 2. ed.

BARZUN, Jacques. **Da Alvorada à Decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOEHM-BAWERK, Eugen Von. **A Teoria da Exploração do Socialismo Comunismo**. Tradução Lya Luft. São Paulo: Editora José Olympio, 1987. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/bbawerk/cap4.htm>. Acesso em: Setembro/2007.

BRODSKY, Joseph. **Menos que Um**: ensaios. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 11-33 e pp. 129-147.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento**: De Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FRIEDMANN, Georges. **The Anatomy of work**: labor, leisure and the implications of automation. New York: Free Press of Glencoe, 1961.

FRANKL, Viktor E. **Psicoterapia e sentido da vida**: fundamentos da Logoterapia e análise existencial. Tradução de Alípio Maia de Castro. São Paulo: Quadrante, 2003. 4. ed. pp. 1-171.

GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

GAMA, Ruy (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia**. São Paulo: Edusp, 1985.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Extremos**: O Breve século XX, 1914-1991 . Tradução de Marcos Santarita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. Tradução João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos).

JUDT, Tony. **Postwar: A History of Europe since 1945**. New York: Penguin Books, 2005.

KAHN, Ashley. **Kind of Blue: A história da obra-prima de Miles Davis**. Prefácio de Jimmy Cobb. Tradução Patrícia de Cia e Marcelo Orozco. São Paulo: Editora Barracuda, 2007. pp.105-110..

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. Introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 9. ed.

MACHADO de ASSIS, Joaquim Maria de. **Evolução**. In: _____. Contos: Uma Antologia. Seleção, introdução e Notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 2.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa: Caminhos da Ciência e Tecnologia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

MASI, Domenico de (Org). **A economia do ócio: Bertrand Russell, Paul Lafargue**. Tradução de Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior e Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante 2001.

MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Apresentação de Jacob Gorender, coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, [s.d.]. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. v. VI. 3. ed. v. 38-E. (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia).

MARX, Karl. **The Capital**. Chicago: Encyclopedia Britannica, Inc, 1952. (Great Books).

MISES, Ludwig Von. **Ação Humana: Um tratado de Economia**. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 2. ed. pp. 1-199.

ORTEGA y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Marylene Pinto Michael. Revisão da tradução de Maria Estela Heider Cavaleiro. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 3. ed. (Coleção Tópicos).

ORTEGA y GASSET, José. **História como Sistema**. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

ORTEGA y GASSET, José. **Ideas y Creencias**. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

ORTEGA y GASSET, José. **Meditacion de la técnica: y otros ensayos sobre ciencia y filosofía**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 2004..

PIEPER, Josef. **Leisure: the basis of culture**. Traduzido para o inglês por Alexander Dru. Introdução de T.S.Eliot. Indianápolis: Liberty Fund., 1998.

PLATÃO. **Diálogos: A República ou sobre a Justiça, Gênero Político**. Tradução direta do grego de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 2000. 3. ed.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

ROSENSTOCK-HUESSY, Eugen. **The multiformity of man**. Vermont, USA: Argo Books, 2000.

SANDLER, Craig. **The Illustrated Timeline of Inventions: A crash course in words & pictures, printed in China**. New York: Sterling Publishing Co. Inc., 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 2. ed. pp. 303-318.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999. 5. ed.

VEAL. A. J. **History of Work**. In: HAWORTH, John T.; VEAL. A.J. (Ed.). **Work and Leisure**. London: Routledge, 2004.

VEATCH, Henry B. **O Homem Racional**: Uma Interpretação Moderna da Ética Aristotélica. Tradução de Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2006.

VOEGELIN, Eric. **Growth of the race idea**. In: SANDOZ, Ellis. The Collected Works Of Eric Voegelin: published essays. Missouri: University Of Missouri Press, 1940-1952. v. 10. p. 27-61.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ciência Política**: Duas Vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 2007.

WILSON, Edmund. **Rumo à Estação Finlândia**: Escritores e autores da história. Prefácio de Jed Perl. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ZELDIN, Theodore. **Uma História Íntima da Humanidade**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Editora Best Seller Ltda., 2008. (Edições BestBolso).

2. DICIONÁRIOS.

GRANDE DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Cândido de Figueiredo (Org.). Lisboa : Editora Bertrand, 1996. 25.. ed. v II.

DICIONÁRIO ANTÔNIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Instituto Antônio Houaiss. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

3. FILMOGRAFIA.

ALEMANHA ANO ZERO. Roteiro: - Roberto Rossellini, Sérgio Amidei, Max Kolpé. Direção de Roberto Rossellini. Itália, França e Alemanha[co-produção]: Versátil, 1948.

TEMPOS MODERNOS. Direção de Charles Chaplin. EUA: Charles Chaplin Productions, 1936.

O TRIUNFO DA VONTADE. Produzido e dirigido por Leni Riefenstahl, 1935.

4. REVISTAS.

MORIN, Estelle M. Os Sentidos do Trabalho. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, RAE Livros/FVG. v. 41, n. 3, pp. 8-9, jul./set. 2001.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o Trabalho**. Cadernos do LABUR. Tradução Heinz Dieter Heidemann . São Paulo, Laboratório Geografia Urbana/FFLCH/USP, n.2, Jul./99